

Ana Cristina Vanali
Andrea Maila Voss Kominek
Celso Fernando Claro de Oliveira
(Orgs.)

PARA ALÉM DA PLACA

Outras histórias
da negritude
em Curitiba

Prefácio de
Nilma Lino Gomes

Apresentação de
Basílele Malomalo

12



O livro **Para além da placa: outras histórias da negritude em Curitiba**, dá sequência ao livro **Os nomes da placa: a história e as histórias do monumento à Colônia Afro-brasileira de Curitiba**. Ambas constituem obras extremamente inovadoras. Inovam ao assumir posicionamento crítico e colocar em evidência histórias de pessoas e instituições que integram um grupo racial e socialmente marginalizado pela lógica racista. Lógica que insiste em naturalizar a branquidade como norma. A partir da placa de bronze, instalada no centro de Curitiba em comemoração ao Centenário da Abolição (contendo 68 nomes da comunidade negra curitibana), iniciou-se uma pesquisa para desvendar as histórias por trás destes nomes. A pesquisa resultou em 2 livros: o primeiro, desvelou quem são as pessoas ali homenageadas, apresentando uma breve biografia de cada uma delas; o segundo traz, agora, o foco para as associações e coletivos em suas mais diversas formas de resistência negra. Neste sentido, o presente livro, segue uma importante tradição africana: a valorização do coletivo. Ao tratar do movimento social de negras e negros no Paraná, através das histórias de suas instituições e formas de resistência, visibiliza a importância dos coletivos, dos grupos, das associações. Os textos que compõem o livro, construídos a partir de fontes variadas – experiências pessoais, relatos de experiências, fotografias, cartazes, atas de eventos, etc., - explicitam como o ativismo e a pesquisa acadêmica podem ser complementares e em muitos casos o/a pesquisador/a e o/a ativista são a mesma pessoa. Assim, em alguns momentos o/a pesquisador/a subsidia a militância, em outros o/a militante fornece informações preciosas para o/a pesquisador/a. O movimento social de negras e negros foi, muitas vezes, responsável pela formação de inúmeros/as intelectuais que hoje atuam em universidades públicas, em várias regiões do país. O livro cumpre sua função de forma magistral. Resgata existências e experiências de pessoas e de coletivos negros. Permite que essas vozes cheguem a lugares variados, desafiando a lógica do apagamento que incide sobre a população negra curitibana. Vozes antes abafadas, enfim podem ecoar através do trabalho cuidadoso de diversas/os pesquisadoras e pesquisadores, brancas/os e negras/os. De uma simples placa emergiu uma diversidade de corpos e ideias. Emergiu histórias de ousadia e de luta. A pequena placa de bronze, tomou forma de livro. No livro, ecoam vozes múltiplas e contra hegemônicas. Vozes que a truculência colonialista tentou e continua tentando calar.

Megg Rayara Gomes de Oliveira

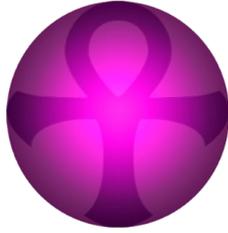
Travesti preta, Doutora em Educação pela UFPR,
Professora Adjunta do Setor de Educação da UFPR
Coordenadora do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR
Atua no movimento social de negras e negros e no movimento LGBT do Paraná




editora **fi**.org



Para além da placa



SÉRIE NOVOS ESTUDOS AFRICANOS

Diretores da série:

Prof. Dr. Bas' Itele Malomalo (UNILAB)

Prof. Dr. Mbuyi Kabunda Badi (FCA/UAM - Espanha)

Comitê Editorial Científico:

Prof. Dr. Acácio Almeida Santos (UFABC)

Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo (UFGD)

Prof. Dr. Aghi Bahi (UFHB-Costa de Marfim)

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (UNESP)

Profa. Dra. Denise Dias Barros (USP)

Profa. Dra. Fábila Barbosa Ribeiro (UNILAB)

Prof. Dr. Manual Jauará (UNIFal-MG)

Prof. Dr. Franck Ribard (UFC)

Prof. Dr. Germain Ngoie Tshibambe (UNILU-RDCongo)

Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)

Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Profa. Dra. Lorena Souza (UFMT)

Prof. Dr. Kalwanyi Kya Kapintango-a Samba (UNEMAT-Brasil)

Profa. Dra. Maffia Marta Mercedes (UNLP-Argentina)

Prof. Dr. Maguemati Wagbou (UNC-Colombia)

Prof. Dr. Pedro Acosta-Leyva (UNILAB)

Prof. Dr. Salloma Jovino Salomão (FSA)

Prof. Dr. Sérgio Luís Souza (UNIR)

Para além da placa

Outras histórias da negritude em Curitiba

Organizadores:

Ana Crhistina Vanali

Andrea Maila Voss Kominek

Celso Fernando Claro de Oliveira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de capa: cau gomez

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Estudos Africanos - 12

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

VANALI, Ana Crhistina; KOMINEK, Andrea Maila Voss; OLIVEIRA, Celso Fernando Claro de (Orgs.)

Para além da placa: outras histórias da negritude em Curitiba [recurso eletrônico] / Ana Crhistina Vanali; Andrea Maila Voss Kominek; Celso Fernando Claro de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

174 p.

ISBN - 978-85-5696-796-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Cultura; 2. Brasil; 3. Movimento negro; 4. Consciência; 5. Sociedade; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética Política

172

Sumário

Prefácio	9
Nilma Lino Gomes	
Apresentação	14
Bas'ilele Malomalo	
Descobrimdo o que está “para além da placa”	16
Ana Crhistina Vanali	
Andrea Maila Voss Kominek	
Celso Fernando Claro de Oliveira	
1	33
O movimento negro em Curitiba: do GRUCON ao surgimento dos APNs	
Dalzira Maria Aparecida	
2	52
O movimento negro em Curitiba: dos APNs à ACNAP	
Nivaldo Arruda (Paulo Borges)	
3	67
A associação cultural afro-brasileira	
Ana Crhistina Vanali	
4	80
Centro de integração social, cultural, comercial e turístico afro-brasileiro	
Ana Crhistina Vanali	

5.....	91
Memórias coletivas dos ativistas do movimento negro em Curitiba nas décadas de 1980 e 1990	
Marcilene Lena Garcia de Souza	
Tânia Aparecida Lopes	
Cássius Marcelus Cruz	
6.....	107
O negro na tradicional sociedade curitibana	
João Carlos de Freitas	
7.....	125
O dia da consciência negra em Curitiba	
Marco Aurélio Barbosa	
Sobre os organizadores	174

Prefácio

*Nilma Lino Gomes*¹

O livro que tenho o prazer de prefaciар faz parte de uma ação de intelectuais curitibanas e curitibanos antirracistas que aceitaram o desafio de visibilizar a história da comunidade negra de Curitiba, indo além da placa de bronze em homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba”, instalada na Praça Santos Andrade, por ocasião da comemoração do centenário da Abolição da Escravatura, em 1988.

Trata-se do resultado de um processo de pesquisa que se iniciou com o desvelamento das histórias e trajetórias de vida e política dos nomes das personalidades negras inscritos na placa de bronze. Desse trabalho resultou o primeiro volume intitulado “Os Nomes da Placa: a história e as histórias do monumento à Colônia Afro-brasileira de Curitiba”, centrado nas trajetórias individuais dos nomes selecionados para figurar no monumento em homenagem à Colônia Afro-Brasileira dessa cidade.

Mas, falar de biografias individuais para recontar uma parte da trajetória das negras e negros quer seja em Curitiba ou em outro lugar do país será sempre uma tarefa incompleta. Por quê? Porque nenhuma trajetória se constrói no isolamento. Como sujeitos sociais, nossas histórias individuais são tecidas e enredadas em outras. Quando falamos sobre nós está implícito uma série de outras pessoas, espaços, instituições, vivências coletivas que nos formam, deformam e transformam no contexto social, histórico, político e cultural em que vivemos. Isso é para todo e qualquer grupo humano, social e étnico-racial. Não é específico da população negra.

¹ Professora Titular Emérita da UFMG

Nós, negras e negros, somos partícipes de histórias e memórias que vão além da escravidão, no Brasil. Elas extrapolam as fronteiras nacionais, têm lugar prioritário na África e dizem respeito aos outros povos que atravessaram e ainda atravessam a existência desse belo e fascinante continente.

Com perspicácia, sensibilidade e compromisso político, as autoras e os autores desse livro compreenderam, ao realizar o trabalho arqueológico de busca de referências das personalidades negras cujos nomes estão inscritos na Placa de Bronze, no centro da cidade de Curitiba, a existência de uma história coletiva emaranhada nas biografias das pessoas homenageadas. Na profusão de lugares e espaços de vivência e aprendizagem política que as constituíram como sujeitos políticos na história do Paraná, estavam organizações negras de luta contra o racismo, pela valorização da cultura negra, pela educação e pela digna inserção da população negra na sociedade paranaense.

A presente publicação é fruto de uma escolha importante: ela se volta para as ações coletivas – ou seja, para as associações, centros culturais e diversas outras manifestações de movimentos de resistência negra, por meio de relatos de histórias de vida de pessoas negras em Curitiba.

Esses movimentos de resistência negra sequer são lembrados por uma grande parte da população de Curitiba, não fazem parte das aulas e projetos da Educação Básica e nem tampouco ocupam o devido lugar nas disciplinas das Humanidades e Ciências Sociais das universidades no estado do Paraná. É preciso que intelectuais negras e negros e de outros grupos étnico-raciais antirracistas os coloquem em cena, façam-nos emergir do silenciamento político e epistemológico, mesmo que algumas dessas organizações ainda estejam atuantes na vida social e política da cidade e do estado.

A presente publicação é uma forma de romper com a invisibilidade imposta pelo racismo à história de organização política, cultural e educacional de negras e negros contra o racismo no Paraná, indo além da cidade de Curitiba.

Mas não é só isso. É uma maneira de a sociedade paranaense conhecer mais um pouco da sua própria história. Pois, a história da população negra no Paraná e em Curitiba é também a história do próprio estado e da sua capital. Ambos não seriam o que são hoje, no contexto nacional, se não fosse pela atuação da população negra na sua construção. Ou seja, essa publicação ajuda a desvelar o mito da “Curitiba branca”, da “cidade mais europeia do Brasil”, do “estado mais civilizado devido a sua forte ascendência europeia”. Revela-nos que esse tipo de rótulo estereotipado é fruto de uma violência estrutural intensa imposta por grupos reacionários e racistas.

Contudo, apesar de ser essa imagem que as elites brancas desejam transmitir, na vida cotidiana, ela sempre foi tensionada, indagada e contraposta. Existem outros povos, outros rostos, outras vidas que conformam e constituem o estado do Paraná e a sua capital, os quais não têm a cor da Europa idealizada pelas elites.

Ao disponibilizar ao público as histórias coletivas que vão “além da placa” esse livro cumpre um papel político-epistemológico importante. Ajuda-nos a compreender histórias coletivas, tecidas na luta por uma sociedade melhor não somente para as negras e os negros, mas para todas e todos.

Sim. Essa é uma característica das lutas negras. Elas sempre foram democráticas. Nunca a luta de resistência negra, no Brasil, foi sectária ou segregacionista. Podemos passar em revista as conquistas antirracistas conseguidas, a duras penas, pela denuncia e pressão das organizações negras em nosso país e constataremos que, ao focar sobre a questão negra e o racismo, elas intencionam tornar o Brasil um país melhor de se viver para todos e todas. O combate e a superação do racismo transformam positivamente a vida de todas as pessoas, independentemente do seu pertencimento étnico-racial e tornam toda e qualquer nação em um lugar mais justo, seguro, equânime e democrático.

Infelizmente, esse aprendizado tão profundo empreendido pelas organizações negras do passado e do presente, eixo fulcral da luta

antirracista, não é compreendido por todas as pessoas e amedronta as elites capitalistas, políticas, intelectuais, latifundiárias. Tudo o que essas elites não desejam é democratizar a sociedade. O seu objetivo é manter-se sempre no poder e tornar-se sempre padrão de universalidade. Atuam politicamente para tentar homogeneizar as diferenças, restringir lugares e espaços dos coletivos sociais diversos tratados historicamente como desiguais para continuarem dominando e garantindo as suas heranças coloniais e escravistas.

E é justamente contra esse tipo de postura e de dominação que negras e negros se irrompem. As ações coletivas e as demais formas de organização negras – cada um a seu modo e de acordo com as suas possibilidades – jamais aceitaram essa imposição. Resistiram e ainda resistem. E nos deixam um legado de coragem, persistência e luta. Como dizem os organizadores dessa publicação, buscam descobrir o que há “para além da placa”. E eu diria: buscam descobrir *quem* está “para além da placa”. Ao fazerem isso, trazem à cena política e social, sujeitos coletivos com histórico de sabedoria e resistência e não apenas indivíduos.

O livro em questão consegue pontuar como a história de resistência da população negra vem de longe e se constitui de forma coletiva, mesmo que as narrativas possam parecer ocorrer de forma individual. A trajetória afro-brasileira em Curitiba e no Paraná, narrada nas páginas a seguir, integra uma memória viva e é parte de uma história pulsante marcada pela resistência, conhecimentos, sabedorias e conquistas.

Parafraseando o historiador francês Pierre Nora (1993), uma das inspirações intelectuais da obra, destaco que a decisão de elaborar um livro que visibilize as narrativas de negras e negros do Paraná expressa uma “vontade política de memória”. Para falar sobre os coletivos sociais com histórico de racismo, discriminação e preconceito racial, como é o caso da população negra, no Brasil, há que sempre assumir um posicionamento político. A História do nosso país não existe sem a forte presença das negras e dos negros, atuando como protagonistas e não como atores sociais secundários.

Mais do que monumentos, o Brasil precisa reconhecer publicamente a importância da população negra e se contrapor às desigualdades raciais que a afasta do usufruto dos direitos e da democracia. É preciso construir cada vez mais políticas, ações, projetos e leis de justiça e de igualdade racial.

Organizados no Movimento Negro ou como negras e negros em movimento, as vozes negras ecoam desde sempre explicitando a existência do racismo e o quanto ele destrói a capacidade de todas e de todos nos tornarmos mais humanos e mais dignos. Essas vozes desafiam a sociedade brasileira e os grupos poderosos e dominantes. Elas afirmam que o Brasil é também o nosso país e não vamos desistir dele. A nossa história é viva.

Belo Horizonte, outono de 2020

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Apresentação

*Bas'ilele Malomalo*¹

É conhecido entre nós o provérbio africano que diz: “Até que os leões contem sua própria história, os caçadores serão sempre os heróis das histórias da caça”. O livro “Para Além da Placa: Outras histórias da negritude em Curitiba”, dando continuidade ao primeiro volume que se dedicou a narrar biografias de pessoas negras da cidade de Curitiba, traz à esfera pública a história da comunidade negra dessa cidade.

As leas e leões contadoras/as da história africana, presente no Brasil curitibano, são intelectuais e ativistas negras/os e brancas/os antirracistas, com uma consciência da política racial e de gênero apurada. O trabalho que realizam retoma a longa tradição de resistência africana feita no continente e em suas diásporas. Uma tradição que se encontra nos registros orais e escritos elaborados pelas mãos negras em todas esferas da vida e não somente nos campos de arte e religiosidade como acostumou-se pensar. O título e o subtítulo da obra em tela confirmam o que acabei de afirmar anteriormente. Acontece que a branquitude racista tem silenciado as histórias negras existentes, assim como o que têm sido produzido pela comunidade negra para sua gente, para o Brasil e o mundo. Dito em outras palavras, apesar do racismo estrutural tentar invisibilizar as histórias negras para a não sua aparição na história oficial, elas sempre existiram.

Para se confrontar o racismo, e fazer justiça às/os suas/ancestrais, as/os autoras/es desse livro deslocam os dispositivos da construção da narrativa das histórias oficiais e se movimentam “para além das placas”.

¹ Professor Doutor em Sociologia - UNILAB (Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira)

Em sendo que no primeiro volume, a justiça restaurativa foi feita em torno das memórias pessoais, nesse segundo volume, são contempladas as histórias e memórias coletivas.

Seguindo as táticas e estratégias de resistências da cultura negra no Brasil, os textos nos levam a uma roda temática que nos revelam o patrimônio coletivo africano em Curitiba. As/os autoras/es desempenharam-se em escrever sobre o “Movimento Negro em Curitiba: do GRUCON ao surgimento dos APNS”; “Histórico do Movimento Negro em Curitiba: das APNS a ACNAP”; “A Associação Cultural Afro-brasileira; “Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico Afro-brasileiro”; “Memórias coletivas dos ativistas do Movimento Negro em Curitiba nas décadas de 1980 e 1990”; “O negro na tradicional sociedade curitibana”; e “O dia da consciência negra em Curitiba”.

Percebe-se, na leitura dos textos, a liberdade concedida às autoras/es para orientar suas escritas. Diversas estratégias metodológicas foram acionadas para se construir uma narrativa coletiva “para além das placas”. Fazem uso de fontes bibliográficas e documentais; entrevistas e imagens; arquivos pessoais e associativos. Tudo isso faz a riqueza do livro e o transforma em memórias de resistência dentro de uma Curitiba branca e racista, que se nega a reconhecer o valor do seu patrimônio negro. A obra em pauta dá seguimento ao projeto de construção de uma civilização planetária inclusiva iniciado pelas/os nossas ancestrais na África e que se faz vibrante nas diásporas negras nas Américas. A negritude curitibana é parte desse projeto de restauração e reparação afirmativa.

Vitória da Conquista/BA, verão de 2020

Descobrimos o que está “para além da placa”

Ana Crhistina Vanali

Andrea Maila Voss Kominek

Celso Fernando Claro de Oliveira

Em 1988, por ocasião da comemoração do centenário da Abolição da Escravatura, foi instalada na Praça Santos Andrade – localizada no centro da cidade de Curitiba – uma placa de bronze em homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba”. No monumento, constam os nomes de 68 pessoas negras que contribuíram para a construção da capital paranaense (Anexo A), mas cujas trajetórias, na maioria das vezes, não receberam o devido reconhecimento. A seleção dos homenageados ficou a cargo do Cônsul Geral do Senegal, Ozeil Moura dos Santos, e de membros da Câmara dos Vereadores de Curitiba. Em grande medida, foram escolhidas personalidades negras que marcaram a sociedade curitibana entre as décadas de 1920 e 1980.

Placa comemorativa à Colônia Afro-Brasileira de Curitiba



Praça Santos Andrade. Curitiba, 2017.

Foto: Ana Vanali

Diante dessas características, é possível afirmar que o monumento em questão apresenta grande potencialidade para ser um “lugar de memória”, segundo o conceito definido pelo historiador francês Pierre Nora em um de seus artigos mais célebres. Para esse intelectual, um lugar de memória sempre apresenta três características: é material (no sentido de que encontra uma representação física, mesmo que de duração breve), é funcional (garante a cristalização e transmissão de lembranças) e é simbólico (pois permite às pessoas que não tomaram parte nos acontecimentos do passado conhecê-los por meio de rituais e representações, entre outros elementos). A importância dos lugares de memória é sintetizada por Nora da seguinte maneira:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

A partir de suas colocações, Nora deixa bastante claro que não basta a criação de um monumento para que o mesmo se torne um lugar de memória. É necessário, nas palavras do autor, “ter vontade de memória”. Isto é, identificar-se com o monumento, torná-lo parte do cotidiano das pessoas, utilizá-lo para celebrar e preservar uma parte do passado perante o constante risco de a mesma cair no esquecimento (NORA, 1993, p.22). Há diversos lugares de memória em Curitiba – entre os quais se destacam não apenas monumentos, mas também parques, escolas, universidades, igrejas, praças, ruas, feiras e festas –, os quais contribuem para preservar diferentes memórias sobre a cidade. Resta-nos então perguntar: considerando-se seu potencial como lugar de memória, quais obstáculos fazem com que a homenagem à “Colônia Afro-Brasileira de Curitiba” ainda encontre dificuldades em servir como tal?

A primeira questão a ser levantada reside no fato de que o monumento costuma passar despercebido aos olhos de muitas pessoas que transitam pela região central da capital paranaense. A apreciação da placa exige uma leitura atenta, processo que demanda dedicação e tempo, o que parece incompatível com o ritmo acelerado de uma metrópole. Cabe ainda destacar que a praça, enquanto espaço público, é comumente associada a aspectos negativos, como assinala um artigo sobre o projeto de revitalização da Praça Tiradentes, também localizada em Curitiba. Segundo os autores, as praças centrais da cidade “carregam certa conotação de abandono e de degradação, muito embora sejam importantes pontos de passagem de transeuntes” (ROSANELLI et al., 2016, p. 360).

Outro elemento essencial para despertar o interesse pela homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba” é a informação, como bem destacou o designer Ivens Fontoura, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), em uma reportagem de Mariana Domakoski veiculada pela Gazeta do Povo em 2016. Para que as pessoas se identifiquem com um monumento, é necessário conhecer os homenageados em questão ou, pelo menos, ter a curiosidade de pesquisar a respeito dos mesmos.

Tendo em mente que a memória coletiva predominante em Curitiba é a de uma cidade branca e europeizada, o desafio reside em despertar o interesse – tanto por parte da população, quanto por parte dos visitantes da cidade – pela história dessa Curitiba negra, frequentemente apagada ou relegada à marginalização, e torná-la parte da memória local. Trata-se de uma tarefa árdua, pois conforme ressalta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2013), a memória é um campo permeado por disputas, no qual se contrapõem diferentes grupos políticos que reivindicam diferentes versões sobre os acontecimentos passados.

A homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba” também precisa concorrer pela atenção dos frequentadores da Praça Santos Andrade com muitos outros monumentos instalados no local. De acordo com Domakoski (2016), à época, o logradouro abrigava onze bustos em homenagem a personalidades brasileiras – tais como a atriz Lala Schneider e o professor Nilo Cairo, um dos mentores da criação da Universidade Federal do Paraná –, muitos das quais pareciam imperceptíveis ao olhar da população. Se uma obra tridimensional encontra dificuldades para despertar a curiosidade das pessoas, o desafio é ainda maior para uma placa, a qual é dotada de dimensões e impacto visual reduzidos. Cabe ainda destacar que a reportagem não mencionou os demais monumentos presentes na Praça, incluindo-se aí a homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba”.

E ainda que muitos percebessem a existência da placa, é provável que poucos seriam capazes de reconhecer a dimensão do seu significado

e da riqueza de histórias que ela representa. Afinal, quem são as 68 pessoas homenageadas? Devido a suas características físicas, o texto gravado no monumento à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba” preserva, na maioria dos casos, apenas os nomes das pessoas homenageadas. Há somente cinco exceções à regra: Ozeil Moura dos Santos, um dos idealizadores do monumento, cuja menção é seguida dos termos “Cônsul Senegal”; Antenor P. dos Santos, José S. da Silva Felinto e Sidney Lima Santos, identificados como “ex-vereador[es]”; e Hasiel Pereira, que também teve sua carreira política destacada com a inscrição “vereador”.

Outra parca informação que pode ser obtida da inscrição gravada na placa é que a maioria dos homenageados estava viva à época em que o monumento foi inaugurado, uma vez que as personalidades então falecidas – Antenor Alencar Lima, Antenor P. dos Santos, Antonio Pinto Rebouças, Edgar Antunes Silva (Tatu), Enedina Alves Marques, Haroldo Ferreira dos Santos, José Ferreira dos Santo e José Pinto Rebouças – surgem em uma seção à parte do texto, denominada “Homenagens Póstumas”. Sobre os demais nomes, a placa não apresenta quaisquer dados sobre suas trajetórias de vida ou áreas de atuação.

É possível salientar que muitos dos homenageados eram reconhecidos do grande público por apelidos, nomes artísticos ou apenas por parte de seus nomes, os quais – com a exceção de Edgar Antunes Silva, conhecido como “Tatu” – não foram destacados pelo texto presente na placa. Para ilustrar a situação, podemos citar os casos do cartunista Acir Fernandes, que assinava suas obras com o nome artístico de “Xixo”; do jogador de futebol Antonio Dionísio Filho, popularmente chamado “Dionga”; ou de Raimunda Ferreira dos Santos, que ficou carinhosamente eternizada na memória de muitos curitibanos como “Vó Raimunda”.

Algumas dessas personalidades podem ser mais facilmente reconhecidas pela população, pois alcançaram grande destaque na vida pública, como os políticos supracitados, ou porque conquistaram espaço nos meios de comunicação, como a atriz Odela Rodrigues e o ator e jornalista Narciso Assumpção, que participaram de projetos no teatro, na

televisão e no cinema. Porém, mesmo estes nomes selecionados como exemplos correm o risco de serem esquecidos com o passar dos anos caso não haja esforços para preservá-los na memória coletiva da capital paranaense, uma vez que a memória se encontra em constante transformação.

Com o objetivo de preencher esta lacuna na história curitibana surgiu o projeto de construir breves narrativas biográficas de cada um dos nomes citados na placa. Esperávamos, desta forma, não somente conhecer suas trajetórias, resgatando os papéis dessas personalidades como agentes sociais ativos na construção da capital paranaense, mas também divulgar suas realizações a um público mais amplo, valorizando as contribuições da população negra para Curitiba. Desta pesquisa, que em muito se assemelhou a um trabalho investigativo de detetive e à ação de montar um quebra-cabeça composto por informações perdidas no tempo e dispersas por muitos rincões, nasceu o livro “OS NOMES DA PLACA: a história e as histórias do monumento à Colônia Afro-brasileira de Curitiba”.

O presente trabalho dá continuidade ao projeto de valorizar a história dessa Curitiba negra e é resultado das pesquisas realizadas para a construção daquele primeiro livro. Ambos os livros visam resgatar, divulgar e homenagear a população negra de Curitiba, assim como suas ações de resistência. Porém, enquanto o primeiro volume centrou-se nas trajetórias individuais dos nomes selecionados para figurar no monumento em homenagem à “Colônia Afro-Brasileira de Curitiba”, esta publicação volta-se para as ações coletivas – ou seja, para as associações, centros culturais e diversas outras manifestações de movimentos de resistência negra. Pretendemos, assim, retomar o quebra-cabeças apresentado no Volume 1, destacando que as trajetórias individuais e coletivas se entrecruzam, se complementam, e tornam mais rica e compreensível a história e a memória dos movimentos negros em Curitiba.

Para a construção das narrativas biográficas, foram realizadas, ao longo de quatro anos de pesquisa, diversas entrevistas, visitas a famílias, cartórios e cemitérios, consultas a jornais e documentos históricos,

em especial documentos da Câmara dos Vereadores (Anexo B), responsável pelo projeto de instalação da referida placa. Dentre nomes escolhidos, há ainda personalidades reconhecidas nacionalmente, como Enedina Alves Marques, a primeira mulher a se tornar engenheira civil do Brasil, ou os irmãos Antônio e José Rebouças, engenheiros responsáveis por gigantescas, corajosas e bem-sucedidas obras como a construção da bela e famosa Estrada de Ferro na Serra do Mar, que liga a capital paranaense à cidade de Paranaguá.

Famosas nacionalmente ou não, cada uma destas pessoas contribuiu, à sua maneira, com seu trabalho e sua luta para o enfrentamento ao racismo e para construção de uma sociedade mais igualitária. Pessoas que se destacaram individualmente, mas que se fortaleceram nas lutas e nas conquistas dos grupos e movimentos coletivos.

Entretanto, convém destacar que, embora os nomes figurem na placa individualmente, como “protagonistas-solo” em uma espécie de sucessão de ‘monólogos’, estes nomes mantiveram uma relação mútua e recíproca com a coletividade. Suas lutas se entrecruzaram, os desafios enfrentados foram semelhantes, os debates fomentados pelos mais velhos inspiraram as gerações futuras e assim por diante. Não é possível compreender as trajetórias individuais desses agentes históricos desconSIDERANDO-se o contexto em que viveram e como os mesmos transitaram procurando se inserir na sociedade, estabeleceram redes de sociabilidade ou buscaram ocupar os espaços públicos. Os homenageados pelo monumento à “Colônia Afro-Brasileira de Curitiba” tanto se apoiaram, quanto contribuíram para as lutas do movimento negro, ainda que nem sempre de forma consciente.

Ao longo de nossa investigação para a produção do primeiro livro, emergiram a partir das fontes escritas e das histórias narradas pelos entrevistados, um conjunto de siglas, nomes de entidades, grupos e associações de movimentos de resistência negra. Para que as biografias pesquisadas fossem bem compreendidas e que de fato representassem a força e a importância que possuem dentro do movimento negro, fez-se

necessário pesquisar a história de cada uma destas instituições e organizações sociais mencionadas, seus objetivos e percursos. Desta forma, nasceu o presente volume, a partir do qual buscamos descobrir o que há “PARA ALÉM DA PLACA”. Almejamos, de tal modo, pontuar como a história de resistência da população negra vem de longe e se constitui de forma coletiva, ainda quando as narrativas parecem ocorrer de forma individual.

Diversas entidades foram criadas ao longo dos anos e das ações de resistência dos movimentos negros em Curitiba. Algumas delas foram citadas nas entrevistas, entrelaçando-se com as narrativas individuais; outras surgiram nos documentos pesquisados. Considerando-se a multiplicidade e variedade dessas instituições, bem como o recorte temporal predominante na seleção dos nomes registrados monumento à “Colônia Afro-Brasileira de Curitiba”, as instituições abordadas neste livro originaram-se e atuaram ao longo do século XX. Muitas delas seguem trabalhando em prol do movimento negro na atualidade.

O presente volume não é formado por artigos acadêmicos, mas sim por relatos. Depoimentos de personalidades do Movimento Negro em Curitiba. Homens e mulheres que viveram as histórias aqui narradas. Desta forma, os textos não seguem um formato canônico, com tópicos e divisões estruturais, mas sim o formato de histórias vividas, ouvidas e contadas. Entre estes nomes, destacamos Iyágunã Dalzira, militante aguerrida e uma das personalidades homenageadas na placa. Reconhecida pela defesa da cultura e das raízes afro-brasileiras, em especial das religiões de matriz africana, assina, neste trabalho, um dos relatos apresentados. Para resgatar e valorizar essas histórias, foram também convidados pesquisadores do tema, os quais auxiliaram para a construção coletiva deste livro.

Dentre as instituições que têm suas histórias narradas no presente livro, é possível destacar:

GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra. Nasceu a partir de um pequeno grupo de pessoas que se reuniam em uma paróquia católica

de Curitiba para discutir sobre a situação do negro na sociedade. Composto por uma professora de história, um seminarista, uma noviça e alguns poucos corajosos interessados em discutir sobre raça e racismo em pleno período de ditadura. Deste pequeno grupo inicial, o GRUCON cresceu, se fortaleceu e chegou a estar presente em 14 estados brasileiros.

APN – Agentes da Pastoral Negra. Com o crescimento e expansão do GRUCON, surgiu a necessidade de que as discussões ultrapassassem os espaços da igreja católica e incluíssem pessoas de diversas religiões e até mesmo discussões de base laica. Assim, a partir do GRUCON (que existe até hoje), surgiram as APNs, como um grupo civil organizado, não-católico, plurirreligioso. Posteriormente surge, dentro da igreja católica, a Pastoral do Negro, ainda hoje em funcionamento.

ACNAP – Associação Cultural de Negritude e Ação Popular. Associação formada a partir dos APNs com o objetivo de enfrentar o racismo através, sobretudo, da formação política, da educação e da cultura. A associação desenvolveu, ao longo de sua história, diversos projetos e atividades, dos quais é possível destacar cursinhos pré-vestibulares, cursos de formação para o primeiro emprego e variadas atividades culturais.

Associação Cultural Afro-brasileira – Entidade civil formada por estudantes e intelectuais, com a finalidade de conscientizar a população negra sobre a importância de preservar suas raízes e sua identidade cultural. Partido destes objetivos, realizam reuniões, palestras, seminários, debates e atividades culturais e desportivas.

Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico Afro-brasileiro - Surgiu com o intuito de promover o desenvolvimento das relações comerciais e industriais, e de intensificar o intercâmbio cultural, social, comercial e científico entre o Brasil e países africanos. O centro realiza congressos, simpósios e seminários que visam fortalecer discussões sobre as questões afro-brasileiras, assim como resgatar suas memórias e estimular novas parcerias.

MSN – Movimento Social Negro – Título pelo qual se designam as entidades, de diferentes naturezas – sejam elas de caráter religioso, polí-

tico, educacional, desportivo, cultural ou de outra espécie – que trabalhem no enfrentamento ao racismo e no fortalecimento e valorização da cultura negra. Assim, no presente trabalho, resgatam-se histórias, embates e percursos dos MSN de Curitiba e região que surgiram nas entrevistas e investigações realizadas para a construção do livro das narrativas biográficas. Procurou-se, sempre que possível, apresentar documentos históricos, fossem eles recortes de periódicos, fotografias, desenhos, cartazes, letras de músicas, poemas, documentos de arquivos pessoais e familiares ou documentação oficial, de caráter institucional, político ou público.

Conhecer a história destes movimentos coletivos, permeadas pelas narrativas biográficas, nos permite refletir sobre como se constroem as memórias de um povo e as interpretações do passado feitas na atualidade. No caso da população negra especificamente, conhecer a história da luta coletiva e da construção dos movimentos negros, torna-se ainda mais necessário. Saber o que está “PARA ALÉM DA PLACA”, para além das narrativas dos personagens de destaque, é fundamental, uma vez que as histórias, quando contadas de forma individualizadas e fragmentadas, contribuem para a invisibilização e, portanto, para a desvalorização desta população na história de construção da cidade.

Esse apagamento, cabe ressaltar, está relacionado a questões políticas, problemas sociais e ao racismo estrutural que, historicamente, marcaram o Brasil. O historiador Edgar De Decca debateu, na década de 1980, como as versões hegemônicas da história são escritas pelos “vencedores” – grupos que detém grande poder político e econômico para criar e difundir representações sobre os acontecimentos do passado, cristalizando-as na memória coletiva. Tal processo busca defender os interesses da classe dominante, de modo a legitimar o presente e sacralizar o passado. Nesse sentido, toda memória predominante é também uma memória de exclusão (DE DECCA, 1981). A reflexão proposta por De Decca é de grande valia quando consideramos que a história de uma Curitiba negra é costumeiramente marginalizada em favor da versão de

uma Curitiba europeia, a qual é apoiada por diferentes grupos e reproduzida no cotidiano da cidade.

A visão de Curitiba como um “pedaço da Europa no Brasil” é evidente em diferentes lugares de memória espalhados pela capital paranaense que contribuem para preservar essa versão hegemônica da história. Parte significativa desses espaços está localizada em bairros nobres e está integrada à cidade por meio de importantes vias de acesso ou por meio de eventos que fazem de tais lugares espaços de convivência. São os casos de dois logradouros situados no bairro Bigorrrilho: a Praça da Espanha (ladeada pela Alameda Dr. Carlos de Carvalho e pela Rua Saldanha Marinho, é reconhecida por seus bares e restaurantes) ou a Praça da Ucrânia (famosa por sua “feirinha”, está localizada entre duas “vias rápidas” – a Rua Padre Anchieta e a Rua Padre Agostinho).

Outros lugares de memória que oferecem respaldo à representação de uma Curitiba europeia estão também integrados ao itinerário de ônibus conhecido por “Linha do Turismo” que percorre mais de 25 pontos turísticos na cidade e, no ano de 2018, transportou mais de 512 mil passageiros (URBS, 2020). Podemos citar como exemplos o Bosque Alemão, o Bosque João Paulo II (Bosque Polonês), o Portal Italiano e o Bairro de Santa Felicidade (também marcado pela imigração italiana). A única exceção no circuito de visitas é o Memorial Árabe, erigido nas imediações do Passeio Público, no Centro Cívico. Assim, os europeus são percebidos como atores sociais ativos e valorizados no processo histórico de construção da cidade, enquanto a população negra e indígena são invisibilizadas nesta narrativa oficial.

Retomemos o exemplo da placa em homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba”: apesar de bem localizado na Praça Santos Andrade, região central de Curitiba e um dos pontos de parada da “Linha do Turismo” (Parada Universidade Federal do Paraná/Teatro Guaíra), o monumento possui dimensões físicas que não contribuem para sua visibilidade no espaço urbano. Desse modo, conforme debatemos acima, passa despercebido aos transeuntes, dificultando a formação de uma

memória que preze pela valorização da população negra na cidade. A situação da Praça Zumbi dos Palmares onde está localizado o Memorial Africano, guarda algumas semelhanças com a placa, pois embora se trate de um logradouro público amplo e que abrigue um monumento em homenagem à África de grandes dimensões, o mesmo situa-se no bairro do Pinheirinho, afastado do centro da cidade e onde a “Linha do Turismo” não circula.

Diferentemente da história dos brancos europeus, que costuma ser vista de forma coesa e contínua, a história da população negra, de origem africana, é apresentada como um conjunto de ações isoladas, cristalizadas em personagens específicos, não como uma população coesa, dona e protagonista de uma história coletiva. Ainda quando celebrada, como é o caso da placa em questão, as homenagens ocorrem de forma nominal, destacando o esforço e a vitória individuais. Os agentes históricos são tratados como “sujeitos específicos” que, descolados do contexto em que viveram, surgem como ‘exceções’, como ocorrências pontuais e isoladas na história da cidade e do país. Não são trajetórias valorizadas e reconhecidas como uma parte que compõe a ‘tradicional população curitibana’.

Neste contexto, é preciso pensar quem é o negro na tradicional sociedade curitibana, que omite o elemento negro de sua história e de sua memória. Quem foi, como e onde atuou, como contribuiu no processo de construção da cidade. Mas é necessário também refletir sobre os efeitos destas omissões no presente na cidade. Faz-se urgente refletir sobre os riscos da chamada ‘história única’ – conforme assinala Adichie (2019) – e da crença nos diversos mitos dela decorrente: desde o mito da ‘democracia racial brasileira’, divulgado mundialmente através de Gilberto Freyre (1998) em “Casa Grande e Senzala”, livro cuja publicação original remonta ao ano de 1933, até as crenças enraizadas no senso comum que tendem a atribuir ao sujeito negro uma suposta natureza acomodada, preguiçosa, sexualizada e violenta.

Estes mitos, assumidos como verdade, seguem sustentando e alimentando o preconceito e o racismo, ainda quando este racismo ocorre

de forma velada, sob a forma de exclusão. Racismo que ocorre sob a percepção algumas vezes até mesmo enunciada por “cidadãos de bem”, de que ‘em Curitiba não há negros’, ou ainda na busca pelo branqueamento, seja ele a nível individual, familiar, coletivo ou até mesmo pelo incentivo do Estado. Neste contexto, é necessário afirmar que partimos da percepção de que o racismo não é um ‘problema de negros’, assim como a homofobia não é ‘problema de homossexuais’ ou o feminismo não é ‘problema de mulheres’. Todos estes e tantos outros, são problemas de desigualdade, injustiça social e supressão de direitos.

Se é preciso conhecer a história e o papel do negro na sociedade, é necessário igualmente pensar o papel do branco e dos privilégios que sua branquitude lhe confere, ainda quando esta ocorra por conveniência e conivência silenciosa, ou como afirma Cida Bento (2002), através dos ‘pactos narcísicos’. Se por um lado, existe racismo, desvalorização e exclusão de parte da sociedade, isto indica que, do outro lado há privilégios. Privilégios estes usufruídos exatamente por sujeitos em posição de tomada de decisão, detentores de poderes políticos, econômicos e culturais, que têm em suas mãos a prerrogativa por tomar decisões diversas, tais como a definição de quais são as narrativas a serem valorizadas e quais histórias e memórias devem ser omitidas.

Hoje, 132 anos após da abolição da escravidão e decorridos 32 anos da implantação da placa em homenagem à “Colônia Afro-brasileira de Curitiba”, o que mudou na capital paranaense com relação às percepções sobre a população negra? Quanto se avançou na defesa dos direitos desta população? Que caminhos trilhar para que o racismo e a exclusão deixem de ser cotidianos e normalizados? Este livro, ao trazer as histórias nele contidas e evidenciar o protagonismo negro por meio das ações coletivas, visa contribuir para que os caminhos a serem trilhados possam levar mais longe e a maiores conquistas. Esperamos, desse modo, não apenas tentar combater o apagamento das memórias e histórias do movimento negro na cidade, mas também resgatá-las, valorizá-las e, tão importante quanto, torná-las parte do cotidiano da cidade e de sua população.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2019). **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva (2002). **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: Catálogo USP. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514>
- De DECCA, Edgar Salvadori (1981). **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense.
- DOMAKOSKI, Mariana (2016). As 11 personalidades que se escondem na Santos Andrade. **Gazeta do Povo**. Online. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/as-11-personalidades-que-se-escondem-na-santos-andrade/>. Publicação original: 04 out. 2016. Acesso em 08 fev. 2020.
- FREYRE, Gilberto (1998). **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (2013). História, memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, p. 56-70.
- NORA, Pierre (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, PUCSP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- ROSANELI, Alessandro Filla et al. (2016). Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 359-374, dez. 2016.
- URBANIZAÇÃO de Curitiba S/A. **URBS em números**. Disponível em: <http://urbs.curitiba.pr.gov.br/institucional/urbs-em-numeros>. Acesso em: 09 jan. 2020.

Anexo A - Transcrição da placa da Praça Santos Andrade

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA A COLÔNIA AFRO-BRASILEIRA 100 ANOS

As homenagens dos vereadores de Curitiba, que unindo-se as comemorações do centenário da abolição, destacam a participação dinâmica, una e altamente relevante do negro da comunidade. Com os nomes aqui gravados, que representam os vários segmentos da etnia negra, perpetuamos nosso carinho à Colônia Afro-brasileira.

ACIR FERNANDES	LUIZ FERNANDO MARQUES
ADELINO ALVES DA SILVA	MALU NUNES DA SILVA
AMILTON AMBROSIO RIBEIRO	MANUEL NUNES DA SILVA
ANTONIO DIONISIO FILHO	MARIA APARECIDA DA SILVA
ANTONIO SILVA DE PAULO	MARIA LUCIA DE SOUZA
ANTONIO CALAZANS	MARIA MERCIS G. ANICETO
ARTUR MIRANDA JUNIOR	MARIA NICOLAS
AROLDO ANTONIO DE FARIAS	MARILENE DA GRAÇA RIBAS
CANDIDO ALVES DE SOUZA	MARINA DE ANDRADE SOUZA
CLOVIS AZAURY DO NASCIMENTO	MARINA PEREIRA
DALZIRA MARIA APARECIDA	MARIO FERREIRA
ELIDIO ALVES TEODORO	MARIO VASCONCELOS
EUCLIDES DA SILVA	NARCISO J.R.ASSUMPÇÃO
HASIEL PEREIRA (vereador)	NATALÍCIO SOARES
HUGO JORGE BENTO	NELSON CARLOS DA LUZ
IDELCIO JOSÉ DE OLIVEIRA	ODELAIR RODRIGUES
ISAAC OTÁVIO	OLGA MARIA S. FERREIRA
JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	ORLANDO DIAS DA SILVA
JOÃO FREDERICO ALVES	OSVALDO FERREIRA DOS SANTOS
JOÃO PEREIRA DA SILVA	OZEIL MOURA DOS SANTOS (cônsul Senegal)
JORGE DE OLIVEIRA	PAULO CHAVES DA SILVA
JOSÉ AUGUSTO G. ANICETO	PAULO LOPES SANTOS
JOSÉ CARLOS M. DOS SANTOS	PEDRO ADÃO PEREIRA
JOSÉ DIONÍSIO DA SILVA	RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS
JOSÉ MOREIRA DE ASSIS	RAIMUNDO NONATO SIQUEIRA
JOSÉ PEREIRA FILHO	SERAPHINA JACIRA GONÇALVES
JOSÉ RAMOS	SIDNEY LIMA SANTOS (ex-vereador)
JOSÉ SALVADOR DE SOUZA	TEREZA ERMELINO DE LEÃO
JOSÉ S. SILVA FELINTO (ex-vereador)	VALDIR ISIDORO SILVEIRA
JURANDIR NUNES PEREIRA	ZEILA MOURA DOS SANTOS
HOMENAGENS PÓSTUMAS	
ANTENOR ALENCAR LIMA	ENEDINA ALVES MARQUES
ANTENOR P.DOS SANTOS (ex-vereador)	HAROLDO FERREIRA DOS SANTOS
ANTONIO PINTO REBOUÇAS	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
EDGAR ANTUNES SILVA (TATU)	JOSÉ PINTO REBOUÇAS

Curitiba, 26 de maio de 1988

Horácio Rodrigues
Presidente da Nona Legislatura

LEI Nº 3-353, DE 13 DE MAIO DE 1888 conhecida como Lei Áurea

Anexo B – Informações sobre os homenageados

HOMENAGEADO	ÁREA DE ATUAÇÃO
ACIR FERNANDES (1926-2003)	Cartunista, desenhista, tipógrafo, jogador de futebol
ADELINO ALVES DA SILVA (1915-2018)	Engenheiro, professor, funcionário público
AMILTON AMBROSIO RIBEIRO (1939-2007)	Engenheiro, funcionário público, fundador do Instituto Afro-Brasileiro do Paraná
ANTENOR ALENCAR LIMA (1901-1954)	Militar do Exército, engenheiro, secretário estadual da Viação e Obras Públicas
ANTENOR PAMPHILO DOS SANTOS (1895-1967)	Médico, professor, funcionário público, vereador, secretário estadual da Saúde
ANTONIO CALAZANS DOS SANTOS (1912-1998)	Professor, funcionário público
ANTONIO DIONISIO FILHO (1956-2015)	Jogador de futebol, técnico de futebol, comentarista esportivo
ANTONIO PINTO REBOUÇAS (1839-1874)	Engenheiro
ANTONIO SILVA DE PAULO (1942)	Radialista, advogado, funcionário público
AROLDO ANTONIO DE FARIAS (1922-2010)	Advogado, funcionário público, militar do Exército
ARTHUR MIRANDA JUNIOR (1945)	Contador, funcionário público, jogador de futebol
CANDIDO ALVES DE SOUZA (1933-2014)	Militar do Corpo de Bombeiros, diretor do Departamento da Guarda Municipal, subchefe da Casa Civil do Paraná, esgrimista
CLOVIS AZAURY DO NASCIMENTO (1932-2014)	Linotipista, técnico em artes gráficas
DALZIRA MARIA APARECIDA (1941)	Sacerdotisa, costureira, pesquisadora
EDGARD ANTUNES SILVA (TATU) (1915-1985)	Funcionário público, presidente da Sociedade Protetora dos Operários, jogador de futebol, agitador cultural
ELIDIO ALVES TEODORO (1953-2012)	Corretor de imóveis
ENEDINA ALVES MARQUES (1913-1981)	Engenheira, professora
EUCLIDES DA SILVA (1917-1994)	Barbeiro, presidente da Sociedade 13 de Maio
HAROLDO FERREIRA DOS SANTOS (1912 - ????)	Jogador e técnico de futebol
HASIEL DA SILVA PEREIRA FILHO (1948)	Vereador, taxista, militante político
HUGO JORGE BENTO (1928-2019)	Funcionário público, jogador de futebol
IDELCIO LUIS DE OLIVEIRA (1964)	Seminarista, representante comercial, coordenador dos Agentes da Pastoral Negra
ISAACK OTÁVIO DA SILVA (1940-2019)	Militar da Polícia do Paraná, músico
JOÃO FERREIRA DOS SANTOS (1917-1996)	Jogador e técnico de futebol, funcionário rede ferroviária
JOÃO FREDERICO ALVES (1944-2013)	Militar da Polícia do Paraná, professor
JOÃO PEREIRA DA SILVA	Não localizado
JORGE DE OLIVEIRA	Não localizado
JOSÉ AUGUSTO GOMES ANICETO (1949)	Desembargador, oficial da Política Militar,
JOSÉ CARLOS MOURA DOS SANTOS (1926-2010)	Funcionário público, jogador de futebol
JOSÉ DIONÍSIO DA SILVA	Não localizado
JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS (1915-1974)	Jogador de futebol, técnico de futebol, funcionário da rede ferroviária e da receita federal
JOSÉ MOREIRA DE ASSIS (1947)	Funcionário público, bancário
JOSÉ PEREIRA FILHO (1950)	Funcionário público
JOSÉ PINTO REBOUÇAS (1850-1921)	Engenheiro

JOSÉ RAMOS	Não localizado
JOSÉ SALVADOR DE SOUZA	Não localizado
JOSÉ SEVERINO SILVA FELINTO (1952)	Vereador, deputado federal, presidente de associação de classe, militar da Marinha, enfermeiro
JURANDIR NUNES PEREIRA (1956)	Ambulante, sindicalista, representante comercial
LUIZ FERNANDO MARQUES DA LUZ (1936-2014)	Funcionário público, fundador da Cooperativa Habitacional do Paraná, jogador de futebol
MABEL NUNES DA SILVA (1959)	Funcionária pública, militante política
MANUEL NUNES DA SILVA (1921-2002)	Militar do Exército, combatente na Segunda Guerra Mundial
MARIA APARECIDA DA SILVA (1937-1995)	Sacerdotisa
MARIA LUCIA DE SOUZA (1960)	Militante da causa racial
MARIA MERCIS GOMES ANICETO (1947)	Desembargadora, professora
MARIA NICOLAS (1899-1988)	Professora, escritora, pintora, historiadora
MARILENE DA GRAÇA RIBAS (1947-2010)	Não localizada
MARINA ANDRADEDE SOUZA (1938)	Ativista de causas sociais
MARINA PEREIRA	Não localizada
MARIO FERREIRA (1934-1990)	Jogador de futebol, funcionário público
MARIO VASCONCELOS (1946)	Funcionário público
NARCISO JÚLIO DOS REIS ASSUMPCÃO (1948-2001)	Ator, escritor, jornalista
NATALÍCIO SOARES (1949)	Professor, escritor, pesquisador
NELSON CARLOS DA LUZ (1947)	Funcionário público
ODELAIR RODRIGUES DA SILVA (1935-2003)	Atriz, cantora, humorista, apresentadora de programa de rádio e televisão
OLGA MARIA DOS SANTOS FERREIRA (1917-2004)	Professora
ORLANDO DIAS DA SILVA (1918-2001)	Funcionário público
OSWALDO FERREIRA DOS SANTOS (1918-1990)	Jogador de futebol, médico
OZEIL MOURA DOS SANTOS (1941)	Empresário, Cônsul Geral Honorário do Senegal, sociólogo, jogador juvenil de futebol e administrador especialista em planejamento urbano
PAULO CHAVES DA SILVA (1949)	Funcionário público
PAULO LOPES SANTOS	Não localizado
PEDRO ADÃO PEREIRA (1929)	Jogador de futebol, funcionário público
RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS (1904-2008)	Ativista de causas sociais
RAIMUNDO NONATO SIQUEIRA (1941)	Delegado
SERAPHINA JACIRA GONÇALVES (1920-1989)	Sacerdotisa, professora
SYDNEI LIMA SANTOS (1925-2001)	Militar do Exército, empresário, professor, vereador
TEREZA ERMELINO DOS SANTOS (1940)	Delegada
VALDIR ISIDORO SILVEIRA (1943)	Engenheiro agrônomo, fundador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEABRO), um dos fundadores do Instituto Afro-Brasileiro do Paraná
ZEILA MOURA DOS SANTOS (1920-1988)	Ativista das causas sociais

Elaboração dos autores (2020)

O movimento negro em Curitiba: do GRUCON ao surgimento dos APNs

Dalzira Maria Aparecida

Quando cheguei em Curitiba, no início da década de 1970 não havia nada organizado com relação ao movimento negro na cidade. A referência era a Sociedade 13 de Maio, fundada em 6 de junho de 1888, e que sempre foi um espaço muito importante para a população negra curitibana. Composta por um grupo grande de sócios, esses organizavam as festas da sociedade sob o comando do então presidente do clube Euclides da Silva. A principal comemoração ocorria no dia 13 de maio. Primeiro era realizada uma missa, dentro da tradição católica, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário no Largo da Ordem e depois havia o baile na sede da Sociedade localizada na Rua Clotário Portugal.

Em 1979 eu estava em uma missa dominical na Igreja São João Bosco, localizada no Bairro Alto. Ao final da celebração uma ex-noviça chamada Conceição Felipe veio falar comigo e me convidou para uma reunião que ela e outras pessoas interessadas em discutir sobre a situação dos negros na sociedade estavam organizando. Ela se encontrava em um momento pessoal difícil e de muita revolta, visto ser uma jovem negra que havia ido para o convento e que chegou num determinado momento foi dispensada sem justificativa, sem motivos, o que nos levou a acreditar que a dispensa ocorreu devido a cor da sua pele. Era situações como essa, vivenciada pela

Conceição¹, que esse grupo queria evitar para a população negra. Esse grupo não tinha nome e nada organizado, era apenas uma reunião para se pensar como essa luta poderia ser encarada. Confesso que era algo pelo qual eu já estava esperando há muito tempo. A questão que a comunidade negra se colocava era: como vamos fazer para nos organizarmos e combater todo esse racismo e preconceito que está aí?

Esse grupo de discussão sobre a situação do negro na sociedade que se formou na Igreja São João Bosco contava, além da minha participação, com as de Manoel (seminarista), Conceição, Elidete (professora de História), Rose, Tida (minha irmã), Persi (meu irmão), Nelson Perciliano (meu outro irmão), entre outros. Essa foi a semente do **Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON)** no Paraná.

O GRUCON surgiu com o objetivo de formar um grupo de negros católicos que trabalhasse com qualidade a questão do negro na sociedade brasileira. Na sua primeira formação contou com 14 estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraíba, Maranhão, Mato Grosso, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia e Espírito Santo. Sua organização era composta por uma diretoria executiva eleita em Assembleia Geral Ordinária, composta de Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Relações Públicas e seus respectivos Suplentes. Essa estrutura visava manter a coordenação entre o GRUCON nacional e os estaduais. É uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, suprapartidária, sem distinção de ordem religiosa, etnia ou gênero que possui como objetivos a promoção dos direitos humanos, dos direitos civis e da democracia; o combate ao racismo; a divulgação das tradições culturais humanitárias de matizes africanas; a conscientização da população afro-brasileira quanto à sua história na Diáspora e o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre culturas negras. Entre os itens de seu estatuto aparecem ainda como objetivos do GRUCON a construção de uma sociedade que se funde na igualdade de direitos entre homens e mulheres,

¹ Na metade da década de 1980 Conceição Felipe foi morar na região metropolitana de Belo Horizonte. Terminou os estudos e virou professora, porém não tive mais contato com ela.

de igualdade de oportunidades entre negros e brancos, o reconhecimento da contribuição do negro na construção da sociedade brasileira e o ressarcimento histórico do elemento negro por conta da exploração econômica e ideológica e da discriminação racial e social da qual foi vítima pelos colonizadores, visando o estabelecimento de igualdade e de oportunidades sobretudo para o negro pobre.

Também faziam parte do grupo pessoas não católicas, mas que eram militantes de esquerda e estavam bem convictas da necessidade da luta contra o preconceito racial no país. De 5 a 7 de setembro de 1981, em Brasília, foi realizado o I Encontro Nacional do Grupo União e Consciência Negra composta por 60 delegados que vieram dos 14 estados brasileiros da sua primeira formação. O encontro teve início com uma oração realizada por Dom José Maria Pires. Em seguida foi feita uma breve apresentação dos participantes. A seguir os participantes dividiram-se em grupos para discutir e sistematizar as suas experiências para serem apresentadas em plenário. Na parte da tarde cada grupo, por estado, fez um breve relato de sua experiência na caminhada feita. Nessa assembleia fiz minha primeira fala pública, estava morrendo de vergonha, era muito tímida. Eu fui uma das delegadas do Paraná porque o Moisés Soares não pôde ir. Como representante do Paraná apontei o histórico do grupo que havia começado a se reunir há um ano, com 14 pessoas e que, naquele momento, estavam reduzidas. Relatei que nossa maior dificuldade era arranjar local para as reuniões que estavam sendo realizadas nas casas das famílias. Também apresentei nosso programa de um curso sobre ritos afro-brasileiros, com objetivo de conscientizar sobre a problemática negra².

Moisés Soares³ foi o primeiro presidente do GRUCON do Paraná. Ele era seminarista do Combonianos⁴, uma congregação mais liberal do

² **Relatório do Encontro Nacional do Grupo União e Consciência Negra.** Disponível em <http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/i/encontro/relatoriosregionais/grupouniaoconsiciencia negra.htm>. Acesso 23/junho.2018.

³ Não confundir com o homônimo que era jornalista e empresário em Paranaguá na década de 1980.

⁴ Os missionários combonianos fazem parte de um instituto religioso exclusivamente missionário e se dedicam à evangelização dos povos. O seu serviço missionário é marcado por quatro dimensões: os povos, os pobres, o exterior (periferia) e por toda a vida. Daniel Comboni, depois de ter procurado envolver vários institutos na realização do seu Plano (Salvar a África com a África) decidiu fundar em Verona, no dia 1º de junho de 1867, o

ponto de vista das discussões e que tem uma prioridade de defesa do povo negro. Então, onde havia missionário comboniano haviam discussões e ações para combate ao racismo. Em Curitiba, até a década de 1990, a Vila Izabel era considerada a Vila Negra da cidade por conta dos combonianos que moravam e tinham seu seminário no bairro. Hoje estão localizados na Paróquia Santa Amélia, no bairro Fazendinha. Assim, o maior movimento negro de Curitiba ocorreu nesse bairro. Infelizmente hoje não encontramos mais vestígios dessa época em que a Vila Izabel era o reduto dos negros em Curitiba. No final dos anos de 1980 Moisés voltou para Belo Horizonte e um tempo depois deixou o seminário.

Lembro que nesse encontro contamos com a presença de um “espião do governo”, pois estávamos em plena ditadura militar. Esse representante do governo anotava tudo o que era discutido e o que falávamos. Brasília nessa época estava fervendo porque estavam sendo retirados os candangos (operários que ajudaram a construir a capital) da cidade. Então o encontro do movimento negro que ocorreu na capital federal nesse período ficou “super visado”.

Foi em Brasília que surgiu o nome do grupo – GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA/GRUCON⁵. Muita gente protestou falando que o GRUCON parecia nome de remédio. Mas, independentemente disso, importa que após o encontro nacional cada delegado voltou para sua cidade com as orientações de se trabalhar junto com um advogado para o desenvolvimento das ações do grupo na sua região. Assembleias locais deveriam ser realizadas para a discussão dos temas propostos, anualmente se deveria participar da assembleia nacional sempre realizada entre os dias 7 a 9 de setembro, entre tantas outras atividades.

instituto para as missões da África. Hoje os combonianos continuam a ir aos povos que ainda não foram evangelizados, para aí formar comunidades cristãs até ao momento em que as entregam à igreja local (diocese). Então vão para outros lugares onde começam tudo de novo. Disponível em <http://www.combonianos.org.br/>. Acesso 23.junho.2018.

⁵ NOME DO GRUPO: Aprovado com 42 votos a favor, 8 contra e 10 abstenções; o nome: “GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA”. **Relatório do Encontro Nacional do Grupo União e Consciência Negra**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/iencontro/relatoriosregionais/grupouniaoconsciencianegra.htm>. Acesso 23.junho.2018.

Para a solidificação do GRUCON pessoas como o sociólogo Betinho⁶, a sua esposa Maria Nakano e a Cleide Prado de Souza, ambas do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), foram de fundamental importância: desde na ajuda para resgatar a história do negro no Brasil para proporcionar o despertar da consciência histórico na população negra, pois muitos ainda recusavam a sua condição de negritude, até no entendimento do que era movimento social e como agir. Para ajudar nesse trabalho ele promoveu o material de formação do GRUCON. Um se chamava “*A história que não foi contada*” e o outro “*A vida renasce na luta*”⁷. Betinho tinha uma consciência muito madura da questão racial no Brasil.

Nós, do movimento negro, estávamos revoltados, atirando para todo lado. Estávamos descobrindo nossa negritude, o que era ser negro, o que fizeram com a gente enquanto negros. Queríamos lutar e nos defender, estávamos no olho do furacão. Daí vinha Betinho, ponderando, nos falando o que tínhamos que fazer, por onde se tinha que começar e dar continuidade com as atividades. Ele foi uma figura chave nesse momento de nascimento do GRUCON.

Um dia o advogado do GRUCON nacional nos perguntou: se o governo brasileiro ou qualquer outra entidade vier e perguntar agora o que vocês querem, quais são as suas prioridades, o que vocês responderiam? Essa pergunta me fez refletir e me dei conta que QUERÍAMOS TUDO! Mas que não tínhamos propostas! Então sentamos com o advogado e

⁶ Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, (1935-1997) graduou-se em 1962 em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante o governo de João Goulart assessorou o MEC comandado pelo Ministro Paulo de Tarso Santos, e defendeu as reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Com o golpe militar, em 1964, mobilizou-se contra a ditadura, sem nunca esquecer as causas sociais. Porém, com o aumento da repressão, foi obrigado a se exilar no Chile, em 1971. Lá assessorou Salvador Allende, até sua deposição em 1973. Conseguiu escapar do golpe de Pinochet refugiando-se na embaixada panamenha. Posteriormente morou no Canadá e no México. Em 1981, junto com os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda, fundou o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e passou a se dedicar à luta pela reforma agrária, sendo um de seus principais articuladores. Betinho também integrou as forças que resultaram no impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Mello. Mas o projeto pelo qual se imortalizou foi, provavelmente, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, movimento em favor dos pobres e excluídos. Disponível em <http://ibase.br/pt/>. Acesso 23.junho.2018.

⁷ Consultar ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs). **História do Movimento Negro no Brasil**. RJ: Editora Pallas/FGV, 2007.

começamos a elaborar o estatuto do GRUCON. Alguns dos itens desse estatuto tratavam do respeito aos cultos dos nossos antepassados, conforme apontado acima, mas para respeitar algo se tem que conhecê-lo primeiro. Então o GRUCON começou a realizar vários eventos na cidade, como por exemplo: todo mês de novembro, desde 1981⁸, acontecia a comemoração do dia da consciência negra e da morte de Zumbi, geralmente no salão de alguma paróquia da cidade onde se fazia a leitura de mensagens, poemas, apresentações de danças afro, samba e capoeira⁹. É possível acompanhar pelos jornais da época algumas atividades, bem como alguns dos motivos de luta do GRUCON, conforme essa nota do ano de 1981:

AMANHÃ, dia 20, é uma data que os negros do Brasil vão comemorar com atos antidiscriminatórios. O grupo “Consciência Negra” de Curitiba bolou muitas coisas. Dias atrás, por sinal, um cidadão pobre foi assaltado e pediu apoio num módulo policial e de lá foi escorraçado por ser negro e pobre. (SPRAY, CORREIO DE NOTÍCIAS, 19/11/1981, p. 2)

Em 1985 o GRUCON assinou, juntamente com outras instituições, o manifesto contra a visita do embaixador sul-africano Alexander Van Zyl, pois este representava o regime do estado facista que estavam causando a morte dos irmãos negros sul-africanos¹⁰. No ano de 1986 promoveu com outras entidades a “Semana Cinema e Cultura Negra” onde foram apresentados vários filmes brasileiros que tratavam da questão racial e que foram debatidos por Rosângela Dourado e Marli Teixeira como representantes do GRUCON¹¹. Nesse mesmo ano já começava a se discutir sobre a proximidade do centenário da Lei Áurea. Uma vez questionada sobre a libertação dos escravos negros declarei na época como representante do GRUCON: *“todos os gritos de independência dados no Brasil*

⁸ Diário do Paraná, 20/11/1981, p. 2.

⁹ Correio de Notícias, 21/11/1984, p. 15.

¹⁰ Correio de Notícias, 08/05/1985, p. 7.

¹¹ Correio de Notícias, 09/05/1986, p. 20.

*durante toda a sua história não conseguiram atingir os negros, que continuam em estado de subalternidade*¹².

No ano de 1987 o Museu Paranaense realizou uma mostra fotográfica sobre “O Negro no Brasil”. Após a abertura da exposição foi realizada uma mesa redonda que contou com a presença de Octávio Ianni, Marcia Eliza de Campos Graff, Carlos Antunes dos Santos, Maury Rodrigues Cruz e Lúcia Helena de Oliveira Cunha, todos pesquisadores sobre a Escravidão no Paraná. Eu, Dalzira, participei do debate como representante do GRUCON¹³.

O GRUCON do Paraná estava estabelecido em seis cidades no ano de 1988: Curitiba, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Umuarama, Londrina e Maringá. Na época o presidente era o Valmir Carlos Trindade e no ano do centenário da abolição ainda estávamos na luta constante da classe oprimida, procurando resistir a exploração¹⁴:

A RESISTÊNCIA NEGRA

Desde o primeiro momento em que o negro foi capturado em sua terra para servir como força de trabalho escravo no Novo Mundo, jamais deixou de resistir frente a tanta opressão. Seja no ato de sua captura em África, seja no transcurso da viagem ou quando em terra firme no Novo Mundo.

Os negros não vieram para o “nosso” país por livre e espontânea vontade, foram caçados “a laço”, separando-se tribos inteiras, mesclando-se com tribos de línguas diferentes e até tribos inimigas. Tudo para que não houvesse organização por parte deles.

A partir do momento em que era capturado iniciava-se para o negro a maior desgraça de sua vida. Muitos morriam no caminho rumo ao Novo Mundo. Aqueles que aqui chegavam eram comercializados como mercadorias, encaminhados para o trabalho forçado nas fazendas de cana-de-açúcar, para a extração do ouro e fazendas de café. Enfim, participando, obrigatoriamente, de todos os ciclos da economia brasileira.

Formaram-se nestes períodos de exploração máxima inúmeros quilombos, onde refugiavam-se boa parte dos negros que escapavam do cativeiro. O mais importante quilombo do Brasil foi o de Palmares, na Serra da Barriga,

¹² Correio de Notícias, 13/05/1986, p. 6.

¹³ Correio de Notícias, 01/06/1987, p. 18.

¹⁴ Nicolau, Ano 1, N° 11, 1988, p. 3.

em Alagoas, que pode ser considerado como o início da resistência, de certa forma organizado, do negro.

Hoje, o Grupo União e Consciência Negra do Paraná (organizado em seis cidades: Umuarama, Curitiba, Campo Mourão, Maringá, Cornélio Procópio e Londrina), dando sequência à luta constante do negro, busca, juntamente com toda a classe oprimida, resistir a toda exploração, buscando uma verdadeira libertação de todos: negros e brancos. (VALMIR CARLOS TRINDADE, economista e presidente do GRUCON Paraná)¹⁵

SÓ PALAVRAS

Abolição da escravatura. Que linda frase histórica. Quem foi abolido? O negro? Do que?

Sinto tristeza e vergonha quando ouço essa frase e, olhando a situação em que se encontra o povo negro, no segundo país mais negro do mundo, vejo que após esta abolição é que começou a exploração oficializada de menores abandonados, frutos do “Ventre Livre”.

Vejo negros atirados em asilos de velhos, frutos da “Lei do Sexagenário”, e a miséria total de um povo que fornece a maior renda per capita ao Brasil. Nós, hoje, fruto da famosa “abolição”, caçados como cães nos ideais, na igualdade de direitos, nem temos o direito de sermos nós mesmas: mulheres negras. (DALZIRA MARIA APARECIDA, costureira)¹⁶

Londrina não participava do nosso movimento, pois em 1985 houve uma dissidência interna e o nome do grupo foi alterado para Movimento União e Consciência Negra. Era composto por diversos alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que discutiam sobre os problemas enfrentados pelo negro, lutando pelo fim do preconceito racial¹⁷.

Em 1986 o grupo promoveu a “Noite de Arte Negra” juntamente com outras instituições da cidade de Curitiba. Era uma homenagem ao dia nacional da consciência negra onde foram apresentados dança afro, capoeira, roda de samba entre outras atrações¹⁸.

¹⁵ Nicolau, Ano 1, Nº 11, 1988, p. 3.

¹⁶ Nicolau, Ano 1, Nº 11, 1988, p. 3.

¹⁷ Folha de Londrina, 19/10/1985, p. 13, caderno 2.

¹⁸ Correio de Notícias, 22/11/1986, p. 12.

No ano de 1988 eu fazia parte como conselheira suplente do Conselho Estadual da Condição Feminina. Essa entidade foi criada em 1985 com o objetivo de *“promover a conscientização da mulher e exercer seus direitos plenos de cidadania”*. O Conselho promoveu várias ações nos setores da educação, trabalho, direito e violência contra as mulheres. Também realizou diversos encontros e seminários para a criação de grupos de trabalhos na UFPR que discutissem a condição da mulher¹⁹. Em agosto de 1988, com o apoio do GRUCON, o Conselho promoveu o I Encontro Paranaense da Mulher Negra. O evento foi realizado em Curitiba e a mensagem do grupo ao participar era para fazer valer seu slogan *“a lei tem que valer na vida”*, assim, *“a lei só é lei quando sai do papel e se transforma de letra morta em parte importante e respeitada da vida da comunidade. Vamos nos reunir para fazer as leis valerem!”*²⁰

Ainda organizamos os encontros regionais sul do GRUCON que contemplava os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro²¹: um em 1989 e outro no final dos anos de 1990. Também sediamos, em agosto de 1991 o encontro nacional aqui em Curitiba.

Éramos em mais de 50 membros no GRUCON em Curitiba. Um dia, ao final da reunião, no ano de 1983, as crianças, que acompanhavam seus pais nos encontros, reclamaram que não havia reunião para elas. Ficamos envergonhados por não havermos pensado antes na formação dessas crianças. Então assumi o Grupo de Crianças do GRUCON composto por 17 crianças com idades entre 3 a 14 anos. Foi um grupo ativo por três anos. Viajamos para São Paulo e Goiás para eles verem um pouco mais além dos seus espaços e ampliar seus horizontes, para viver e trazer novas experiências. Ao final de cada encontro eles faziam uma ata onde

¹⁹ **Posse do novo Conselho da Condição Feminina.** Correio de Notícias, 26/01/1988, p. 5.

²⁰ **I Encontro Paranaense de Mulheres Negras.** Correio de Notícias, 05/08/1988, p. 16.

²¹ **DIVISÃO DO «GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA» EM 3 REGIONAIS: NORTE, CENTRO E SUL. Relatório do Encontro Nacional do Grupo União e Consciência Negra.** Disponível em <http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/iencontro/relatoriosregionais/grupouniaoconsciencianegra.htm>. Acesso 23.junho.2018.

registravam os assuntos que gostariam que fossem tratados como a discriminação na escola e a missa de domingo.

Houve um racha dentro do GRUCON que nasceu dentro da igreja católica. Os negros católicos queriam colocar a igreja a favor da libertação da sociedade das condições de preconceito, visto que no passado foi uma instituição violenta, que escravizou o negro e se beneficiou da escravidão. Porém, os negros não católicos queriam que a defesa do negro se desse fora dos quadros da igreja católica. Então ocorreu uma reunião, foi votado e decidido que o GRUCON seria um grupo independente da igreja católica. Desse modo os negros católicos continuaram o trabalho dentro da igreja como Agentes da Pastoral Negros (APNs) já visando a campanha da fraternidade de 1988 referente ao ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Mais tarde houve outro racha interno e os APNs ficaram como um grupo civil (plurirreligioso, não católico, mas composto pela maioria católica) e dentro da igreja nasceu a Pastoral do Negro.

O GRUCON existe até hoje, mas como a maioria dos movimentos sociais ele está bem fragmentado. Teve problemas com o estatuto que ficou obsoleto, pois era de 1982. Teve problemas com dívidas. Preciso se refazer e nessa reorganização aconteceram desencontros. Atualmente a dívida foi paga e espera-se a regularização do estatuto junto à Receita Federal. Os encontros nacionais ocorreram com regularidade anualmente, durante o mês de setembro, até o ano de 2006. Depois, por conta dos problemas com a documentação a atuação do GRUCON nacional ficou paralisada. Atualmente temos os grupos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia atuando fortemente. Aqui no Paraná eu ainda sou indicada como a representante do GRUCON. Não temos mais um grupo organizado, se reunindo periodicamente e promovendo atividades com o nome do GRUCON como foi nos anos de 1980 e 1990. Mas ainda temos pessoas atuando na proposta da conscientização da negritude. Cada um trabalha com as propostas do GRUCON na sua área de atuação, seja na escola, na igreja, em uma fábrica. Não precisa mais o grupo estar reunido para ocorrer a conscientização, cada um pode trabalhar individualmente para isso.

Além do GRUCON, outras associações e grupos foram fundados em Curitiba para atuar no movimento negro da cidade. Suas atuações ocorriam em torno da mobilização política contra a discriminação e da promoção de movimentos artísticos como a dança, o teatro e a capoeira. Tudo visando registrar a resistência negra no Paraná. Entre as várias instituições fundadas destacamos:

- **Associação Cultural Afro-brasileira:** fundada a 10 de junho de 1982. A primeira diretoria foi composta tendo como presidente Natalício Soares, vice-presidente Dario Livino Torres, secretário Geraldo Magela Cardoso e tesoureiro Nelson Francisco de Paula. As reuniões aconteciam todos os sábados, às 19h na Rua Marechal Floriano Peixoto. O objetivo da associação, conforme noticiavam os jornais da época era a preservação das raízes da cultura africana no Brasil, promoção de intercâmbio cultural entre os clubes congêneres no Brasil e no exterior e a integração do negro na sociedade²²:

A Associação Cultural Afro-brasileira, é uma entidade civil com a finalidade de conscientizar as minorias raciais, especialmente os negros, no sentido de preservar as raízes culturais dos povos africanos no Brasil, no tocante a música, dança, folclore, religião e costumes, e colaborar com as autoridades para a solidariedade entre as raças²³.

Essa associação pode ser considerada uma revolução para o movimento negro na época. Realizou alguns eventos considerado bem chocantes para o período. Como uma vez em que um menino com vestes de escravo foi amarrado nas pilstras do prédio histórico da Universidade Federal na Praça Santos Andrade e partes do livro “Nossos Bosques têm mais vida”, que estava sendo lançado, foram lidas²⁴. Essa Associação era composta por mais de 80 pessoas e reunia muitos negros e isso era um incômodo. Ela contemplava todos os segmentos sociais – estudantes, profissionais liberais (como juízes, dentistas, advogados), atletas (sobretudo do futebol e do vôlei), músicos e a comunidade negra de um modo

²² **Afro-brasileira**, Diário do Paraná, 15/06/1982, p. 6.

²³ **Associação Afro lança livro**. Diário do Paraná, 26/08/1982, p. 2.

²⁴ SOARES, Natalício. **Nossos bosques têm mais vidas: notas sobre o preconceito e a desagregação racial no Brasil**. Curitiba: Editora Cruz de Malta, 1982.

geral²⁵. Infelizmente, após um curto período de atuação, algo em torno de cinco anos, a associação acabou pois não teve ninguém para continuar “tocando os trabalhos”.

- **Arte Negra:** grupo cultural criado em março de 1983 e que foi outra referência para o movimento negro em Curitiba até o início dos anos 1990. Coordenado pelo casal João Carlos da Silva e Ivani de Oliveira, o grupo realizava peças de teatro, com textos e músicas originais, que davam visibilidade à população negra na construção da história nacional, combatia o racismo e valorizava a cultura afro-brasileira. O grupo nasceu durante uma festa realizada em favor dos flagelados da Vila Santa Inês, no Boqueirão. Na ocasião foi improvisado um teatro para animar os presentes e a partir desse evento os participantes resolveram continuar juntos. Como notaram que só havia negros no elenco surgiu o nome do grupo Arte Negra²⁶. Entre os espetáculos apresentado pelo grupo que inclui musicais, peças infantis e peças teatrais destaca-se “Na evolução já existia eleição”, “Recessão”, “Jesus Cristo Negro”, “Sonhos de menino”, “A floresta da alegria”, “O emprego de lixeiro”, “Enegrecidos”, “Banzo, a morte real”²⁷.
- **APRONEGRO:** Associação Cultural Beneficente da Raça Negra criado em 1987 por Joaquim Luiz Cândido²⁸, que trabalhava pela conscientização do negro da sua importância cultural, social e econômica para o Brasil e pela conscientização do branco em reconhecer o valor da raça negra²⁹. Joaquim proferiu várias palestras nas escolas de Curitiba sobre o “Negro no contexto social e histórico” como parte das atividades que a cidade promoveu em comemoração ao centenário da abolição. Também percorreu várias cidades do interior do Paraná realizando debates em escolas e universidades sobre a questão racial. Outras ações foram desenvolvidas por esse grupo. Em 28 de agosto de 1987 promoveu uma palestra com o ex-deputado e um dos mais importantes pensadores da negritude - Abdias Nascimento - que também lançou seu livro “O Negro Revoltado”³⁰. Em maio de 1988, juntamente com o GRUCON e a Pastoral do Negro, o APRONEGRO promo-

²⁵ **Preservar as raízes é a meta dessa associação.** Diário do Paraná, 04/06/1982, p. 12.

²⁶ **O primeiro espetáculo de “Arte Negra”.** Correio de Notícias, 14/12/1984, p. 15.

²⁷ Correio de Notícias, 15 e 16/10/1988, p. 42.

²⁸ Joaquim foi funcionário da COPEL. Nas eleições de 1988 se candidatou a vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), obteve 348 votos e não foi eleito. O slogan de sua campanha foi “Põe o preto no branco”, ou seja, escrever o nome dele na cédula branca. Disponível em Eleições Municipais de 1988 - Curitiba - Quadro Estatístico. <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/1988115A75353.pdf>. Acesso 06.fevereiro.2019.

²⁹ **Raça negra vai ter associação em Curitiba.** Tribuna do Paraná, 20/04/1987.

³⁰ **O negro em questão.** Correio de Notícias, 16/08/1987.

Negritude. Correio de Notícias, 27/07/1987, p. 4.

veno no Teatro Universitário de Curitiba o debate “A realidade negra nos dias atuais” referente ao primeiro centenário da abolição onde se refletiu sobre “*o que devia ser comemorado? A omissão da história oficial da contribuição do negro ao Brasil?*”, questionou Joaquim³¹. O APRONEGRO atuou até o início da década de 1990³².

- **Iyá Akobiodé:** o grupo, fundado em 1989, era composto apenas por mulheres negras e organizado por Dirleia Aparecida Matias, Maria Teresa da Silva (a Tête) e Jaciara Ribeiro dos Santos. Mais tarde, em 1992, mudou de nome e passou a se chamar **Baluarto Negro** e nessa fase também passou a contar com a participação da professora Angela Elizabeth Sarneski. Entre as principais atividades desenvolvidas pelo grupo estão os desfiles de moda e penteados africanos, apresentações de músicas e danças africanas, e de ritmos de origens diversas como o samba, o reggae, o samba de roda e a capoeira. Também realizavam representações teatrais sobre a vida do povo negro. Em novembro de 1991, o grupo participou do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado no Estádio do Pacaembú, em São Paulo, realizando um desfile de trajes e penteados africanos. No ano seguinte, em Curitiba o grupo apresentou danças africanas nos eventos alusivos aos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo às Américas³³. O grupo atuou por quase 10 anos encerrando as atividades no início dos anos 2000³⁴.

Exposição fotográfica sobre a mulher negra



Fonte: acervo de Dirléia Matias

³¹ Os negros discutem no TUC a data de comemoração. Correio de Notícias, 25/05/1988, p. 18.

³² Entrevista de Joaquim Luiz Cândido concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 5 de fevereiro de 2019 em São José dos Pinhais.

³³ Correio de Notícias, 05/09/1992, p. 18.

³⁴ Entrevista de Dirléia Matias concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 23 de fevereiro de 2019 em Curitiba.

Meninas do Baluarte Negro



Apresentação teatral do Baluarte Negro



Fonte: acervo de Dirléia Matias

- **Xirê**: grupo cultural coordenado por Valdemar Laurencio e Júlia Tomaz dos Santos que trabalhava na valorização da cultura negra através do teatro, da dança e da música.
- Grupo **CENARAB (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-brasileira)**: era composto por um grupo de religiosos da tradição de matriz africana coordenado por Jayro Pereira de Jesus. O movimento a nível nacional foi fundado na cidade de São Paulo durante o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) realizado de 14 a 17 de novembro de 1991. Sua proposta era um conjunto de ações políticas para enfrentar a intolerância religiosa, os ataques preconceituosos aos terreiros motivados pelo racismo contra os valores civilizatórios negros-africanos³⁵. Curitiba sediou a quinta e última reunião nacional do movimento negro antes do ENEN durante o mês de agosto de 1991. Participaram dessa reunião os representantes dos 15 estados que formavam a coordenação do ENEN. Os grupos locais que apoiaram o evento foram o Grupo Utamaduni, Associação Cultural da Negritude, a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastoral Negros (ACNAP), o GRUCON, o Instituto Cultural e de Pesquisas Ilu Ayê Odara e o Arte Negra, além do Fórum de Entidades Negras do Paraná. O encontro visava ampliar a base social e política do movimento negro e a participação do conjunto de entidades e grupos sociais, fortalecendo-os como um canal de combate ao racismo, além de capacitar os militantes para a contribuição efetiva para os avanços das lutas sociais visando transformar a sociedade brasileira³⁶.

Uma pessoa importante para o movimento negro de Curitiba foi Glauco Souza Lobo³⁷, um branco, mas com grande conhecimento e bem

³⁵ Disponível em <http://www.cenarab.com.br/>. Acesso 23.junho.2018.

³⁶ **Reunião Nacional do Movimento Negro**. Correio de Notícias, 29/08/1991, p. 11.

³⁷ Nasceu em Niterói/RJ aos 25/03/1939. Faleceu em Curitiba/PR aos 21/02/2019. Chegou em Curitiba no dia 07/09/1945 acompanhado dos pais e da irmã. Ele era conhecido como um dos mais importantes nomes do Carna-

introjettato na causa negra. Ele foi a primeira pessoa que conheci no carnaval curitibano quando aqui cheguei no início da década de 1970. Interessante é conhecer como ocorreu a descoberta da negritude de Glauco. Conforme ele relata, em 1953 ele retornou ao Rio de Janeiro com a sua mãe e foram visitar alguns familiares. Quando chegou na casa dos tios e primos maternos viu que eram todos negros. Foi um choque descobrir sua afro-descendência, mas depois de um tempo decidiu estudar, pesquisar e a partir daí se engajou no movimento negro lutando contra o racismo. Ele teve muitas frentes de atuação nessa luta, como o programa de rádio Ilu Ayê Odara dedicado à cultura negra e que durou mais de 20 anos. Depois esse programa se transformou no Instituto Cultural e de Pesquisas Ilu Ayê Odara em funcionamento desde 1989³⁸ e que tenta tornar a importância dos negros mais visível para a população. O instituto tem a revista *Africaxé*, que traz notícias e discussões sobre a situação do negro no país - "*temos de difundir a cultura dos negros, fazer com que sua importância seja reconhecida*", afirma o presidente do instituto, Glauco de Souza Lobo³⁹.

Esse é o ponto central na figura de Glauco: ele questionava porque a presença do negro foi apagada da história de Curitiba e do Paraná e luta pela valorização da cultura negra:

Esse é o grande problema de Curitiba, pouca gente sabe que ¼ da população da cidade é negra. Curitiba não é uma cidade branca, pois 24,5% de sua população é negra. O Paraná é o décimo estado brasileiro em população negra, ou seja, há 17 estados com população negra menor do que nós! Então que estado europeu besta é esse? O Paraná é um estado igualzinho aos outros do Brasil! O não reconhecimento do negro na constituição da história econômica e cultural do Paraná vem por outros motivos. Tivemos a entrada do negro na constituição da história paranaense por duas frentes. Uma pelo litoral,

val curitibano e representante do movimento negro da capital paranaense. Disponível em <http://memoriasparana.com.br/glauco-souza-lobo-2010/>. Acesso 23.junho.2018.

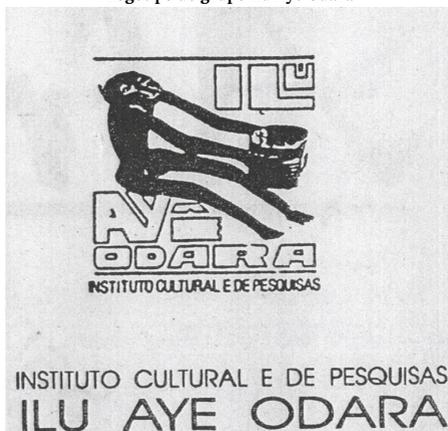
³⁸ Disponível em <https://www.ocnpj.com/empresa/instituto-cultural-e-de-pesquisas-ilu-aye-odara/81712044000146>. Acesso 23.novembro.2018.

³⁹ 116 anos depois da abolição, negros ainda lutam por igualdade (13/05/2004). Disponível em <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/05/13/509279/116-anos-depois-da-abolio-negros-ainda-lutam-igualdade.html>. Acesso 23.novembro.2018.

através da extração do ouro. Vieram para trabalhar no garimpo. A outra frente foi pelo tropeirismo. Sim, os tropeiros tinham escravos. Então a região de Castro, Guarapuava, Palmas tem a presença de negros. Basta olhar as fotos do período da Guerra do Contestado, estão todos lá! Essas fotografias mostram que havia mais negros e caboclos, também gente resultado da mistura entre o negro e o índio. Muitos quilombos estavam nessa região e começaram a ser atacados na época do Contestado. Depois foram completamente destruídos quando da colonização do oeste paranaense. Os quilombos foram destruídos e os negros assassinados. Isso a história não conta! Muitas cidades paranaenses têm 48%, 60% de negros na composição da sua população. Que estado branco é esse? Que estado europeu é esse? Isso não é verdade. (GLAUCO SOUZA LOBO, 2010)⁴⁰

Glauco também foi um dos fundadores da Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros no Paraná, sendo um importante divulgador das religiões de matrizes africanas.

Logotipo do grupo Ilu Ayê Odara



Fonte: Africaxé, Dezembro 1992, ano 2, N.3

⁴⁰ Memórias Paraná, 2010. Depoimento de Glauco Souza Lobo. Disponível em <http://memoriasparana.com.br/glauco-souza-lobo-2010/>. Acesso 23.novembro.2018.

Curso de Cultura Afrobrasileira

NEGRE

SE VOCE NÃO CONHECE A HISTÓRIA
DO SEU POVO,
E NÃO SABE DO CRIME COMETIDO CONTRA ELE;
SE VOCE DUVIU FALAR SÓ 'POR CIMA' EM QUILOMBOS,
E 'MAL E MAL' CONHECE A HISTÓRIA DE PALMARES,
DE ÇANÇA ZUMBA, DE ACOTIRENE E DE ZUMBI,
COMO ESPERA QUÉ TODO O BRASIL A CONHEÇA?

SE VOCE CONHECER SUA HISTÓRIA,
IRÁ SE ORÇULHAR!

SE TODOS OS BRASILEIROS CONHECEREM
A HISTÓRIA DO POVO NEGRE
ESTE POVO CONQUISTARÁ O RESPEITO
E A ADMIRAÇÃO QUE MERECE!!!

**CURSO DE INTRODUÇÃO
AO ESTUDO DA CULTURA AFROBRASILEIRA**

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISAS ILÚ AYÉ ODÁRA
AVENIDA LUIZ XAVIER, 68 - 7º ANDAR - CONJUNTO 704
EDIFÍCIO TJUCAS
CURITIBA - PARANÁ

Fonte: Africaxé, Dezembro 1992, ano 2, N.3

Os negros de Curitiba vêm se organizando há muito tempo na luta por direitos sociais, por educação, pela recuperação da autoestima, pela conscientização e pela pesquisa. O objetivo de todos os grupos do movimento social negro é o mesmo: fazer com que a abolição da escravatura, considerada uma peça de ficção, seja finalmente uma realidade, pois ainda em pleno século XXI continuamos a ser vítimas de preconceito e discriminação, a ser excluídos dos melhores postos de trabalho, a ser esquecidos pela história oficial. Lutamos para garantir nossa liberdade, pela igualdade de direitos e pelas nossas vidas! E essa luta parece longe de acabar! Por isso a militância não pode se prender a interesses particulares, tem que lutar pelo coletivo. O militante tem que se fazer entender tanto pelos mais simples, quanto pelos mais cultos e ter sempre como foco o interesse maior, da coletividade! Não deve se deixar guiar pela

ideia de que “farinha pouca, meu pirão primeiro!”⁴¹. Infelizmente, temos visto que o que acontece com a maioria dos movimentos sociais é que no início o povo se une em torno da causa em comum, depois cada um quer fazer “a coisa à sua maneira”, esquecendo-se da coletividade e tudo acaba por se fragmentar. Devemos resistir, persistir e lutar contra o racismo. Devemos defender nossa tradição e religiosidade. Devemos concentrar nossas energias e focar na construção de um mundo novo, na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual!

Sobre a autora*:



Dalzira Maria Aparecida, 2017.

Foto de Socorro Araújo

Dalzira Maria Aparecida, ou simplesmente Iyagunã Dalzira, ou Yá como é carinhosamente chamada, nasceu em Minas Gerais em 1941. Mudou-se ainda na infância com a família para o Paraná, e desde então vem sendo exemplo de superação no estado e em todo Brasil, bem como exemplo na luta contra o racismo e as discriminações de toda ordem.

Possui Mestrado em Tecnologia (na Linha Tecnologia e Trabalho) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2013); graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Brasil (2008). É pesquisa-

⁴¹ Ditado brasileiro muito antigo que demonstra manifestação de egoísmo, prevalecendo o individualismo, mesmo diante das situações mais extremadas em que somos chamados a combater juntos.

dora na área de Tecnologia, Relações Raciais com foco nas Mulheres Negras e no Candomblé. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

* Conforme entrevista de Dalzira Maria Aparecida concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 17 de dezembro de 2018 em Curitiba.

O movimento negro em Curitiba: dos APNs à ACNAP

Nivaldo Arruda (Paulo Borges)

Em outubro de 1985 ocorreu em Curitiba a Assembleia Estadual da Pastoral Operária (PO), grupo integrante do Movimento da Juventude da Igreja Católica, que escolheu o delegado estadual para a Assembleia Nacional realizada na cidade do Rio de Janeiro em dezembro daquele ano. Foi escolhido o delegado da PO do Paraná. Essa assembleia reuniu trabalhadores e lideranças de todos os Estados do Brasil para discutir e tirar as diretrizes para o problema do desemprego que, na época, tinha tomado proporções alarmantes - de cada 10 trabalhadores, 6 estavam sem trabalho.

Nessa Assembleia Nacional, algumas lideranças do movimento negro estavam presentes e decidiram em reunião discutir a possibilidade de reivindicar junto à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) para que em 1988, em função do Centenário da Abolição, a Igreja Católica adotasse a temática do negro na Campanha da Fraternidade daquele ano e não o tema das mulheres conforme estava previsto. A Campanha da Fraternidade é realizada no período da Quaresma e destina-se também a coletar contribuições financeiras para a causa da campanha. Iniciada em 1964, tratou por muitos anos de temas catequéticos, passando decididamente a temas sociais a partir de 1978 quando tratou do trabalho. Na sequência, vieram temas como ecologia (1979), migrações

(1980), saúde (1981), violência (1983), fome (1985); terra (1986) e menores (1987).

Participaram dessa reunião os Arcebispos Dom Eugenio Salles, Dom José Maria Pires (o Dom Zumbi, como era conhecido), Dom Mauro Moreli, o Padre Toninho de São Paulo, Frei Davi da Baixada Fluminense e alguns leigos, dentre ao quais estava minha pessoa. Ao final, ficou estabelecido que cada participante, ao retornar para seu Estado de origem, faria pressão sobre a CNBB, escrevendo cartas e telegramas a fim de que se adotasse o tema para a reflexão.

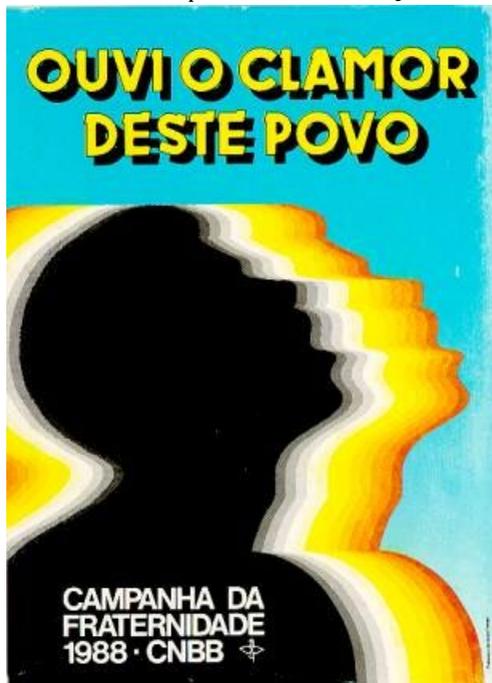
Um ano depois, após a escolha do tema proposto se estabeleceu o slogan “Ouvi o Clamor desse Povo”. Então o movimento negro começou uma mobilização nacional para que essa campanha de fato acontecesse. Em Curitiba, iniciaram-se as primeiras reuniões dos negros, no sentido de organizar a estratégia para o trabalho que deveria ser desenvolvido e foram fundados os Agentes de Pastoral de Negros (APNs).

De acordo com a Revista Raça, Nº 165, de novembro de 2016:

Agentes de Pastoral Negros, APNs, é uma instituição do Movimento Negro Brasileiro com uma tradição macroecumênica e inter-religiosa com o foco em diferentes comunidades de fé. Os APN's visam, também, maior participação de pessoas no processo de superação e marginalização sociocultural e econômica da população negra, além de assessorá-la, em questões que envolvam discriminação de raça, de etnia e de religião, fazendo com que haja aplicação da pena prevista na lei, denunciando e repudiando todas as pessoas e instituições praticantes de qualquer forma de racismo.

Os pontos mais marcantes na história da instituição foram as contribuições na redemocratização do País, após o fim da ditadura militar, o despertar da identidade afro nas igrejas cristãs, a formação sociopolítica do povo negro, além da articulação e participação de todos os grandes momentos de luta e manifestação do movimento social no Brasil.

Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1988



“Eu vi e ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo” (Ex. 3,7)

Fonte: <http://www.cnbb.org.br/>

Logotipo das APNs

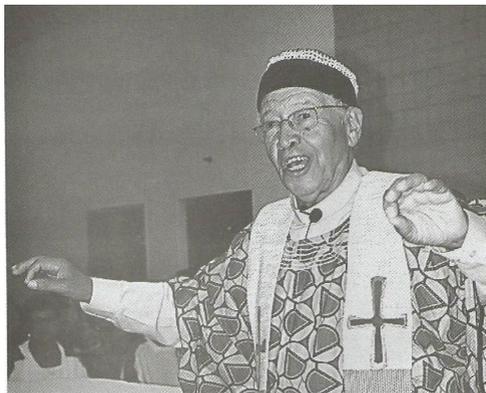


Fonte: CENPAH – Centro Pastoral Afro Padre Heitor

<https://cenpah.wordpress.com>

Em 1987 por ocasião da comemoração do “Dia da Consciência Negra”, o movimento negro de Curitiba estabeleceu uma semana de programação. No dia 21 de novembro, aconteceu uma missa com elementos afros na Arquidiocese Metropolitana sendo a primeira missa com elementos e Liturgia Afro celebrada em uma catedral no Brasil. Essa missa foi concelebrada por Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba e Dom José Maria Pires, o Dom Zumbi, Arcebispo da Paraíba, que veio especialmente para o evento.

Dom Zumbi



Fonte: <http://freigilvander.blogspot.com>

Toda a programação foi organizada por um grupo de seminaristas e de leigos negros que atenderam à convocação nacional e, inseridos em pastorais, passaram a fazer parte dos Agentes de Pastoral de Negros, cuja sede nacional estava localizada em São Paulo e era, denominada de Quilombo Central. A partir da iniciativa, cada estado organizou o seu Quilombo Regional.

Nessa missa, os cantos com a temática que refletia sobre a situação dos negros foram tocados tendo eu ao violão e nos atabaques os seminaristas Tatá, Figueiredo, Antônio Carlos e João Carlos. Cada canto foi coreografado por Gilmar, também seminarista e as danças desenvolvidas por um grupo de negras e negros dos Agentes da Pastoral Negra.

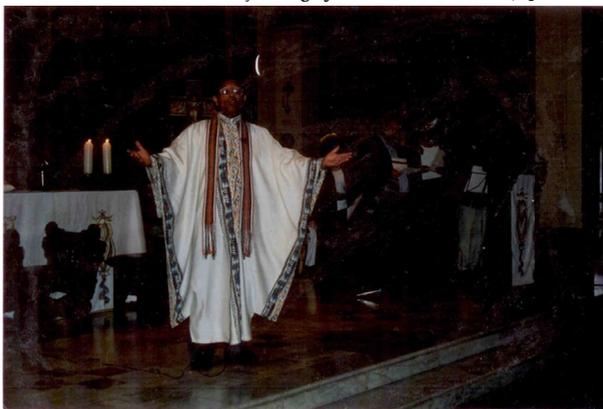
Detalhe da missa de 21 de novembro de 1987 em Curitiba



Fonte: acervo Paulo Borges

Na Abertura da Campanha da Fraternidade em março de 1988, os Agentes da Pastoral de Negros foram distribuídos pelas igrejas e Dioceses de Curitiba e nas principais cidades do estado como Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Cascavel. Foi uma revolução nas igrejas ocasionada pela atuação dos APNs: passaram a ser realizadas missas afros nos bairros de Santa Felicidade, Campo Comprido, CIC, Boqueirão, por toda a cidade.

Padre Renato em celebração na Igreja São Nicolau - Curitiba, 1988



Padre Renato foi o primeiro diretor espiritual dos APNs em Curitiba

Fonte: acervo Paulo Borges

Os APNs ainda trouxeram para Curitiba, em outubro de 1989 o escritor, ex-deputado federal e então Presidente do Memorial Zumbi do Rio

– Abdias Nascimento. Fundado em 1980, o Memorial Zumbi reunia intelectuais, pesquisadores, organizações comunitárias e entidades do movimento negro de todo o Brasil. O tema da palestra de Abdias em Curitiba foi “Interação social do negro no Brasil” e ela fez parte da programação de inauguração da Universidade Popular do Trabalho.

Após a Campanha da Fraternidade, o grupo dos APNs continuou com as reflexões reunindo-se semanalmente em uma sala nos fundos da Igreja Bom Jesus, na Praça Rui Barbosa, em Curitiba, estudando e discutindo sobre a realidade do negro no Brasil e, principalmente, em Curitiba. As reuniões começaram com uma média de 20 pessoas, e cresceram continuamente, chegando a reunir mais de 80 participantes por encontro. Quem participava, levava a discussão para as suas escolas, universidades, igrejas, para as suas comunidades.

Porém, o fato de ser um grupo com forte identificação com a igreja católica e as pastorais, de certa forma, restringia a participação de pessoas que não professavam nenhuma religião ou eram de outros credos, então se pensou em formar uma associação que fosse mais aberta à participação de todos.

Assim, em 1990 nasceu a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastoral Negros, a “ACNAP” fundada por mim e por José de Arimatéia Gomes¹ que juntos redigimos o Estatuto e, após a apreciação em assembleia, por mim presidida foi aprovado e fundada a ACNAP - uma entidade sem fins lucrativos que, ao longo de mais de 28 anos, tem marcado fortemente o combate ao racismo em Curitiba e no Paraná e o fortalecimento da consciência negra.

¹ José de Arimatéia Gomes, nascido na Paraíba, era seminarista, formado em Filosofia pela PUC/PR. Foi membro da Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e a Infância (Correio de Notícias, 01/04/1987, p. 8), membro do Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente (Decreto Nº 3763 de 06/07/1994) e secretário do Fórum de Entidades Negras do Paraná que aconteceu em Curitiba de 30 de agosto a 02 de setembro de 1991. Esse fórum foi o evento preparativo para o I Encontro Nacional de Entidades Negras que ocorreu de 14 a 17 de novembro de 1991 em São Paulo (Correio de Notícias, 21/08/1991, p. 4).

Posse da primeira diretoria da ACNAP em 1990



Fonte: acervo Paulo Borges

A ACNAP possui uma sede própria que fica na Vila Xapinhal, bairro do Sítio Cercado. O terreno foi doado pela Associação dos Moradores da Vila Xapinhal e a construção foi bancada pelas feijoadas organizadas por seus membros. Para a finalização da construção foi realizado um projeto junto com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) que conseguiu recursos de uma ONG italiana. Nesse prédio próprio foram realizadas várias atividades, desde festas e feijoadas para arrecadação de verbas até o funcionamento de uma escola, chamada Escola Alternativa, que era um sonho do grupo desde a criação da associação em 1990. Os projetos da ACNAP se concentravam, sobretudo, nas áreas de educação e cultura.

Equipe de coordenação da ACNAP - 1996



Fonte: acervo Paulo Borges

Em sua sede foram ofertados cursos de formação política, de panificação, de dança. Também foram desenvolvidos os projetos Primeiro Emprego e uma estação de rádio local com estúdio de gravação, além do projeto de âmbito nacional Casa Brasil, idealizado em 2003, que articulou esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais brasileiras visando a construção de espaços públicos onde as pessoas pudessem utilizar computadores, acessar a internet e outras tecnologias digitais. O projeto fazia parte de uma série de programas do governo federal visando a inclusão digital: a democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Até 2009 foram construídas mais de 80 unidades Casa Brasil em todo o país.



Em novembro de 1991, a ACNAP participou do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado no Estádio do Pacaembú, em São Paulo. Nesse encontro se chegou a conclusão de que o Movimento Negro necessitava se orientar segundo a política e ações criadas em coletivo. O ENEN é fruto de vários encontros de homens e mulheres negras em todo Brasil, tendo como finalidade o fortalecimento do movimento negro no país, em combate ao racismo e a desigualdade. Nesse encontro foi criada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) que reunia as entidades negras que se organizavam em fóruns estaduais.

Cartaz do 1º ENEN



Fonte: culturadigital.br/mnupe/tag/i-encontro-nacional-de-entidades-negras/

No ano de 2002 a ACNAP recebeu uma visita muito importante: a do ativista político e norte-americano Jesse Jackson, que participou, ao lado de Martin Luther King da luta pelos direitos civis para os negros nos Estados Unidos e foi duas vezes pré-candidato do Partido Democrata (em 1984 e 1988) às eleições presidenciais daquele país. Jackson veio ao Paraná especialmente para apoiar o então candidato petista ao Palácio Iguazu, Padre Roque e na tarde de 28 de setembro reuniu-se com lideranças da comunidade negra na ACNAP².

Em 2003 fui o autor de um dos projetos mais importantes desenvolvidos até o momento pela ACNAP na área da educação: o primeiro Curso Pré-Vestibular para Negros e Negras de Curitiba. Tive acesso a um folder da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que através de seu Laboratório de Políticas Públicas desenvolvia o Programa Políticas da

² Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/reverendo-jesse-jackson-manifesta-apoio-a-roque/>. Acesso 23.abril.2018.

Cor na Educação Brasileira (PPCOR), financiado pela Fundação Ford. Falei com Frei David, da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) e submeti um projeto para a ACNAP que foi aprovado, porém com o critério de que o público do curso seria apenas negros. Para a realização do projeto, foram firmadas parcerias com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que cedeu uma sala para as aulas no Campus do Jardim Botânico; com o Colégio Positivo que fez a doação do material didático (apostilas) e com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP) que fornecia material de apoio como fotocópias. Os professores que ministraram as aulas eram membros do movimento negro de Curitiba. A primeira turma reuniu mais de cem estudantes negros. Imagine em Curitiba, reunir cem pessoas negras em uma sala de aula para estudar! Foi um rebuliço. No primeiro ano o curso aprovou três pessoas e no ano seguinte cinco.

O projeto piloto teve a duração de dois anos. Findo esse prazo, mesmo sem o apoio financeiro da Fundação Ford, a diretoria da ACNAP resolveu continuar com o projeto por conta própria e com as parcerias locais. Obteve-se ótimos resultados, pois conseguimos ajudar mais de 300 alunos negros a ingressar na UFPR e em outras universidades. Alguns desses estudantes, inclusive já estão concluindo mestrado e doutorado. O projeto prosseguiu por mais oito anos.

Os projetos da ACNAP da área cultural mais destacados foram os conduzidos por Vera Paixão como o Grupo Afro-cultura Ka-naombo e o Concurso Beleza de Palmares (escolha da Miss e do Mister Palmares) que teve dez edições entre 1990 e 2000 onde, entre organizadores e público se somavam mais de 400 pessoas em cada evento.

O boom no movimento negro de Curitiba foi dado com a proximidade do centenário da abolição no final dos anos de 1980, teve seu auge nos anos de 1990 e início dos anos 2000. E depois passou por uma fase de desencantamento somado à criminalização dos movimentos sociais por parte dos gestores políticos. Nos últimos cinco anos as atividades realizadas pela ACNAP estão sendo desenvolvidas em parceria com o

Centro de Promoção de Agentes de Transformação (CEPAT), com o projeto Negritude, Branquitude e Novos Olhares, que tem como foco, além da conscientização racial e social para o povo negro, atuar na formação político-cidadã, compreendendo o ser humano na sua integralidade.

A nível nacional muitas conquistas veem ocorrendo para o movimento negro desde a Organização da Marcha Zumbi dos Palmares realizada em 1995 na cidade de Brasília em alusão aos 300 anos de sua morte. Apesar de não ter conseguido apoio do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, foi um momento de articulação política ímpar para o movimento. Os resultados desta ação continuaram repercutindo na formulação de políticas públicas, a partir da participação do Brasil, em 2001, na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e contra toda a Discriminação Correlata, que aconteceu na cidade de Durban, região sudeste da África do Sul onde, dentre os 173 países participantes, o Brasil era um dos últimos a ter políticas públicas voltadas para a inclusão da população negra e indígena. Assim, sendo signatário dessa convenção internacional, iniciou-se a implantação de uma série de políticas públicas visando o combate ao racismo.

A mola propulsora foi a criação em 21 de março de 2003 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) responsável por planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino dos estados, Distrito Federal, municípios e as representações sociais, a implementação de políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos ao longo da vida, para a educação do campo, para a educação escolar indígena, para a educação em áreas remanescentes de quilombos, para a educação nas relações étnico-raciais, para a educação em direitos humanos e para a educação especial. Antes havia ocorrido a criação em 1988 da Fundação Cultural Palmares, entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura e que tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade

brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Temos as leis 10639/2003 e 11645/2008 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. A lei 12990/2014 que estabelece vagas para negros nas instituições de ensino federais e nos concursos públicos. O Estatuto da Igualdade Racial de 2010, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Atualmente, temos a nível local na Prefeitura Municipal de Curitiba a Assessoria de Direitos Humanos e Igualdade Racial ligada diretamente ao gabinete do prefeito. A nível estadual o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial (CONSEPIR), projeto do qual a ACNAP participou da elaboração e que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná. A ACNAP teve assento de uma representação no CONSEPIR. Há também o Núcleo de Promoção de Igualdade Racial (NUPIER) do Ministério Público do Paraná. Todas essas instituições merecem um estudo aprofundado para o entendimento de seus funcionamentos, bem como outras instituições mais antigas como o Instituto Afro-brasileiro do Paraná, fundado em 1996, que ficou um tempo desativado e hoje voltou a atuar no movimento negro da cidade de Curitiba e a Associação Cultural Afro-Brasileira fundada em 1982 em Curitiba que tinha entre seus objetivos preservar as raízes da cultura africana e promover a integração do negro na sociedade através da cultura e do ensino.

Apesar de todo o caminho percorrido e as conquistas até aqui alcançadas, ainda há muito a se fazer para o combate ao racismo em nossa sociedade!

Sobre o autor*:



PAULO BORGES, 2018

Foto de Marcia Evelin e Edgar de Souza

Nivaldo dos Santos Arruda, mais conhecido como Paulo Borges nasceu em 24 de janeiro de 1948 em Arapoti, uma pequena cidade do interior do Estado do Paraná. É o quarto filho do casal de agricultores Leonardo Arruda e Lucidia Gonçalves dos Santos que tiveram oito filhos.

Passou a infância e adolescência em sua cidade natal fazendo o curso primário no Grupo Escolar Coronel Costa Neto. Ainda criança, com onze anos de idade, começou a estudar inglês, espanhol e italiano através de música e livretos de bolso de uma coleção chamada “Língua Viva”. Sem perspectiva de emprego em Arapoti, ainda adolescente, mudou-se para Telêmaco Borba em busca de trabalho. Conseguiu o primeiro emprego como servente na Klabin do Paraná, empresa de papel e celulose. Para solucionar a sua falta de qualificação, fez curso profissionalizante no SENAI de mecânica geral, desenho mecânico, metrologia e serralheria. Cinco anos depois, já trabalhando como mecânico industrial na Klabin do Paraná, cursou o ginásio e depois o ensino médio através do supletivo, hoje o programa denominado EJA-Educação de Jovens e Adultos. Assim que terminou o ensino médio, começou a dar aulas de inglês no mesmo colégio em que estudava.

Sonhava em viajar para o exterior, um sonho que levou quinze anos para se realizar. Em 1986, casado e com três filhas, foi para os Estados

Unidos através de um intercâmbio cultural. Foi para Indianápolis/Indiana, na Purdue University em West Lafayette/Indiana e para o Notre Dame College na cidade de Kokomo, permanecendo duas semanas em cada instituição. Depois viajou por vários estados americano. Quando retornou ao Brasil mudou para Curitiba e, pelo conhecimento de inglês e experiência de dois meses na América, trabalhou só em empresas multinacionais. Só então fez curso superior, na recém-criada Faculdade Versalles, hoje Uniandrade, no curso de Letras Inglês/Português.

Sua vida profissional passou por altos e baixos, ao mesmo tempo em que estava empregado, no momento seguinte estava desempregado. Estudou até o quarto período do curso de Letras e teve que desistir, por falta de emprego. Conseguiu se manter mais tempo empregado em uma empresa fora de Curitiba, na montagem da Fábrica de Papel Impacel, em Arapoti, onde trabalhava como mecânico de ajustagem de precisão e intérprete de inglês, pois havia na obra três engenheiros finlandeses que não falavam português. Depois de dois anos, retornou a Curitiba e fez contato com uma multinacional que estava se instalando na cidade, uma empresa americana onde foi o primeiro funcionário contratado. Então mais uma vez viajou para os Estados Unidos para um treinamento. Um mês depois quando retornou, participou de todo o processo de instalação da empresa em Curitiba. Com esta empresa teve a oportunidade de viajar por todo território nacional e para países da América Latina como Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Chile e Venezuela. Na América Central, trabalhou na Nicarágua e no México. Na Europa trabalhou na Turquia e Suíça. Trabalhou em Acra, capital de Ghana, país da África Ocidental e na África do Sul, país do extremo sul do continente africano prestando serviço de assessoria técnica em mecânica industrial, montando e instalando máquinas extrusoras.

Em 2001, depois que a empresa encerrou suas atividades no Brasil, Paulo Borges voltou a estudar. Coursou Filosofia na Faculdade Padre João Bagozzi e depois fez Pós-graduação em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Educação para as Políticas Afirmativas no Brasil na

Universidade Tuiuti do Paraná. Fez um curso de extensão em “Teologia - as religiões no mundo” pela PUC-PR.

Começou a militância no Movimento Social Negro em 1985 dentro dos Agentes de Pastoral de Negros (APNs) que desenvolvia trabalhos voltados à educação e conscientização dos negros em Curitiba e Região Metropolitana. Naquela época, sem ter muita noção do que seria e queriam, os agentes já discutiam políticas públicas voltadas para a população negra, pois falavam em mudança de currículo, inclusão e estudo de línguas africanas nas escolas, entre outras questões. Entretanto, o fato dos APNs terem, na época, forte vínculo com a igreja católica, restringia a participação de pessoas de outros credos ou sem nenhuma crença. Assim, em 1989, em Curitiba, para possibilitar uma participação mais ampla da população negra ou não negra, foi fundada a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastoral de Negros (ACNAP) – da qual Paulo Borges é um dos idealizadores e fundadores.

Desde então, Paulo Borges tem acompanhado no Brasil e no mundo, principalmente em África, tudo que se relaciona à participação social e política voltada à população negra. Hoje Paulo é pesquisador e especialista em História, Cultura e Filosofia Africana e Afro Brasileira, e trabalha como autônomo na formação de professores das redes estadual e municipal em consonância com a Legislação 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira nas escolas.

* Entrevista de Paulo Borges concedida a Ana Crhistina Vanali e Andrea Maila Voss Kominek no dia 9 de abril de 2018 em Curitiba.

A associação cultural afro-brasileira

Ana Crhistina Vanali

A 10 de junho de 1982 foi fundada a **Associação Cultural Afro-brasileira** cuja primeira diretoria foi composta tendo como¹:

- presidente: Natalício Soares (professor e escritor)
- vice-presidente: Dario Livino Torres (juiz de Direito aposentado)
- secretário geral: Geraldo Magela Cardoso (poeta e contista)
- 2º secretário: Edileuza do Rocio Pereira (estudante)
- tesoureiro: Nelson Francisco de Paula (pastor evangélico e sociólogo)
- 2º tesoureiro: Vangival do Bispo Filho (estudante)
- diretor cultural: Inácio Arendt (filósofo)
- relações públicas: Percy dos Santos (ator)
- conselho fiscal: Nelson Perciliano dos Santos (operário), Jurandir Antonio da Silva (estudante), João Edson Miranda (estudante)
- suplente: Dalzira Maria Aparecida (comerciante), Odete Soares (comerciária)
- departamento de esporte: Laércio Fernandes de Oliveira e Noema Moreira de Oliveira
- advogados: Jorge Bernardi e Edson Feltrin

As reuniões aconteciam todos os sábados, às 19h na Rua Marechal Floriano Peixoto esquina com a Rua XV de Novembro, no centro de Curitiba. O objetivo da associação, conforme noticiavam os jornais da época, era a preservação das raízes da cultura africana no Brasil, a promoção de

¹ Associação de Negros elege sua diretoria. Diário Popular, 13 e 14 de junho de 1982.

intercâmbio cultural entre os clubes congêneres no Brasil e no exterior e a integração do negro na sociedade²:

A Associação Cultural Afro-brasileira, é uma entidade civil com a finalidade de conscientizar as minorias raciais, especialmente os negros, no sentido de preservar as raízes culturais dos povos africanos no Brasil, no tocante a música, dança, folclore, religião e costumes, e colaborar com as autoridades para a solidariedade entre as raças³.

A Associação foi fruto do interesse de um grupo de intelectuais, estudantes e interessados que estava preocupado com o aumento dos conflitos raciais na cidade de Curitiba. Mais do que preservar a identidade cultural, queriam transmitir a consciência de raça, *“pois muitos negros não sabiam que eram negros”* (SOARES, 1982, p. 8). Isso ocorria porque a própria estrutura de formação histórica do nosso país acreditava na existência de dois brasis: um superior, de descendência europeia, e um inferior, de ascendência indígena e africana. Essa divisão foi reforçada por trabalhos como os de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, entre outros pensadores que defendiam a existência de convivência racial harmoniosa no país, porém o *“preconceito contra o negro e outras minorias existe, só que de uma forma velada, mascarado”* (SOARES, 1982, p. 8). Os negros são mantidos em espaços físicos demarcados, separados não por barreiras físicas, mas por outras mais violentas, conforme destaca Natalício Soares (1983):

Os negros são fáceis de localizar, estão marginalizados social e economicamente, num círculo vicioso de criminalidade, marginalização e analfabetismo, doença, ignorância, subemprego. A única maneira de transpor está barreira está no despertar da consciência para lutar, exigir e impor a sua condição de negro.

Os membros da Associação sabiam que sua missão não era fácil, pois *“muitos negros contribuem para a ideologia dominante baseada no*

² Afro-brasileira, Diário do Paraná, 15/06/1982, p. 6.

³ Associação Afro lança livro. Diário do Paraná, 26/08/1982, p. 2.

branqueamento da raça que tem suas raízes na vinda dos imigrantes europeus. Eles vieram para substituir a mão-de-obra escrava e também para que houvesse miscigenação e a população fosse clareando” conforme destaca Natalício Soares (1983), que continua:

O negro carrega consigo um estigma que vem do tempo da escravidão, uma lembrança de inferioridade. E num país que se pretende branco, mas mais da metade da população tem ascendência negra, o despertar da consciência racial se faz importante. O negro quando ascende socialmente parece querer fugir desse estigma, dessa marca e vê no convívio e no casamento com o branco uma maneira de ascender. Poucos negros que ascendem cultural e economicamente procuram seus pares. O estigma é muito pesado e violento. A elite dominante produz um padrão estético que é reproduzido para todos os outros estamentos sociais. Quem não for parecido com aquele ideal é discriminado.

A Associação promoveu muitas reuniões, palestras, seminários, debates, atividades culturais e desportivas, além de assistência jurídica a seus associados em casos de discriminação. Todas as atividades tinham o objetivo de resgatar a parte folclórica da cultura africana, sobretudo seus rituais. Os encontros eram bem politizados, de esclarecimento nas palavras de Magela (2018) que complementa: *“naquela época a entidade nacional mais forte que existia era o Movimento Negro Unificado (MNU) e aqui em Curitiba tinha o Grupo União e Consciência Negra (GRUCON). Somente na década de 1990 é que surgem outros grupos como a ACNAP. Não tiveram muitos grupos em Curitiba e hoje praticamente continua da mesma maneira”*.

Entre as atividades promovidas pela Associação, ganhou destaque o evento “Axé, um show afrodisíaco”, realizado anualmente no 13 de maio – Dia da Abolição da Escravatura – no Teatro de Bolso, localizado na Praça Rui Barbosa. Tratava-se de uma homenagem ao negro que também servia de preparação para o espetáculo de 20 de novembro, Dia Nacional da União e Consciência Negra - o dia da grande festa para a comunidade afrodescendente, pois é nessa data que *“comemoramos realmente a nossa libertação”* (MAGELA, 2018).

O dia 13 de maio não tem grande importância, pois essa data na verdade significou a libertação dos brancos que se viram livres dos encargos que significava ter a propriedade de um escravo. A partir do dia 14 de maio de 1888 o negro ficou livre do que? Analfabeto, ignorante, desestruturado psicologicamente e familiarmente. Saiu da senzala para a favela, as negras mucamas saíram da casa-grande e foram ser empregadas domésticas. Mudou-se o nome, mas a estrutura persistiu. Hoje o negro procura fazer parte desse mundo europeizante procurando brechas, estudando, buscando oportunidades de trabalho (SOARES, 1983).

O show Axé, criado junto com Grafite (filho de Lápiss⁴), tinha em seu repertório funk, capoeira, dança afro, poesia, música popular e samba, todas manifestações e expressões artísticas dos negros. *“O objetivo era resgatar a identidade cultural do negro no cenário brasileiro e atizar a consciência negra para que os próprios negros fossem agentes de sua própria transformação”* (MAGELA, 2018).

A Associação tinha uma posição radical em alguns pontos. Não pretendiam, por exemplo, fazer valer os direitos dos negros de forma violenta, mas atuavam para minar os obstáculos no campo psicológico. O grupo também considerava a miscigenação um fator negativo para a eclosão da consciência negra, pois *“no caso específico do negro ele procura quase sempre fugir do fato de que é negro. Os indivíduos que possuíam identidade de raça procuravam não se misturar, pois os dois lados perderiam em termos culturais. A miscigenação não servia nem para suavizar o preconceito visto que sempre haveria a barreira dos parentes”* (NATALÍCIO, 1983). O objetivo era fazer com que os negros e seus descendentes se assumissem enquanto negros, de modo que os encontros visavam debater os assuntos referentes à consciência negra. Uma das

⁴ Palminor Rodrigues Silva (1942-1978) cantor e compositor paranaense. Era funcionário da antiga Empresa de Correios e Telégrafos, onde ganhou, dos colegas de trabalho, o apelido de Lápiss, por ser "fino, alto e preto". Aos 18 anos compôs sua primeira música, "Vestido Branco". Casou com Romana, com quem teve dois filhos, Alexandre (o Grafite) e Palminor Júnior. Foi parceiro, entre outros, de Paulinho da Viola, Paulo Vítola, Rubens Rolim, Nicolatti, Micelli. Produziu músicas para os Originais do Samba, Eliana Pittman, Dóris Monteiro e Maria Odete. Ganhou o 1º Festival Paranaense de Música Popular Brasileira realizado pela TV Paranaense com a canção "Roteiro". Um de seus mais famosos shows foi o "Funeral para um Rei Negro" que apresentou no Teatro Guaíra. Foi duas vezes classificado para o Festival Internacional da Canção no Rio de Janeiro, numa delas conquistou a sexta colocação, com a canção "Roteiro". Gravou alguns taipes para a Rede Globo e fez turnê pela Europa em 1966. Fonte: <http://dicionariompb.com.br/lapis/biografia>. Acesso 12.setembro.2018.

funções de Magela, como secretário-geral, era convidar as pessoas para participar das reuniões. Ele relembra que, quando convidava seus amigos para assistirem a uma palestra, logo esses retrucavam que “*eles não eram negros, eram pardos!*” (MAGELA, 2018).

Entre os vários eventos realizados pela Associação estavam visitas às comunidades carentes da cidade e às comunidades quilombolas. Também participavam da Associação um grupo de teatro, um grupo de dança afro e um grupo de capoeira: “*a dança e a capoeira são as atividades folclóricas africanas de maior repercussão*”, destaca Magela (2018). Alguns membros da diretoria da Associação, como Natalício, Dario e Geraldo, lançaram livros abordando a temática racial. O grupo ainda conseguiu reunir pessoas importantes da sociedade curitibana, como advogados, juizes, esportistas e professores. No jornal Correio de Notícias sempre havia uma matéria de Geraldo Magela comunicando sobre as reuniões da Associação. Para Magela (2018), “*nosso trabalho na Associação serviu de base para o surgimento de outras associações*”.

No ano de 1985, a atriz Zezé Motta foi homenageada no Consulado do Senegal onde vários afrodescendentes convidados pela Associação participaram do evento. Na ocasião lhe foi entregue uma placa de prata traduzindo o pensamento da população afro-brasileira de Curitiba. Zezé agradeceu e enalteceu as pessoas que estavam empenhadas em desenvolver um trabalho de maior valorização da sociedade negra⁵.

Outro ponto interessante destacado por Magela (2018) é que os trabalhos da Associação serviram para, entre outras coisas, mostrar o “lado negro de Paulo Leminski”, que escreveu várias matérias sobre a negritude. Como exemplo citou a matéria do dia 13 de maio de 1986, publicada no Correio de Notícias, na qual Leminski homenageia Valdir Izidoro Silveira, um negro intelectual muito importante para o movimento negro da cidade de Curitiba, “*uma pessoa bem politizada e que partilhava das mesmas ideias de Leminski*” (MAGELA, 2018)⁶.

⁵ **Homenagem a Zezé Motta.** Correios de Notícias, 23/06/1985, p. 14.

⁶ Ver Anexo A.

A Associação durou cerca de cinco anos, teve apenas uma diretoria, e depois se desfez. De acordo com Magela, *“cada um procurou seu caminho e não teve como continuar, porque o grupo não conseguiu aglutinar pessoas que tivessem o mesmo ideal”* (MAGELA, 2018). Magela relembra que uma vez o ator Milton Gonçalves lhe falou que os negros curitibanos não eram unidos,

E sinto que até hoje há essa resistência. Eventos são realizados e não conseguimos unir a população negra da cidade, como agora o Julho das Pretas⁷ que está sendo realizado. Hoje é difícil aglutinar um grande número de negros com o mesmo objetivo. Cada um acaba procurando seu lugar, mas a consciência está mais politizada, as pessoas negras estão resgatando seus valores, sua dignidade e mostrando de fato a que vieram. E as cotas raciais nas universidades ajudaram muito nesse processo, pois hoje temos mais negros formados no ensino superior. A Associação fez a sua parte ao conscientizar um grupo de jovens que hoje são pais e avós e que com certeza já realizam a educação de seus filhos e netos de uma maneira diferenciada com relação à questão racial. Eu particularmente via e vejo que a maior dificuldade ainda está no fato do sujeito assumir sua negritude. Não tem como você colocar na cabeça da pessoa que ela é negra. Ela tem que se reconhecer enquanto tal. E a cultura do racismo velado, de levar na brincadeira o que deve ser considerado sério, não ajuda muito nessa tomada de consciência da negritude (MAGELA, 2018).

Passados cerca de 30 anos após o fim da Associação Cultural Afro-brasileira e 130 anos do final da Abolição, a população negra ainda continua sofrendo com a desigualdade, sendo a maior parcela dela condenada a exclusão social. Ela representa mais de 60% do total de 14 milhões de desempregados, ou seja, de cada três desempregados, dois são negros, e ganha bem menos que os brancos, segundo os dados do IBGE⁸. O passar do tempo não bastou para superar a escravidão que se apresenta com

⁷ Durante o mês de julho de 2018 aconteceu em Curitiba uma série de eventos que debateram o racismo e a misoginia. O “Julho das Pretas” teve feiras, palestras, oficinas, exposições, apresentações culturais e atos de mobilização social educativa em prol da igualdade de oportunidades. Disponível em <https://www.geledes.org.br/julho-das-pretas-programacao-especial-contra-o-preconceito/>. Acesso 12.setembro.2018.

⁸ Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso 12.setembro.2018.

uma roupagem diferente: a desigualdade social. É a luta por igualdade de oportunidades continua diária.

Referências

MAGELA (2018). Entrevista de Geraldo Magela Cardoso concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 20 de julho de 2018 em Curitiba.

SOARES, Natalício (1982). **Nossos bosques têm mais vidas: notas sobre o preconceito e a desagregação racial no Brasil**. Curitiba: Editora Cruz de Malta.

SOARES, Natalício (1983). **Preconceito: juiz de Direito ou juiz de futebol?** In: Revista Quem/Paraná.

Lista de fontes

Afro-brasileira, Diário do Paraná, 15/06/1982, p. 6.

Associação de Negros elege sua diretoria. Diário Popular, 13 e 14 de junho de 1982.

Associação Afro lança livro. Diário do Paraná, 26/08/1982, p. 2.

Axé, um show afrodisíaco. Correios de Notícias, 23/06/1994, p. 14.

O dia da Abolição. O Estado do Paraná, 13/05/1984.

Show “afrodisíaco” no Teatro de Bolso. O Estado do Paraná, 13/05/1986.

É declarada extinta a escravidão no Brasil: Lei Aurea de 13 de maio de 1988. O Estado do Paraná, 13/05/1983.

Homenagem a Zezé Motta. Correios de Notícias, 23/06/1994, p. 14.

Negros ainda são discriminados, 98 anos depois. Correios de Notícias, 13/05/1986.

O dia da Abolição. O Estado do Paraná, 13/05/1982.

Um show diferente vai marcar a passagem do “Dia da Abolição”. Estado do Paraná, 13/05/1986.

Anexo A - Abaixo o 13 de maio! p/ Valdir Izidoro Silveira

Paulo Leminski



Da minha metade negra por parte da minha mãe, protesto, mais de uma vez, contra essa comemoração do 13 de Maio, o Dia da ‘Liberção dos Escravos’, como aprendemos nos estúpidos manuais escolares, que sempre contam a história a partir da perspectiva dos vencedores e das classes dominantes.

Nesse dia, aprendemos, a boboca da Princesa Isabel, uma panaca bem parecida com Papai Pedro II (o Pedro Banana, dos “chargistas” da época), que nunca fez coisa alguma de memorável, em 13 de maio de 1888, Isabel assinou, com pena de ouro, a quarta lei abolicionista, dando por extinta a escravidão no Brasil (depois da Lei da Proibição do Tráfico, do Ventre Livre e dos Sexagenários).

Grande bosta.

A essas alturas, o Império já estava caindo de podre, e os militares o derrubariam no ano seguinte. A escravidão já era, há muito tempo, uma

instituição arcaica, absurdamente onerosa diante das relações capitalistas de produção, baseadas no salário.

Um empregado é infinitamente mais barato que um escravo.

Não precisa alimentá-lo, nem obrigá-lo, não precisa cuidar da saúde dele e, se morrer, é só contratar outro.

Quer dizer, a Lei Áurea foi absolutamente inútil, um gesto retardatário e meramente ornamental, que só consagrava uma situação de fato.

A força do gesto está no significado simbólico, abolir a escravidão, conceder a liberdade a milhares de seres, que mourejavam no cativeiro.

Aí é que está o fura da questão toda.

Pra começo de conversa, liberdade é o tipo da coisa que não se concede. Liberdade se conquista. Se preciso, com armas na mão.

Passivos como escravos, os negros receberam, passivamente, esta liberdade que, como tudo o mais, lhes vinha de cima. Do mesmo lugar donde costumavam vir as chicotadas do feitor.

Mas isso, ainda é pouco comparado com a sacanagem maior.

O escravo liberto, em 13 de maio, não recebia nenhum tipo de compensação, nem em terra nem em dinheiro, que lhe permitisse começar sua vida como cidadão livre.

Com a Lei Áurea, os negros foram atirados do inferno agudo da senzala, do chicote e da tortura, para o inferno crônico da pobreza, do analfabetismo e do despreparo intelectual, inferno onde, ainda hoje, vegeta parte da população dos negros e mulatos do Brasil.

Milagres um Gilberto Gil, um Pelé, um Guerreiro Ramos, um Ney Lopes.

Da senzala, o negro saiu para a favela. Da escravidão para o crime.

Parte considerável da nossa população carcerária é constituída por gente de pele escura.

E a polícia não tem dúvidas. Todo o negro é um criminoso em potencial. Mãos para cima, negão, e vai contando tudo, se não quer ir para o pau-de-arara.

Esse foi o grande crime social cometido pela Lei Áurea.

A condenação da raça negra, no Brasil, a uma condição subalterna, miserável e desprotegida, entregue à própria sorte.

Sabe-se, por exemplo, que inúmeros escravos, depois da abolição, preferiram continuar trabalhando nas mesmas fazendas e casas-grandes onde tinham crescido, criado laços e envelhecido.

Vamos imaginar uma negra escrava Emerenciana, uma tia Anastácia, de 62 anos, cozinheira de uma fazenda de café, no interior de São Paulo.

Ela nasceu naquela fazenda. Quando moça e bonita, foi amante do seu senhor. Mais velha, deu de mamar ao sinhozinho da casa-grande e lhe ensinou a falar, e lhe contou histórias de assombração.

Foi copeira, faxineira, arrumadeira. Assistiu a festas. Ajudou a sinhazinha a se vestir na noite do grande baile.

Na cozinha, Emerenciana é a senhora. Sabe onde está cada tacho, cada panela, cada frigideira, cada prato, cada concha, cada xícara.

E agora vem essa tal de Isabel e assina uma lei que diz que ela está livre e pode ir onde bem entender. Oras bolas!

Ir para onde, se seu mundo é este, esta condição subalterna, esta cozinha sempre suja e sempre limpa, este varal de roupas, este temor, quase amor, diante de sinhô e sinhá?

Em sua crueldade, a máquina de opressão luso-brasileira foi perfeita.

Não temos, hoje, um sociólogo pernambucano, chamado Gilberto Freyre, que se derrete de indisfarçável ternura ao enxergar (na cabeça dele) uma idílica “integração” entre negros e brancos, entre senzala e casa-grande, no Brasil patriarcal do açúcar?

É significativo que, em seu “Casa Grande & Senzala” (1928), o livro mais safado da sociologia brasileira, esse ridículo pavão moribundo que é Gilberto Freyre, praticamente, não dedique uma linha aos quilombos e à resistência negra, aos negros fujões e ao incansável desejo de liberdade negra, demonstrado em inúmeros rebeliões, culminando com a Guerra Santa dos negros muçulmanos malês da Bahia, em 1935.

Tudo se passa como se aqueles negrões da Nigéria e de Angola adorassem servir àqueles estúpidos manuéis e joaquins que enche com o lixo de sua presença essa casa-da-mãe-joana, que é a história pátria.

Está na hora do negro começar a escrever a história do seu passado, enquanto etnia.

Para isso, o negro brasileiro vai ter que ir para a universidade, vai ter que virar sociólogo, cineasta, romancista, poeta. Sobretudo, político. Vai ter que ter dinheiro.

Lenta, mas inexoravelmente, esse dia se aproxima.

Todo negro é uma nobreza, no Brasil Nobreza do passado, do trabalho feito, da rebeldia sufocada, da resistência cultural inquebrável (o samba, o candomblé, a capoeira).

Ainda vai raiar o sol nessa África que trazemos dentro de nós.

Até lá, vamos cuspir nessa miserável festa de 13 de Maio, dia da Grande Sacanagem Contra o Negro Brasileiro.

Pra mim, pra nós, o grande dia do negro brasileiro é o dia em que morreu Zumbi e caiu Palmares, o maior quilombo do Brasil Colônia, onde os negros mostraram, com armas na mão, diante do maior exército que o Brasil já vira, que com preto não se brinca.

A data é 20 de novembro.

Pra mim, 13 de maio cai em 20 de novembro.

Até lá.

Hoje à noite, a partir das oito, a coisa vai estar preta, no Teatro de Bolso, na Praça Rui Barbosa.

Vai ter roda de samba, demonstração de capoeira, poemas gritados pelo Geraldo Magela, “show” do Grafite e outras negritudes alusivas à data.

O último a chegar é mulher do Gilberto Freyre

Sobre o entrevistado*:



GERALDO MAGELA CARDOSO, 2017

Foto acervo de Geraldo Magela

Geraldo Magela Cardoso é poeta, editor, performer, produtor cultural, ator e educador. Nasceu em 1956, em Minas Gerais, filho da professora e poetisa Maria Lisbela Cardoso e de José Gonçalves Cardoso, boiadeiro. Atualmente é um dos coordenadores da Feira do Poeta de Curitiba.

Foi um militante ativo do movimento negro em Curitiba na década de 1980 realizando e participando de vários eventos, sobretudo culturais, na cidade. Em 1981 foi um dos primeiros poetas a frequentar a Feira no Largo da Ordem, em 1982 foi co-fundador da Associação Cultural Afro-brasileira.

Recebeu, entre outras honrarias, a Medalha Mérito Cultural do Projeto Poetizar o Mundo. Entre os livros publicados destaca-se: Bendita Boca Maldita (poemas, 1982); Os Calombos dos Quilombos (poesia afro, 1983); Se Metamorfose (poemas concretos, 1984); Coletânea da Revista Feira do Poeta (poemas, 1986); Poesygynyka (poesia em rolo de papel higiênico, 1986); Os Mamilos de Vênus (poemas eróticos, 1986); O Homem é Produto do email (microcontos, 2015); entre outros.

Geraldo Magela ainda realiza vários projetos relacionado a poesia, de incentivo à prática da leitura e de valorização da cultura negra.

Fontes:

GERALDO MAGELA CARDOSO. Verbetes da Academia Virtual Internacional de Poesia, Arte e Filosofia. Disponível em <http://avipaf.blogspot.com/2018/05/geraldo-magela-cardoso.html>. Acesso 18.setembro.2018.

Sarau Afro homenageia Geraldo Magela (31/08/2016). Disponível em <https://informativocentroculturalhumaita.wordpress.com/2016/08/31/sarau-afro-homenageia-geraldo-magela/>. Acesso 18.setembro.2018.

* Entrevista de Geraldo Magela Cardoso concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 20 de julho de 2018 em Curitiba.

Centro de integração social, cultural, comercial e turístico afro-brasileiro

Ana Crhistina Vanali

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das relações comerciais, industriais e intensificar o intercâmbio cultural, social, comercial, turístico, científico e tecnológico e a transferência de tecnologia entre o Brasil, com os países africanos e demais continentes, foi criado pelo Cônsul-geral Honorário da República do Senegal para os estados do Paraná e Santa Catarina, o senhor Ozeil Moura dos Santos , no ano de 1996 o Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico Afro-brasileiro.

O Centro de Integração em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), desde o ano de 1996 até 2017, em sessão solene no plenário da ALEP, realizou a comemoração da Data Nacional da Consciência Negra, o dia 20 de Novembro, referendando a imortalidade de Zumbi dos Palmares onde foram homenageadas mais de uma centena de pessoas ilustres das comunidades paranaense, brasileira e africana. Na sua última edição, o Cônsul Ozeil fez uma retrospectiva dos 23 anos desse trabalho conjunto:

No dia 20 de novembro comemorou-se o Dia Nacional da Consciência Negra, nos 322 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, que é uma data muito especial na qual podemos saudar quem muito fez pelo desenvolvimento brasileiro, desde o século XVI. E nestes 22 anos de eventos realizados nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tivemos eventos épicos, pois:

- Contamos a história dos negros vivendo em abundância do continente africano.
- Falamos dos caçadores de escravos no entreposto do Senegal (casa dos escravos).
- Relatamos a odisseia da travessia do Atlântico.
- Falamos da chegada dos escravos nos portos brasileiros.
- Falamos sobre a escravatura no Brasil.
- Falamos sobre o sonho de Martin Luther King, na épica marcha de Washington, que ele teve um sonho.
- Falamos como é formada a pessoa humana. De um corpo e de uma alma. ... a alma não tem cor.....
- Criamos um grupo folclórico, onde encenamos a peça teatral: O Negro - Saga de uma Raça, que emocionou todos os presentes.
- Falamos sobre a influência da cultura negra que está presente em todos os cantos e recantos do país: da culinária às vestimentas, da música à literatura, da engenharia à economia, das artes às religiões, da ciência ao esporte. Em quase todos os segmentos da vida dos brasileiros.
- Falamos sobre a auto estima que leva as pessoas a vitória, superando todos os obstáculos.
- Enaltecemos todos os negros do mundo que foram campeões olímpicos em todas as modalidades esportivas, onde apresentamos um filme sobre eles.
- Relatamos a vida dos negros expoentes no mundo, tais como Steve Biko, Martin Luther King, Malcom X, Cruz e Souza, Kunta Kinte, Agostinho Neto, José do Patrocínio e muitos outros. E não deixamos de falar também sobre a herança maior das grandes figuras da história, como Zumbi, Ganga Zumba, Henrique Dias, Chica da Silva, Joaquim e Castro Alves, (que fizeram a república brasileira) entre muitos.
- Falamos da história dos irmãos Antonio e André Rebouças (engenheiros), da 1ª engenheira negra Enedina Marques, que se formou em 1945.
- Falamos do negro que se formou médico pela Universidade do Paraná em 1945 Osvaldo Ferreira dos Santos (meu tio).
- Falamos sobre o Santos Futebol Club, que foi campeão em 1935, com dois jogadores paranaenses: José Ferreira dos Santos e João Ferreira dos Santos (meu pai e meu tio).
- Falamos sobre o significado do olho do Museu Oscar Niemeyer. Eu disse que quero ver as crianças negras saindo do primário, do secundário indo para as faculdades, participando da política e assumindo cargos de responsabilidade nas administrações municipais, estaduais e federais, no

- legislativo, executivo e no judiciário e com patentes graduadas nas forças armadas.
- Falamos sobre Paul Robson, ator e cantor negro, que lutou pelos direitos humanos nos estados unidos.
 - Contamos a história de Saldanha Marinho um dos grandes negros políticos do Brasil.
 - Falamos das incompreensões do mundo.
 - Falamos da vida do grande compositor, Waltel Branco, do cantor LÁPIS e do cantor Nattinho, e da medalhista olímpica Daiana dos Santos, que aqui estiveram recebendo as suas homenagens.
 - Contamos a história da Família Ferreira e do seu trio de ferro do Paraná, a melhor linha média do Brasil.
 - Descrevemos a vida do Deputado Adalberto Camargo por São Paulo, desbravador do Continente Africano e de Plácido de Silva (fundador da Gazeta do Povo)
 - Abrimos a arca do conhecimento, onde havia vários pergaminhos com as seguintes propostas para a integração e crescimento dos afro descendentes, a saber: resumo dos pergaminhos da África:
 - 0.1-O negro deve erguer a cabeça e elevar a sua autoestima.
 - 0.2-Precisa acreditar em si mesmo e no seu potencial, e nas suas capacidades.
 - 0.3-Pois, não é a cor que torna alguém mais capacitado.
 - 0.4- O principal meio é a educação e a cultura, pois sem educação não há liberdade.
 - 0.5- As mães e os pais eduquem seus filhos e mande-os para as escolas, pois, só a educação pode garantir um futuro de oportunidades.
 - 0.6- É necessário aprender a informática e falar outros idiomas, realizando cursos técnicos, cursando uma universidade, e posteriormente especializando-se através de uma pós-graduação um mestrado e um doutorado, a educação é a garantia da liberdade e o alicerce do futuro.
 - 0.7-Estes são alguns tópicos que constavam na arca do conhecimento, pois a sua liberdade está em sua consciência.
 - 0.8- A arca também contém os mandamentos para a paz mundial.
 - Falamos também sobre o ódio, a inveja, o preconceito e a lealdade.
 - **Homenageamos os afro descendentes com uma placa de bronze em Comemoração ao Centenário da Colônia Afro Brasileira instalada na praça Santos Andrade.**

- Falamos sobre o Conceito Holístico, visando o bem comum de todos, pois tem a compreensão da realidade como um todo integrado no campo cósmico.
- Falamos sobre o Humanismo, que é uma filosofia para as pessoas que pensam por si próprias, e para o aqui e agora.
- Através da nossa intervenção foi aprovada a Lei 7922, editada em 19/05/1992, onde cria-se o Portal Africano em Curitiba.
- Fomos o mentor intelectual da construção do maior Portal Africano do Mundo e da Praça Zumbi dos Palmares, onde lutamos para estas construções por mais de 15 anos.
- Falamos sobre a inauguração do maior Portal Africano do Mundo.
- A construção deste Portal Africano em Curitiba vem resgatar o trabalho que os africanos prestaram na construção deste grande país, que é o Brasil que foi feito com a mão de obra escrava negra.
- Falamos sobre o lançamento dos selos de Zumbi dos Palmares, do Portal Africano e do selo da Zâmbia (em parceria com o correio lançado nesta Assembleia Legislativa).
- Em uma importante parceria com a FECOMERCIO-PR trouxemos para Curitiba todos os Embaixadores Africanos para fazermos a integração e o fortalecimento das relações de cooperação Comercial, Cultural, Turístico, Esportivo, Científico, e na Transferência de Tecnologia entre o Paraná, Santa Catarina, o Brasil e o Continente Africano. Foi sem dúvida uma reunião histórica.
- Se isto não bastasse realizamos um almoço de trabalho em parceria com a FECOMERCIO-PR e com todos os Embaixadores Africanos em Brasília, onde consolidamos a parceria do Continente Africano com o Brasil o Paraná, e com Santa Catarina, ou seja, colocamos o Continente Africano na rota do Brasil, do Paraná e de Santa Catarina.
- E reafirmamos hoje que os africanos não estão vindo para o Brasil não mais como escravos, mais como importantes homens de negócios, e vieram a Curitiba mais de 600 empresários dos vários países africanos para comprarem produtos brasileiros e na busca de transferência de tecnologia, e também com presença dos novos embaixadores.
- Em parceria com a FECOMERCIO-PR, lançamos aqui nesta casa de leis a Revista África e o Folder: África e Brasil: Dois Continentes: uma identidade cultural preciosa, em 2 idiomas (português e inglês), onde retrata o Portal Africano, a Praça Zumbi dos Palmares e as visitas dos Embaixadores e empresários africanos.

- Falamos sobre a parceria do Consulado Geral do Senegal, com a FECOMERCIO/SENAC-PGUÁ e o movimento negro do litoral, onde realizamos o curso de operadores de informática.

[...]

- Zumbi dos Palmares, na data da sua imortalidade quero dizer-lhe que você não morreu em vão. Bem como, todos os líderes afros brasileiros, afro americanos e africanos. Vocês não morreram em vão, vocês vivem em nós. (OZEIL, 28/11/2017, grifo da autora)¹

O Centro de Integração Afro-brasileiro tem como objetivo²:

- a) Promover o desenvolvimento das relações comerciais e industriais, o intercâmbio social, cultural, comercial, turístico, científico, tecnológico e industrial, a nível mundial, principalmente entre os países africanos, os Estados Unidos da América, o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina;
- b) Coligir, publicar e divulgar dados econômicos, culturais, comerciais e turísticos e todo tipo de informações que digam respeito a essas relações que incrementem seu desenvolvimento;
- c) Elaborar e desenvolver programa de divulgação da cultura do estado do Paraná e demais estados da federação junto ao Continente Africano, Norte Americano e outros países;
- d) Divulgar e promover o potencial cultural, comercial, turístico e industrial do estado do Paraná e demais estados da federação junto ao Continente Africano, Norte Americano e outros Países;
- e) Organizar e promover manifestações de relações públicas destinadas a estabelecer e reforçar os laços Afro-Brasileiros com Afro-Americanos, Africanos e outros países;
- f) Elaborar e desenvolver programa organizado e sistematizado nos aspectos: sociais, culturais, comerciais, turísticos e industriais, visando à promoção Afro-Brasileira;
- g) Prestar serviços especializados aos setores públicos e privados que operam ou se dediquem ao comércio exterior com países africanos, norte americano e outros países;

¹ Aniversário da imortalidade de Zumbi dos Palmares e Data da Consciência Negra é comemorado na ALEP. Diário Indústria e Comércio de 07/12/2017. Disponível em <https://www.diarioinduscom.com/aniversario-da-imortalidade-de-zumbi-dos-palmares-e-data-da-consciencia-negra-e-comemorado-na-alep/>. Acesso 29.janeiro.2018.

² Disponível em <http://www.grupomourasantos.com/centrointegracao/>. Acesso 24.abril.2019.

- h) Promover e incentivar a formação, especialização e o aperfeiçoamento de profissionais nas atividades técnicas que configurem objetivo da sociedade;
- i) Promover cursos, debates, encontros, estudos e pesquisas no campo das finanças e do comércio africano, inclusive no tocante a técnicas e custos de transporte, embalagens, “marketing”, câmbio, financiamentos, incentivos, política de fretes, mercado financeiro e de “futuros”, visando o aperfeiçoamento dos empresários;
- j) Manter intercâmbio com organismos nacionais e internacionais ligados aos aspectos sociais, culturais, comerciais, turísticos e agentes financeiros, visando obter e divulgar subsídios e informações, podendo representá-los ou a eles se filiar;
- l) Propugnar, perante os órgãos governamentais, para o incremento do intercâmbio social, cultural, comercial, turístico, científico, tecnológico e industrial com os países africanos, norte americano e outros países;
- m) Motivar e promover a participação de exportadores brasileiros, especialmente do estado do Paraná, em exposições, feiras, mostras, missões e em outras atividades comerciais e financeiras, junto aos países africanos, norte americano e outros países;
- n) Incentivar, coordenar e receptionar a realização de missões comerciais estrangeiras, agentes e representantes de quaisquer organismos relacionados com o Comércio Internacional, em especial do Continente Africano e Americano;
- o) Incentivar e coordenar a realização de missões comerciais para os países africanos, norte americano e outros países;
- p) Promover a criação de um centro de informação sobre comércio e turismo africano, norte americano e outros países, objetivando a orientação e a assistência aos empresários locais, bem como se responsabilizar por sua manutenção e funcionamento;
- q) Promover a formação de “pools”, consórcios, cooperativas e/ou empresas comerciais de produtores, exportadores, importadores e transferência de tecnologia, com vistas à ação conjunta na comercialização externa, visando o mercado africano, norte americano e outros países;
- r) Analisar, avaliar e acompanhar a evolução do intercâmbio comercial afro-brasileiro, identificando suas tendências;
- s) Efetuar e manter cadastro de exportadores e importadores brasileiros e compradores africanos, norte americano e de outros países, bem como no setor de turismo;
- t) O CENTRO DE INTEGRAÇÃO AFRO-BRASILEIRO poderá celebrar convênios com todos os ministérios e órgãos públicos ou privados envolvidos com o comércio exterior, turismo, intercâmbio cultural, científico, tecnológico e industrial;

- u) Desempenhar outras atividades nos campos de comércio e finanças internacionais, junto aos países africanos, norte americanos e outros países, em consonância com os seus objetivos e relativamente ao treinamento, estudo, pesquisas, informação, divulgação, promoção e assistência técnica;
- v) Criar bolsas de estudos, realizar colóquios, seminários, cursos e outros encontros de trabalhos, estimulando o aperfeiçoamento cultural e educacional em todos os níveis, da comunidade afro-brasileira;
- x) Organizar e participar de salões, no tocante ao comércio exterior e turismo, exposições ou feiras, realizadas no país e no exterior;
- y) Apoiar a comunidade afro-brasileira, visando a garantia de seus direitos constitucionais;
- z) Estimular a valorização, respeito e dignidade do cidadão afro-brasileiro, presutando solidariedade e assistência, nas questões consideradas relevantes.

Parágrafo Único: O CENTRO DE INTEGRAÇÃO AFRO-BRASILEIRO não se envolverá em disputa político-partidária, ou qualquer outra estranha aos seus objetivos e nem lhe serão imputáveis ideologias ou atividades pessoais de seus associados.

Dentre as diversas atividades realizadas pelo Centro de Integração Afro-brasileiro nesses seus 23 anos de atuação, destaca-se a participação e a realização de diversos congressos, simpósios, seminários e encontros, todos buscando a integração e a discussão sobre os aspectos afro-brasileiros. A criação de um Grupo Folclórico que se apresentava na ALEP por ocasião da Data Nacional da Consciência Negra, durante as festividades em comemoração à imortalidade de Zumbi dos Palmares. A organização de diversas apresentações nas festividades realizadas pelo Consulado Geral do Senegal para os Estados do Paraná e Santa Catarina, além de atividades de danças; desfiles de roupas; desfiles de joias, recitais de piano; um programa de preparação para a inserção de descendentes afro-brasileiros para participarem em programa de televisão e na divulgação de diversos produtos, dentre outros.

Em 2006 o Centro de Integração Afro-brasileiro recebeu o título de “Consagração Pública Municipal” outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados a comunidade de Curitiba e do Estado do Paraná, concernente ao intercâmbio Comercial, Turístico,

Cultural, Educacional e Transferência de Tecnologia entre os países do Continente Africano e o Brasil, em especial no Estado do Paraná³.

Logomarca do Centro de Integração Afro-brasileiro



A logomarca do Centro de Integração Afro-brasileiro expressa a mensagem: A SUA LIBERDADE ESTÁ EM SUA CONSCIÊNCIA. Os objetivos do Centro indicam que somente pelo acesso à educação e a cultura os negros conseguirão mudar sua situação na sociedade. Mas afinal, hoje, qual é a situação do negro na sociedade? De que forma ele está inserido? Escravizado por mais de três séculos, o negro ajudou a construir a sociedade e a identidade do Brasil. Sua importante contribuição está em todas as áreas da cultura, seja na dança, na música, na religião, na culinária, no idioma. Hoje mais de metade da população brasileira se autodeclara negra. Onde estão essas pessoas? Estão nas boas escolas e universidades? Nos altos escalões da política? São expoentes em suas áreas? Estão em bons restaurantes? O sistema escravista foi abolido, mas de certa forma o negro continua acorrentado a um sistema que o mantém à margem da sociedade.

Então, como o negro pode se libertar das algemas da segregação e da discriminação que ainda o marginaliza? De acordo com a peça teatral “A arca do conhecimento” escrita pelo Cônsul Ozeil na década de 1990, o negro pode se libertar desenvolvendo suas habilidades e aptidões e o

³ Código da proposição: 022.00010.2006. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wsp/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=162803&pesquisa=Centro%20de%20Integracao%20Afro%20brasileiro. Acesso 24.abril.2019.

principal meio para isso é a educação e a cultura. Sem educação não há liberdade – as crianças têm que serem enviadas para as escolas, os jovens negros têm que acompanharem as exigências do mercado do trabalho e dominar ferramentas como idiomas e informática, devem planejar cursar uma universidade e se especializar nos diversos níveis de pós-graduação. A educação é a garantia da liberdade e o alicerce para o futuro, afinal a sua liberdade está em sua consciência!

Nessa peça teatral os orixás falam com os negros indicando o que eles devem fazer para poder participar da sociedade, conquistar seu espaço, adquirir poder econômico e sair da pobreza: o caminho é a educação. Esse é um grande desafio a ser superado visto no Brasil a educação para brancos e negros não ser igual. Os brancos possuem os melhores indicadores e é a população que mais vai à escola, concluem os estudos, se saem melhor nas avaliações nacionais. A falta de oferta de uma educação de qualidade aumenta essa desigualdade. Os negros, soma daqueles que se declaram pretos e pardos, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são maioria da população brasileira, 52,9%. Essa população, no entanto, ganha menos da média do país, e as desigualdades sociais são reforçadas na educação. A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos. Entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, entre os pretos esse índice cai para 55,5% e entre os pardos, 55,3%⁴.

Esses índices são resultado de uma educação de baixa qualidade que não é capaz de fazer com que os estudantes superem as diferenças sociais. A chance de um filho de pais analfabetos continuar analfabeto é muito grande e isso é mais forte na população negra. Precisa-se romper esse ciclo de exclusão e pobreza. Primeiro devem juntar as forças, se unirem para ganharem o jogo! Muitas coisas importantes foram feitas e conquistadas, mas de maneira isolada.

⁴ Dados do Movimento Todos pela Educação. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso 24.abril.2019.

Tem que se montar um time para jogar. Tem que se divulgar as histórias de negros que obtiveram sucesso. A iniciativa da placa em homenagem à colônia afro-brasileira de Curitiba foi uma iniciativa do Consulado do Senegal para indicarmos referências de personalidades negras em Curitiba, pois não havia negro em lugar nenhum da cidade. Essa placa foi para dar um ponta pé inicial no reconhecimento da contribuição do negro na construção da sociedade curitibana. Muita gente importante ficou de fora dessa homenagem, mas é que naquela época as informações não estavam tão acessíveis como hoje e não tínhamos acesso tão fácil ao trabalho que os outros estavam executando (OZEIL, 2019)

Mulheres e homens negros contribuíram para a construção de Curitiba, do Paraná e do Brasil, mas foram esquecidos. São guerreiros, profissionais liberais, artistas, atletas e ativistas políticos que fizeram a diferença no país. O trabalho do Centro de Integração Afro-brasileiro tem procurado resgatar a história dessas pessoas importantes e abrir portas para a o mundo dos negócios e da tecnologia que estão inovando e transformando o mundo e o negro não pode ficar mais à margem dessas inovações.

Referências

CENTRO DE INTEGRAÇÃO AFRO-BRASILEIRO. Disponível em <http://www.grupomourasantos.com/centrointegracao/>. Acesso 24.abril.2019.

OZEIL (2019). Entrevista de Ozeil Moura Santos concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 24 de abril de 2019 em Curitiba.

Sobre a autora



Ana Vanali, 2018

Fonte: Cinefoto CPM

Professora de Sociologia no Colégio da Polícia Militar do Paraná.

Professora na Faculdades da Indústria (Sistema FIEP).

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Memórias coletivas dos ativistas do movimento negro em Curitiba nas décadas de 1980 e 1990 ¹

Marcilene Lena Garcia de Souza

Tânia Aparecida Lopes

Cássius Marcelus Cruz

Este texto, proposto como uma introdução à história prioriza neste momento as ações de educação ou processos educativos/formativos realizados por ativistas² de organizações do Movimento Social Negro (MSN)³ de Curitiba no enfrentamento ao racismo nas décadas de 80 e 90 na cidade de Curitiba. A ideia é oferecer uma oportunidade de analisar parte da história deste Movimento historicamente marginalizado, transformando estas/es atoras/es em agentes históricos.

Vê-se que as/os ativistas foram contando uma série de contextos em que estas/es estiveram ou não presentes, apontando acontecimentos, percepções sobre os processos históricos de construção de estratégias de ação. Nota-se que em muitas situações as cronologias dos depoimentos não atenderam a uma ordem crescente de acontecimentos. Muitas situa-

¹ Texto alterado na sua forma original.

² Neste estudo, entendemos o termo ativista como sendo as/os sujeitos com envolvimento social, político e ideológico em suas ações na luta contra o racismo antinegro ligados ao MSN.

³ De acordo com Joel Rufino dos Santos (1994, p. 157), [...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ - toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro”.

ções e fatos é que indiretamente orientam a compreensão da forma e da estratégia utilizadas no tempo.

Nesse sentido, propomo-nos a interpretar algumas passagens contidas no depoimento das/dos atoras/atores, no encontro realizado no ano de 2010, problematizando-as com o conceito de *memória*. Para tanto, partimos da premissa que a memória deve ser entendida como um lugar de “disputa” e de “reatualização” permanente do passado considerando as demandas apresentadas no presente, os enquadramentos e constituição de lugares, conforme retratam, principalmente, Maurice Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1992).

Optamos por abordar aqui a educação⁴ em seu sentido mais amplo, não nos restringindo à educação escolar formal. Assim, buscamos a partir das falas das/dos ativistas do MSN as possíveis ações voltadas à educação e apontar algumas das estratégias utilizadas nesses processos educativo-formativos do MSN, para a formação política e na valorização da identidade étnico-racial da população negra, na cidade de Curitiba, procurando entender de que forma as/os ativistas acreditam que o MSN contribuiu na educação das relações étnico-raciais na cidade de Curitiba nas décadas de 1980 e 1990.

Para a coleta das informações necessárias ao texto proposto, organizamos uma conversa no formato de mesa redonda⁵, composta por pesquisadoras/es e ativistas do MSN reunidas/os no mesmo espaço e local na cidade de Curitiba, em 2010, por um período de 02h e 54 minutos.

Memória e história

Julgamos que a delimitação entre “história e memória coletiva” se faz necessária ao tentarmos interpretar os depoimentos das/dos ativistas

⁴ Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96): Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Também entendemos por *processos educativos* outras possíveis formas de ensino e aprendizagem, ou seja, não apenas a escolar. Ver também Vieira (2006).

⁵ A nossa relação de convidadas/os para o evento era de 13 (treze) ativistas do Movimento Social Negro de Curitiba. Compareceram 4 (quatro).

do MSN a partir de um exercício de rememoração. Conforme Michael Pollak, nos acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens centrais que não necessariamente podem ocupar aquele espaço-tempo relatado. Existem lembranças de lugares, particularmente ligados a uma lembrança pessoal, que também pode não ter apoio no tempo cronológico (POLLAK, 1992, p. 202).

Vê-se que, conforme Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva se distingue da história pelo seu caráter de corrente de pensamento contínuo. Ou seja, na memória de acontecimentos que determinado grupo mantém de si tende a reter do passado apenas aquilo que pode ser revivido no presente (rememorado). Para o autor, a memória deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Neste sentido, há pontos que são relativamente invariantes, imutáveis (fatos marcantes que se repetem) tanto nas memórias construídas coletivamente como individualmente.

Para Michael Pollak (1992), alguns dos elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são os acontecimentos vividos pessoalmente ou na coletividade ou ainda os acontecimentos vividos “por tabela”. Ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade da qual a pessoa nem sempre pode ter participado, mas se sente parte. No mesmo sentido, é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou de socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte quanto podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Diversos estudos sobre memória verificaram o quanto esta pode ser maleável a fim de servir à identidade do grupo. Vimos que as/os atoras/atores do MSN tenderam a lembrar de episódios coletivos de fortalecimento do grupo racial, onde estes estiveram presentes. Expressões como: “*eu me lembro*”, “*eu estava lá*” ou “*hoje a gente lembra*”, “*a luta de hoje é resultado daquele momento*”, “*nós estávamos lá*”, “*eu aprendi a ser negra quando...*” foram utilizadas pelas/pelos atoras/atores,

sempre tendo o passado sob o ponto de vista do presente. Conforme Pollak (1992), a preservação da memória serve a fins diversos nos diferentes grupos. Desta forma compreendemos que a memorização é sempre seletiva, ou seja, destacam-se os acontecimentos de acordo com as finalidades e funções do grupo que a utiliza.

Assim, quando as/os ativistas do MSN de Curitiba “emprestam suas lembranças” para este estudo, estas/estes, naquele momento, selecionaram suas memórias para explicitá-las considerando que havia um objetivo comum que era, dentro do seu ativismo, mais uma ação que poderia contribuir com a luta do MSN onde estas/estes estavam sendo consideradas/os ator/as importantes. É o que nós como pesquisadoras/es observamos. Por exemplo, os relatos destacaram contextos coletivos das ações do MSN onde as diversas organizações estiveram presentes, sempre destacando a positividade das ações e dos impactos de cada uma delas para a promoção da igualdade racial.

Ao analisar a relação entre história, memória coletiva e memória individual, Halbachs (1990) também demonstra como a memória individual é entrelaçada pela memória coletiva. Para o autor não existe memória individual que não passe pela experiência pretérita de um grupo. Há um predomínio do social sobre o individual que acaba alterando fenômenos como percepção, lembranças e consciência. Halbachs interpreta a memória como um fato social, algo externo à/ao indivíduo/o, mas que interfere predominantemente sobre a sua mente. Nesse sentido, a memória individual é dependente da relação das pessoas com outras instituições, como a família, a escola ou a Igreja (BOSI, 1983).

Obviamente, acontecimentos históricos como guerras ou comemorações influenciam a memória coletiva; entretanto, tais acontecimentos são sentidos de formas diferentes pelos diversos grupos. Podemos observar esse fato em vários momentos na narrativa dos ativistas do MSN quando citaram o “Centenário da Abolição” e a “Campanha da Fraternidade da Igreja Católica” no ano de 1988. Tal momento histórico pode ter tido uma representação bastante diferenciada para os outros

grupos não negros. Ou seja, por se tratar de um ano marcante na história das relações raciais, o ano de 1988 se tornou um marco na história do MSN de Curitiba.

De acordo com Pollak, a memória também sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que ela está sendo expressa. Ou seja, o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, tornando-se evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

Notamos que, enquanto uma/um atora/ator ia relatando uma situação, outra/outro ia contribuindo com o enredo, enriquecendo com detalhes ou mesmo discordando de personagens que outrora pareciam estar naquele momento no fato. Outras/Outros ainda mostravam fotos que circulavam pela mesa comprovando tais fatos.

O encontro com as/os ativistas

Para construirmos este texto, solicitamos a presença através de *e-mail* e por telefone de treze ativistas do MSN de Curitiba, sendo que muitas/muitos foram indicadas/os por elas/eles mesmas/os. Do total, 04 delas/es apareceram no horário e data marcada (ano de 2010), sendo que todas as ausências foram justificadas por motivo de trabalho, já que a maioria deles são professoras/es. Havia no centro da mesa redonda café, bolachas e sucos, enquanto cada uma/um delas/es ia se pronunciando, sem muita ordem de inscrição. Quando uma/um começava a falar, outras/os mostravam fotos dos eventos onde as fotos antigas suas e de várias/os amigas/os eram evidenciadas ao som de risadas e surpresas pelas mudanças de aparência e outras/os contribuía com nomes de pessoas nas fotos que eventualmente uma/um ou outra/o atora/ator havia esquecido. Dessas fotos iam surgindo outras memórias. Vimos que as/os atoras/atores de vez em quando esqueciam ou trocavam nomes de atoras/atores e logo eram corrigidas/os por elas/es mesmas/os. Ou mesmo discordavam de alguns episódios. Tudo num clima de muita

tranquilidade e descontração. Era uma grande conversa que estava sendo gravada e em alguns momentos foi filmada.

Das/Dos ativistas presentes, dois eram do gênero masculino e duas do gênero feminino. Uma atora e um ator tinham 20 anos de atuação no MSN de Curitiba e uma atora 30 anos. Destacamos que na conjuntura de 1988 apenas um ator estava fazendo o curso de graduação. Atualmente uma atora tem graduação incompleta, um ator e uma atora concluíram a graduação e outro ator concluiu o mestrado.

Sabíamos que o resultado da pesquisa estava orientado pelo depoimento daquelas/es atoras/es presentes naquele momento, pelo envolvimento das/dos ativistas e das/dos pesquisadoras/es⁶ com o tema. Também, temos a certeza de que o desfecho deste texto poderia ser diferente se, por exemplo, todas/os ativistas convidadas/os estivessem presentes, ou se o encontro acontecesse em outra cidade. O olhar, as falas poderiam ser diferenciadas. As relações entre as/os sujeitos também poderiam ser outras.

História do movimento negro nas décadas de 1980 e 1990

O objetivo principal ao marcarmos o encontro com as/os ativistas era colher informações que pudessem nos levar às possíveis ações e estratégias utilizadas para a educação ou processos educativo-formativos do MSN, para a formação política e na valorização da identidade da população negra⁷, na cidade de Curitiba.

No entanto, a reunião nos proporcionou um momento ímpar. Um encontro com pessoas abertas e prontas a ceder, mais uma vez, suas falas de quantas possam ser necessárias acreditando “que suas memórias”

⁶ De acordo com o nosso entendimento, trata-se de uma observação participante (cf. BRANDÃO, 1999), porque para além de todas/os as/os pesquisadoras/es serem negras/os, estas/es apresentavam envolvimento em graus diferenciados com as organizações do MSN ou com aquelas/es ativistas em relações sociais ou pessoais.

⁷ Para Gomes (2003, p. 172), “a identidade negra é entendida, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

possam ser utilizadas em prol do MSN na construção de estratégias de ação mais eficazes na promoção da igualdade racial.

Considerando os depoimentos das/dos ativistas que compareceram nessa reunião específica para relatar suas memórias de atuação no MSN negro em Curitiba na década de 80 e 90, vimos que estas/es continuam ainda em 2010 tendo o tema de combate ao racismo antinegro como pauta de suas ações, seja no ativismo nos direitos das/os negras/os, de forma direta, em organizações negras, ou academicamente produzindo pesquisas na área de relações raciais.

Pelos depoimentos haveria um marco na organização do MSN de Curitiba a partir do Centenário da Abolição, em 1988, reforçado pela Igreja Católica com a Campanha da Fraternidade cujo tema foi “Ouvi o Clamor deste Povo”. Ainda lembraram, nesta situação, a Conferência de Puebla (1979) e a preferência da Igreja pelos pobres que impactara as ações desta. Outro fator que marca esse período seria o “fim da Ditadura Militar”, a “Campanha pelas Diretas Já”, com grande força no Paraná e a “pré-campanha eleitoral” para presidente da República (1989). Também lembraram que em 1988 a nova Constituição previa a criminalização das práticas de discriminação racial. Estes fatores históricos, no dizer das/os atoras/es, teriam contribuído para maximizar a visibilidade da problemática do racismo no Brasil e no Paraná.

Através dos relatos das/dos ativistas, as duas organizações mais ativas e com visibilidade na década de 80 eram o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), existente desde 1979 e Agentes de Pastoral Negros (APNs), desde 1988, e que, logo no início da década de 90, muitas/os das/os suas/seus integrantes vieram a fundar institucionalmente a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastoral Negros (Acnap)⁸.

Muitas/os das/os atoras/es disseram ter tido acesso às discussões sobre relações raciais na década de 80 através do Grucon representado

⁸ As/Os atoras/es lembraram que na década de 80 existiam outras instituições organizadas ou não que problematizavam o racismo: Grupo Acotirene e Associação Omo Aiê.

pela liderança Dalzira Maria Aparecida que atualmente é conhecida como Iyá-Gunã, em função do cargo de Iyálorixá do Ilê Asé Ojogbo Ogum que é um Terreiro de Candomblé em Curitiba.

Alguns processos formativo-educativos relatados pelas ativistas

Na década de 80, conforme reiteramos, havia o Grucon, as APNs e ainda o Grupo Arte Negra que surgiu em 1985 (grupo de teatro composto por atrizes/atores negras/os).

De acordo com as/os ativistas, na década de 80, inicialmente, através do Grucon, várias ações de formação para valorização da cultura negra e da autoestima das/dos negras/os eram enfatizadas nos diversos espaços da cidade de Curitiba, tendo como cerne a criança negra, a mulher negra e a saúde da população negra. Uma das ativistas do Grucon alega ter contribuído com várias palestras em universidades ou mesmo nos movimentos sociais discutindo os temas. Muitas dessas ações aconteciam em escolas públicas com alunas/os e professoras/es. Destacou que muitos dos trabalhos com crianças negras foram impactantes porque estas eram vitimadas pelas práticas violentas de discriminação que sofriam na escola, mas também sofriam violência por parte de suas famílias que eram vítimas de exclusão sociorracial.

De acordo com a mesma, no ano de 1988, o Grucon organizou um “Encontro de Mulheres Negras” na cidade de Curitiba, envolvendo sete municípios do estado. Este teria sido um marco, na retomada do debate sobre a situação das Mulheres Negras no Paraná.

Para as/os atoras/es, na década de 80 “só existia o Grucon debatendo o tema do racismo e que mesmo os APNs quando surgem, em 1987, contavam com a formação política das/dos integrantes do Grucon”. As/Os ativistas lembraram que na conjuntura de 1988, muitos seminaristas negros e brancos ligados à Igreja Católica (APNs) se reuniam para discutir o tema da campanha da fraternidade em diversos espaços da cidade de Curitiba. Havia grupos de estudos e discussões na Pontifícia

Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) envolvendo estudantes seminaristas com negras/os leigas/os. Contavam com a contribuição de ativistas do Grucon para fazer formação política sobre relações étnico-raciais. Eram ações conjuntas entre Grucon e APNs.

As/Os atoras/atores, ao reconheceram o papel do Grucon em maximizar a formação política de muitas/os integrantes dos APNs/Acnap, acreditam que muitos dos signos do Grucon como músicas negras e danças “afro” foram incorporados na forma e conteúdo de atuação destes. Destacaram que essas informações não podem ficar invisibilizadas, apesar de que a Acnap/APNs, na década de 90, alcançara mais visibilidade em suas ações em função do apoio em infraestrutura da Igreja Católica (A Cúria Metropolitana de Curitiba teria contratado duas/dois liberadas/os dos APNs para contribuir nas propostas dos APNs, ainda que por curto tempo).

Nessa ocasião, em função do apoio da Igreja e de padres e freiras, vários encontros de formação motivados por negras/os dos APNs aconteceram em diversos espaços da cidade, sempre utilizando os salões paroquiais das igrejas nos bairros de Santa Amélia, Santa Quitéria, Campo Comprido e também na Região Metropolitana da cidade. Porém, o local de maior concentração de negras/os era no centro de Curitiba numa reunião semanal, realizada todas as quintas-feiras, no salão paroquial da igreja do Bom Jesus na Praça Rui Barbosa. Essas reuniões mobilizavam, em média, 80 pessoas de várias faixas etárias. Em geral, uma/um convidada/o fazia a formação política enfatizando vários temas: discriminação no mercado de trabalho, educação no cotidiano, história da/do negra/o no Brasil, religiões de matriz africana, estética negra, mulheres negras. “*Vinham negros de todos os cantos da cidade*”. O que atrairia o público “*era o tema*”. Ou seja, “*o negro*”. “*E a necessidade de se ver e se organizar*”. De acordo com as/os atoras/atores, incentivavam-se as lideranças a estudar, seja concluir o ensino médio ou entrar no ensino superior. A maioria não tinha formação universitária. Os seminaristas negros eram os poucos que estavam fazendo graduação. Outro investimento para além da formação acadêmica era na formação política.

Outro fator que atraía esse expressivo número de pessoas, naquela época, para essas reuniões era a “*desigualdade racial e a ditadura*”. Ou seja, “*o nosso povo sempre estava nas prisões*”, comenta uma atora. Então tinha que se escolher entre “*a Igreja ou prisão*”. A Igreja, por “*representar um segundo poder, era um lugar mais seguro*”. Era uma “*estratégia de resistência*” procurar esse perfil de espaço.

Contextualizando o período naquela época, “*agente não falava muito de racismo, a gente vivenciava muito mais*”. “*Queríamos entender porque aconteciam tantas coisas com os negros*”. Os encontros de discussão eram “*espaços entre iguais e nós levávamos para a família esta discussão*”. Os encontros representavam a ideia de “*estar junto com o seu povo*”. Destacaram a campanha “*Negro Sim*”, naquela conjuntura, como um dos reforços de uma identidade negra de forma positiva.

O tema da Campanha da Fraternidade, em 1988, teria ultrapassado os seus 40 dias e durante todo o ano de 1988 o debate sobre as desigualdades raciais continuou sendo pauta de discussão nos diversos espaços da cidade. Segundo os atores, os negros conseguiram levar seus símbolos de ancestralidade para o interior das igrejas com as famosas “*Missas Afros*” que mobilizavam centenas de negras/os para participar ou assistir. Estas missas, do ponto de vista simbólico significam grande ruptura na compreensão das relações raciais e da presença da população negra em Curitiba.

Também, os APNs vinham, desde 1987, organizando “*Grandes Feijoadas*” em vários salões paroquiais com finalidade de aglutinar negras/os. Essas feijoadas chegaram a mobilizar 800 pessoas todos os anos (maioria negra). Atualmente, segundo membros da Acnap/APNs, essas feijoadas mobilizam aproximadamente 350 pessoas e ainda acontecem em salões paroquiais.

Lembraram que, durante o período da campanha eleitoral de 1989, surgiram muitos comitês eleitorais com foco na “*comunidade negra*” sem muitos debates e reflexões políticas, mas que alguns mobilizavam muitas/os negras/os de várias regiões da cidade. Ainda havia atos marcantes como estratégias de construir visibilidade, sejam com eventos onde ne-

gras/os apareciam “*acorrentadas/os*”, ou de eventos festivos de poesias e música. Também havia encontros de negras/os em bares específicos para sua organização.

De acordo com as/os atoras/es, na década de 90 começaram a surgir outros grupos justamente porque a “*gente começou a gostar de ser negro*”. Surgiu o Grupo Iyá-cobiodé, grupo composto por mulheres negras que debatiam entre vários temas a situação da mulher negra e a da cultura negra. Posteriormente, o grupo muda de nome e vem a se chamar “Baluarte Negro”. Surge também o Grupo Ilu Ayê Odara, com ênfase na questão da religiosidade afro-brasileira. Na Acnap surgiram alguns grupos de base na área cultural: “Escolhido a Dedo” (grupo que trabalhava com a valorização da estética negra - corpo e penteados - e roupas afro-brasileiras); “Xirê” (grupo cultural que trabalhava com teatro, dança e música na valorização da cultura negra); Grupo Ka-naombo (na época do seu surgimento trabalhava com dança e arte motivando a construção de uma identidade positiva para crianças e adolescentes negras/os da região do bairro Sítio Cercado). Ainda existiam os integrantes da Acnap, que coordenavam grupos de base, cujo enfoque era debates políticos na área das desigualdades sociorraciais, que aconteciam em diversos bairros da cidade de Curitiba nos salões paroquiais.

Em 1993, no Grucon havia um “Coletivo de Mulheres Negras” que desde 1992 se reuniam no centro de Curitiba, num ateliê de costura onde discutiam as problemáticas das mulheres negras. Já na Universidade Federal do Paraná existiam grupos de jovens negras/os que se mobilizaram na construção do 1º Seminário Nacional de Universitários Negras/os (Senun), cujo tema era: “Negros, quadros brancos te refletem”. Nessa década, despontaram lideranças do Movimento Negro Unificado (MNU) e a organização do Coletivo de Educadores no Combate ao Racismo da APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, com participação na construção da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, bem como contribuíram para a formação de professoras/es na área de relações raciais. Ainda na década de 90 surge o grupo Utamaduni que

trabalhava com cultura negra e dança afro. Nessa década o MSN do Paraná organizou a preparação do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), que aconteceu em São Paulo em 1991.

Dentre os diversos grupos que surgiram na década de 90, foi destacado um: O Grupo Ka-naombo que se torna o Grupo Cultural da Acnap e tem ações de valorização da cultura e estética negra com várias atividades durante o ano e até hoje. Desde 1991, quando começaram a organização de uma “Noite Negra” com apresentação de grupos de capoeira, dança afro, desfile de penteados afro, com escolas de samba e arte negra, o grupo, que se institucionalizou logo em seguida, começou a destacar a cultura afro-brasileira, através da dança afro, que envolvia crianças, adolescentes e jovens negras/os de uma região empobrecida com grande incidência de negras/os em Curitiba - região do bairro Sítio Cercado.

O Projeto Ka-naombo foi apontado como sendo muito importante na década de 90, na luta do MSN pela valorização da educação para afro-descendentes com uma proposta pedagógica construída através das experiências das/dos atoras/es ativistas naquele momento. Pois, identificaram que muitas das crianças negras daquela região, para além da vulnerabilidade social, estavam em desvantagem educacional na educação formal em função de que, segundo as/os atoras/es, estas eram discriminadas nas escolas da região por serem negras. Lá, portanto, no final da década de 90 e início da década de 2000, tentou-se consolidar o Projeto Ka-naombo com apoio pedagógico específico para crianças negras matriculadas em escolas públicas próximas da sede do projeto. No contraturno, essas crianças recebiam aulas sobre história da África e cultura africana, contos africanos, capoeira, dança afro etc.

Para além das ações na área de dança e teatro, o Ka-naombo passou a organizar um grande evento de “Beleza Negra” na cidade de Curitiba que mobilizava, em média, 800 pessoas na sua maioria absoluta de famílias negras. As/Os candidatas/os que concorriam eram jovens negras/os empobrecidas/os que recebiam aulas de dança afro, teatro e formação política sobre relações raciais. Existia um critério de pontuação onde a

“expressão do corpo” tinha valor maior que a estética em si. Quando do encontro com as/os ativistas negras/os, no ano de 2010, o concurso, denominado “Beleza de Palmares”, já estava na sua décima edição e era marco entre os vários eventos de valorização da negritude na cidade. Sua última edição, a 12^a, ocorreu em 24 de novembro de 2012⁹.

Considerações finais

Julgamos importante a construção deste texto, que, na verdade, apresenta-se como sendo uma breve introdução sobre a memória dos ativistas do MSN acerca de suas ações formativas/educativas no combate ao racismo antinegro nas décadas de 80 e 90 em Curitiba. Salientamos que o estudo apresenta as memórias das/dos ativistas presentes naquela reunião. O que tentamos fazer foi sintetizar seus depoimentos enfatizando situações e fatos que alcançaram consenso entre as/os ativistas.

Acreditamos que esse tenha sido o primeiro momento em que essas/es atoras/es se reúnem para tal finalidade, o que demonstra que a história do Movimento Social Negro no Paraná está ainda por ser registrada. E que certamente muitas das informações/memórias dessas/es atoras/es, seja nas percepções das problemáticas do racismo ou na forma de avaliar as estratégias utilizadas para este objetivo, podem servir como subsídios importantes para a construção de políticas públicas que sejam mais impactantes no combate às desigualdades sociorraciais e simbólicas.

Julgamos que essas/es ativistas têm legitimidade histórica e política, justamente por terem um acúmulo de informações, vivências, experiências, olhares sobre a conjuntura política e social para combate ao racismo na cidade de Curitiba e assim podem orientar muitas das ações formativas/educativas através da sistematização/instrumentalização de seus saberes.

⁹ Conforme 12º Concurso de Beleza dos Palmares. Disponível em <https://www.facebook.com/events/168722053270216/>. Acesso 09.abr. 2019.

Referências

- BOSI, Ecléa (1983). **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BRANDÃO, C. Rodrigues (Org.) (1999). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10.fev. 2010.
- DOMINGUES, Petrônio (2007). **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 10.fev. 2010.
- GOMES, Nilma Lino (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun., p. 167-182. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>. Acesso em: 17.fev. 2010.
- HALBWACHS, Maurice (1990). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice.
- POLLAK, Michael (1992). Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.
- _____ (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento (1994). Movimento negro e crise brasileira. Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. In: DOMINGUES, Petrônio (2007). **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- SOUZA, Marcilene Garcia de (org.). **A África está em nós: africanidades paranaenses: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011.
- VIEIRA, Ricardo (2006). **Processo educativo e contextos culturais: notas para uma antropologia da educação**. Educação, ano XXIX, n. 3, v. 60, set./dez., p. 525-535. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/490/359>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

Sobre os autores:



Marcilene Lena Garcia de Souza

Doutora em Sociologia pela UNESP; Mestre em Sociologia pela UFPR; Docente do Departamento de Sociologia, Psicologia e Pedagogia do Instituto Federal da Bahia- IFBA/Campus Salvador e Pesquisadora do IPAD Brasil – Instituto de Pesquisa da Afrodescendência. E-mail: lenagsouza@yahoo.com.br



Tânia Aparecida Lopes

Doutoranda em Educação pela UFPR; Mestre em Educação pela UFPR; Especialista em História da África, Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação e Ações Afirmativas pela UTP/IPAD Brasil; Profa. da Rede Estadual de Educação do Paraná e Pesquisadora do IPAD Brasil – Instituto de Pesquisa da Afrodescendência. E-mail: belatal@ibest.com.br



Cássius Marcelus Cruz

Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP; Mestre em Educação pela UFPR; Especialista em História da África, Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação e Ações Afirmativas pela UTP/IPAD Brasil (2008); Prof. da Rede Estadual de Educação do Paraná e Pesquisador do IPAD Brasil – Instituto de Pesquisa da Afrodescendência. E-mail: cassius.cruz@gmail.com

O negro na tradicional sociedade curitibana ¹

João Carlos de Freitas

Quando procuramos entender a questão do negro na sociedade curitibana, temos a consciência de que isso não é possível sem que antes nos detenhamos no aspecto que antecede à própria condição do negro no Brasil e sua inserção na sociedade paranaense.

Nesta senda, convém desde logo, fazer referência ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso que propõe pensarmos a questão do negro ou escravo no Brasil, levando-se em conta que “*num processo de racionalização coletiva, o que havia sido resultado da exploração escravocrata e o que era a forma possível de reação humana do ex-escravo passava a ser atributo negativo inerente ao negro*” (CARDOSO, 1962, p. 280).

Dessa forma, o quadro que se vai formando para Curitiba, como de resto acontece em todo o Brasil, é bastante desfavorável ao elemento da raça negra, no qual encontramos muitos “atributos” amplamente divulgados especialmente pela imprensa e pelos pensadores sobre o Paraná, onde o negro é cidadão de última categoria, “responsável pelo que é ruim em nossa sociedade”. Portanto, deve ser combatida a sua presença não só através da imprensa, mas também do processo social excludente, fato que acaba jogando-os na marginalidade, na periferia, no desemprego, ou seja, naquilo que pode haver de pior na sociedade.

A sociedade curitibana ao longo de sua história sempre negou, escondeu o elemento negro de sua paisagem e sua memória e, mesmo na

¹ Uma primeira versão desse texto foi publicada em Freitas, 2009.

atualidade, como pode ser observado nas entrevistas e relatos de grupos de consciência negra, este tipo de atitude continua permeando o pensamento de nossa sociedade. Por ocasião dos festejos comemorativos dos 300 anos da cidade de Curitiba, em março de 1993, por exemplo, o negro foi excluído da celebração oficial sendo exaltadas apenas as etnias europeias. Quando se procura abordar aspectos da presença do elemento negro na construção do paranaense, a primeira dificuldade surge na localização de fontes, na escassa produção bibliográfica que há sobre o tema. Não se encontra nenhum livro específico tratando da história do negro em Curitiba. Nem mesmo em coletâneas e ensaios. Mesmo matérias jornalísticas são poucas e superficiais, baixando a imprensa seus holofotes sobre o negro somente no reinado do Momo. Desconhece-se, por isso, uma memória produzida para resguardar os valores da cultura negra.

Essa questão, no entanto, não é gratuita, mas fruto de uma construção histórica. Trata-se da construção da ideia de um “estado europeu”. O aspecto minimizado da inserção do negro na sociedade paranaense tem em seus intelectuais a sagração de um Paraná sem a presença dos negros. Um estado que mesmo tendo um dos principais portos do país e local de acontecimentos como o incidente Cormorant², nega a presença do negro em suas terras e portos. Em tal “incidente”, em 1850, no Porto de Paranaguá quando o tráfico transatlântico negreiro já estava proibido, o comandante do navio inglês Astro, para não ser pego com a carga proibida (seres humanos sequestrados e escravizados), afundou o próprio navio, deixando apenas os mastros para fora da água, assassinando vários escravos que morreram afogados em seus porões.

Para Carlos Antunes dos Santos (s.d) dentre as questões que permeiam essa ideia de um Estado sem o elemento negro está uma espécie de sonho de branqueamento das elites intelectuais paranaenses. Reflexo de um discurso oficial nacional, uma vez que a sociedade paranaense foi marcada pela escravidão e ainda que essa mesma sociedade prefira utili-

² Consultar “**Episódio Cormorant**”: Um Pequeno Incidente Internacional de Grandes Proporções. Disponível em <http://jornalri.com.br/2018/episodio-cormorant-um-pequeno-incidente-internacional-de-grandes-proporcoes>. Acesso 23,junho.2018.

zar-se continuamente da relação de trabalho e sociabilidade a partir da perspectiva dos imigrantes europeus que se fixaram em suas terras, é incontestável a presença do negro no processo econômico do estado do Paraná. Altiva Balhana assevera que:

[...] a utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração à agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos, diferentes artesanatos, ofícios rurais, urbanos e mesmo às funções de administração conforme fontes documentais existentes (BALHANA, 1969, p. 122).

Apesar de todo o esforço dos intelectuais formadores de opinião que teimam em negar a importância do negro na cultura paranaense, temos uma sociedade na qual o negro também foi um dos elementos formadores, embora sua atuação e relações sociais sejam continuamente negadas, numa prática que pretende fazê-los desaparecer do cenário paranaense e curitibano. Estudos recentes vêm contribuindo para a retirada desse véu da invisibilidade, como por exemplo a ação do Grupo de Trabalho Clovis Moura criado em 2005 com membros do movimento negro e educadores da rede pública estadual que realizaram o levantamento e mapeamento das comunidades tradicionais negras rurais no estado do Paraná. Ao longo de dois anos de estudos, foram identificadas mais de 80 comunidades remanescentes de quilombos. Isso revela uma nova visão sobre o Paraná: um estado multiétnico, com grande contingente populacional de origem europeia, mas também o estado do sul do Brasil com a maior população afrodescendente, ou seja, o Paraná é “o estado negro do sul do país!” (GOMES JUNIOR, 2008, p. 15).

O século XX representa um momento crucial na construção das significações básicas do negro no Brasil. Uma destas, diz respeito à revalorização do trabalho humano, tendo como mote a desconstrução, ao menos no discurso do que tinha sido até bem pouco tempo o trabalho escravo, em razão logicamente de uma nova concepção de mundo do trabalho, que estava presente para o século e conjuntamente com esse discurso a questão referente ao mito da democracia racial brasileira. No primeiro caso, a

revalorização do trabalho se deparara com a integração dos imigrantes europeus no processo de trabalho e na necessidade de uma redefinição ideológica desse processo onde o elemento negro tem também seu papel reavaliado, mas sempre numa senda de negatividade, através da construção histórica que se pauta por uma carga inigualável de preconceito contra o negro que se dá a fim de solidificar a hierarquia dos grupos sociais.

Contribuem para isso mitos, que vão sendo criados como sendo inerentes aos negros, no qual há grande desprezo por sua trajetória de escravidão e marginalização social. Dentre estes, cita-se a pecha tão propagada, que atribui ao negro uma suposta natureza perigosa, um caráter acomodado que o leva só a atuar para adquirir o mínimo para sua subsistência.

Para ocultar o preconceito da sociedade contra o negro, no entanto, difunde-se o já citado mito da democracia racial brasileira. Este mascara em grandes letras, através dos periódicos da capital paranaense, o que realmente se pensa a respeito do negro e que está escrito nas entrelinhas. O que se pretendia e o que se construiu efetivamente, a partir do discurso da democracia racial, foi a ideia de um contingente europeu branco levantado como ícone do trabalho e da prosperidade no qual todos deveriam se mirar, e através do qual a sociedade brasileira iria chegar à perfeição³. A perfeição sem os negros, a perfeição mais clara possível! Para os paranaenses e especialmente para os curitibanos, esse discurso era visitado continuamente pelo que se observava nos periódicos, ruas, colônias e na sociedade de modo geral. Para Otávio Ianni (1972, p. 72)

Não é somente ao escravo de ontem que compete regozijar-se pela redenção de sua raça, e sim a todos os brasileiros para quem a escravização de irmãos constituía indelével mácula da qual não tem que se envergonhar o negro na sua condição de vítima. Pois essa **fatalidade congênita da cor da epiderme** não deve moralmente rebaixar ninguém à condição de escravos. (grifo do autor)

³ O mito da democracia racial também envolve outros mitos como a ideia de que a escravatura no Brasil não foi muito brutal, mas ocorreu de maneira branda. Porém não se pode esquecer que a escravatura da casa-grande foi diferente da escravatura do eito, e está é que explica a questão racial brasileira, e não aquela onde chegava-se a ter um convívio comunitário.

Dessa maneira, tanto o negro como os brancos precisam redefinir-se perante a sociedade. Uma sociedade que dá voz àquele que se identifica com ela: uma sociedade branca.

A política de disseminação da ideia de que somos europeus, esse sentimento de europeidade foi avalizada por historiadores como Romário Martins (1899) e Wilson Martins (1955)⁴. Isso resultou mais modernamente em mote político afirmativo desse mito, como canta a propaganda laudatória⁵ que afirma “aqui é o Brasil que deu certo como produto do trabalho do branco europeu”. Essa ideia foi introjetada principalmente na mente do curitibano, de tal modo que se chega ao extremo de se asseverar a inexistência de negros em toda a história do Paraná, conforme frase recolhida por Otávio Ianni (1972) que mostrou, neste valioso trabalho uma tendência da população em não reconhecer que existem negros em Curitiba e no Paraná. Porém a produção historiográfica mostra o contrário do que pensam os paranaenses. Evidencia a forte presença, desde as primeiras ondas migratórias, do elemento negro no Paraná.

O próprio Wilson Martins, que em sua obra afirma a inexistência de escravidão no Paraná reconhece que em 1853, na composição da população, “40% eram mulatos, negros e pardos”. Logo adiante este enorme contingente de negros some de suas citações, tornam-se invisíveis para o autor, embevecido pela teoria ariana que, ao citar Trajano Reis, afirma que “*a bela raça paranaense inteligente, viçosa, empreendedora, forma-se do cruzamento do anglo-saxão, do latino, do eslavo*” excluindo o negro da formação do homem paranaense (MARTINS, 1978, p. 130).

Nesse ponto não é possível furtrar-se a um comentário que parece ter passado despercebido pelos historiadores locais. Um consagrado na-

⁴ A ideia de que o Paraná era um “Brasil diferente pois era um estado sem negros, sem escravos, de natureza europeia”.

⁵ Referência ao Paranismo, um movimento de construção identitária do Paraná que teve início após a emancipação política do estado, em 1853, e que se popularizou no final da década de 1920. O termo é de autoria de Alfredo Romário Martins e foi utilizado “para designar os que nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver como civilização” (IURKIV, 2002, p. 131)

turalista francês⁶, tendo realizado várias visitas a fazendas no Paraná no ano de 1820, com a intenção de registrar nossa fauna e flora, registrou também nossos hábitos e habitantes e afirmou que “*a presença do negro era visível em nosso Estado!*” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 25).

A verdade é que o negro sempre esteve presente na história do Paraná, registrando-se um número expressivo de 647 negros para uma população de 3.283, em Curitiba, em 1798 (CHAFF, 1974, p. 81). Otávio Ianni nos dá conta do número significativo de negros na formação das classes sociais no Paraná, afirmando que “*a sociedade constituída em Nossa Senhora da Luz de Curitiba, a partir de 1654, é uma sociedade escravocrata fundada na utilização do trabalho de índios e africanos ou seus descendentes mestiços*” (IANNI, 1972, p. 22).

O retrato de Curitiba era, pois, semelhante ao restante do Brasil: predomínio de uma economia escravocrata, tendo como motor propulsor a mão-de-obra escrava. Ainda que por estes arraiais fosse menor, o contingente africano, era expressivo o seu número. Ianni (1972, p. 30-82) informa ainda que “*os negros e os mulatos se tornavam numerosos [...], e na região do planalto, cuja vila principal é Curitiba, eles alcançam 34% do total de habitantes, sendo que em 1854 30% da população de Curitiba era formada por negros e mulatos*”. Mesmo tendo diminuído a presença dos negros com a chegada do imigrante europeu, ela sempre foi significativa na composição da população, atingindo 25% de mulatos e 10% de negros em 1872 (IANNI, 1972, p. 95). Atualmente, 28,5% da população paranaense e 19,7% da população curitibana se declaram negras⁷.

Há também uma anotação que merece ser feita. Não se pode esquecer que os setores mercantilizados absorviam os ex-cativos de forma gradual, mas absorviam-nos, sendo forte a presença do negro na indús-

⁶ Para saber mais ler: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. **As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

⁷ Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso 23.junho.2018. Consultar também <https://www.bemparana.com.br/noticia/populacao-branca-encolhe-no-parana-negros-e-pardos-aumentam-diz-oi-ibge->. Acesso 23.junho.2018.

tria nascente no começo do século XX no Paraná. Há ainda outro aspecto fartamente documentado especialmente nos inventários do período escravista, que atesta a presença destes. Mesmo aquelas famílias de poucas posses em muitos casos apresentavam escravos como seu bem melhor avaliado, pois além do próprio valor, o que estava agregado na posse de escravos era o prestígio social inerente à condição de proprietário.

Otávio Ianni nos informa acerca da realidade que antecede o 13 de maio de 1888, quando a libertação dos escravos já havia encontrado um grupo deles de posse de sua liberdade e em condições diversas da integração com a sociedade a sua volta:

Pouco a pouco o sistema econômico foi reabsorvendo esse contingente. As condições básicas que estavam operando no nível das forças produtivas, mesmo que em lento desenvolvimento, eram suficientemente vigorosas e decisivas para incorporar tanto a população negra como o excedente de origem europeia, que continuava a crescer com a imigração, além disso, ao lado dos componentes dinâmicos do sistema econômico estava em operação um processo de redefinição do negro como trabalhador e como pessoa (IANNI, 1972, p. 66).

Após a abolição, porém, essa redefinição estava permeada por um duplo sentido, segundo Cardoso (1962, p. 281):

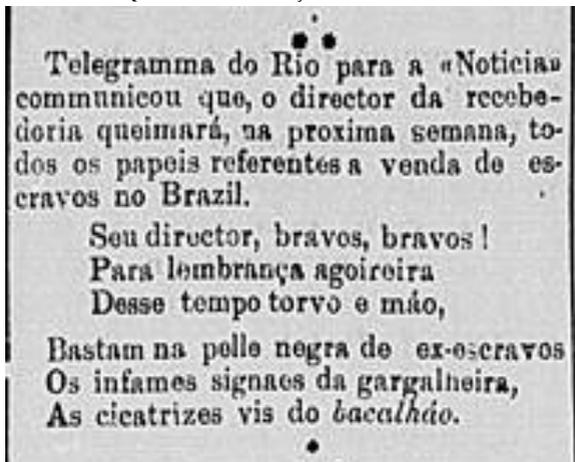
[...] não só formalmente, cor e condição social não correspondiam mais à mesma e irremissível situação de casta dos escravos, como negro livre passou a frustrar mais generalizadamente as expectativas dos brancos e, mais tarde a ameaçar a exclusividade das posições sociais por eles mantidas. A partir desse momento, começa realmente, o problema negro: o preconceito muda de conteúdo significativo e de funções sociais.

Neste contexto, fortalece-se o preconceito de cor e de raça, e junto com ele, passa a ser forjado o discurso de branqueamento, apoiado por essa sociedade que se pretende branca, ainda que esbarre em si mesma todos os dias em preto e branco. Mas se nas origens a presença do negro, numericamente, era significativa, por que a sua contribuição cultural foi negada ou menosprezada como pouco importante na formação da histó-

ria do Paraná? Uma das teses defendidas é a de que houve esforço por parte das elites em tornar o negro invisível historicamente, que pode ser apontado como base do mito da inexistência do negro em Curitiba. Nesse processo, encontra-se a ideologia do “embranquecimento” da raça como meio de se chegar ao ápice do processo civilizatório, conforme defendido por autores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna (BIB, 1986).

Essa atitude da sociedade brasileira foi estimulada pelo governo republicano que mandou queimar toda a documentação sobre a escravidão e retirou do recenseamento de 1900 a pergunta sobre a cor. Fato repetido em 1920 e em 1970. Em 1950, o recenseamento deixou a cargo do recenseador a declaração de cor, já que isto, no entender dos elaboradores da pesquisa daria maior precisão aos resultados da pesquisa. Para eles, a questão dessa forma colocada permitiria a caracterização da distribuição dos negros na estrutura social. Não é necessário dizer que as avaliações pessoais interferiam na veracidade das anotações advindas dessa coleta de dados, no que diz respeito aos negros na sociedade paranaense, o que acabou por aniquilar a história do negro no Brasil, reduzindo-o a um estado de “invisibilidade” que se faz presente até hoje em nossa sociedade (IANNI, 1972).

Queima da documentação sobre a escravidão



Em seu estudo de 1962, Otávio Ianni demonstra que a pluralidade étnica presente no Paraná implicava numa escala de preconceitos, isto é, uns grupos eram mais discriminados do que outros. Por exemplo, quando realizou sua pesquisa na década de 1960 seus informantes afirmavam que em Curitiba “não havia negros” e acrescentavam que “o nosso negro é o polaco” demonstrando que a cidade assimilou o preconceito que os alemães desenvolveram na Europa contra os poloneses. A escala mais baixa da discriminação era ocupada pelo negro e pelo polonês. Depois vinham os italianos e os ucranianos, em seguida o brasileiro e no topo da pirâmide estava o alemão (IANNI, 1962).

Todavia, não se pode esquecer que, o que aparece no comportamento tanto do negro na sociedade paranaense, quanto dessa sociedade em relação ao negro, culmina, no século XX, com a elevação do negro ao pódio central do carnaval. Assim, a sociedade paranaense teve em sua formação, a significativa participação econômica e social do negro, ainda que esta tenha sido oficialmente negada. É evidente a participação do negro na formação do efetivo populacional paranaense, embora se tenha visto o esforço de nossos intelectuais para a formação de uma mentalidade paranaense branca e europeia, na qual o elemento negro é branqueado ou simplesmente desaparece. Uma sociedade que assumiu a tese do “branqueamento” de forma sistemática e contundente.

Em Curitiba, este processo acabou por retirar do negro a possibilidade de se tornar ator importante no processo cultural da cidade. Diferentemente de outras partes do Brasil, onde a sua presença na produção da cultura popular foi marcante, como no Rio de Janeiro, onde o samba se tornou signo da identidade nacional. Para a construção do processo de invisibilidade do negro na cultura curitibana, vários aspectos contribuíram. Quando dizemos isto, é importante entender que o que acontece não é resultado de algo novo, mas que esse foi processo historicamente construído pela sociedade. Ao longo do tempo este processo vai revelando suas raízes perniciosas e maléficas para a própria sociedade. Aqui encontramos a configuração dado por Ianni quanto à estrutura na

qual se baseou a sociedade paranaense, e, especialmente a sociedade curitibana, que afirma:

Tanto diversificaram a configuração da estrutura econômica da área como também tornaram mais complexa a divisão social do trabalho. Nesse sentido, devem ser ressaltados fenômenos tais como a descentralização do poder político-administrativo proporcionada pela Constituição de 1891, o que fez crescer a importância da capital do Estado do Paraná, o crescimento demográfico da cidade, proporcionado pelo fator extraordinário representado pela imigração de europeus, o aumento paulatino e contínuo da produção de ervamate em consequência da evolução do consumo nos mercados do Prata, transformação progressiva das atividades extrativas de comercialização da madeira, um setor cada vez mais ponderável da economia, a criação de capitais nos núcleos coloniais concentrados na área de Curitiba dedicados as atividades agropecuárias, industriais e comerciais (IANNI, 1972, p. 52).

Em Curitiba, o negro, historicamente invisibilizado, nunca foi chamado ao centro do palco social em razão do racismo velado, mas forte demais para permitir sua integração na construção de uma possível identidade curitibana. Essa configuração da cidade possui um aspecto que não pode ser desprezado: o do branqueamento da população, fato que traz consequências reais para a população negra, conforme já se afirmou, especialmente em relação ao mercado de trabalho, pois é através deste que o homem é medido, que o negro é medido. Para o negro sobrou o metrô do preconceito, que conduz o negro ao subemprego, conforme se constata em Mio (1951). Os negros ficaram relegados à ocupação de postos secundários de trabalho, uma vez que os brancos europeus, imigrantes, ocuparam não só pelo trabalho como também pela própria fala e construção um lugar privilegiado. Ianni assevera:

A valorização do trabalho executado por brancos, muitas vezes por representantes do próprio grupo ao qual pertencia o empregador, possibilitou e facilitou a expulsão dos negros e mulatos de certos ofícios. Parte deste grupo foi levada a um nível de sobrevivência ajustado a mínimos vitais, ou então, foi levado ao estado de anomia (IANNI, 1972, p. 58-59).

Não podemos esquecer tratar-se de um grupo inserido numa sociedade de classes, forjada através de uma identidade de classe que constrói e mantém um modelo social a ser seguido. No caso de Curitiba, essa identidade prima por assumir ares de europeidade, que afasta de imediato a participação do negro. Desde o final do século XIX até as décadas de 1930-1940, a representatividade do negro é nula nos setores sociais de prestígio. Assim, uma forma bastante interessante de olharmos a questão do negro na sociedade paranaense, é através de sua relação com o trabalho. Primeiramente a escravidão com a sua marca marginalizadora e estigmatizadora. Num momento posterior, a sociedade paranaense insere-se em um de seus ciclos mais importantes para o desenvolvimento e novamente encontramos o elemento negro inserido no trabalho, a economia do mate. Num primeiro momento do ciclo da erva-mate, o trabalho escravo e o trabalho livre atuaram conjuntamente, seja na fase de produção, colheita ou transporte da erva-mate. É o mate que aglutina o maior coeficiente de trabalho e meios de produção, uma vez que abastece o mercado local, regional e platino.

Família negra curitibana (bairro Boa Vista) – década de 1930

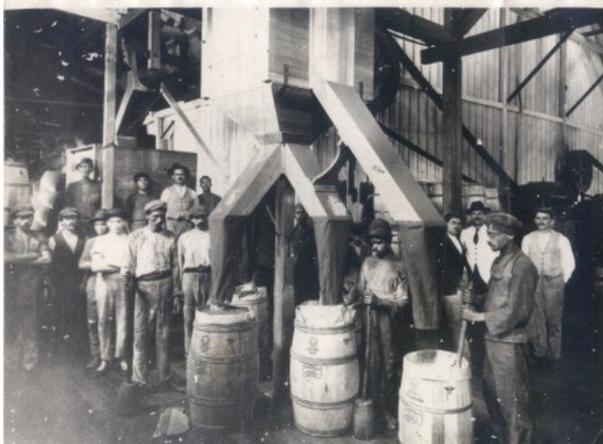


Acervo de Milena Lobo

Em Curitiba, quando sobe o preço do mate há razão para júbilo, é como um sopro de prosperidade, o comércio se agita, as construções

suntuosas se erguem na cidade. Dentro dos engenhos o negro constrói com seu sangue e suor a riqueza das elites ervateiras.

Fábrica de erva-mate Tibagy Ildefonso. Curitiba, década de 1920



Acervo: Museu Paranaense

Interior da Fábrica de erva-mate Tibagy Ildefonso mostrando maquinário de empacotamento de erva mate em barricas. Vê-se dois funcionários negros com soque de pilão na mão. Vários funcionários enfileirados ao fundo do maquinário.

Fábrica de erva-mate Tibagy Ildefonso. Curitiba, sem data.



Acervo: Museu Paranaense

Interior da Fábrica de erva-mate Tibagy Ildefonso mostrando dois homens uniformizados trabalhando na manuseio de uma máquina embalando erva-mate

Mio (1951, p. 57) nos leva a visualizar como ocorria o trabalho nos engenhos, quem eram os sujeitos que dele participavam e sob quais con-

dições: “[...] o horário dos engenhos era das 6 às 6, com uma hora de folga para o almoço, os operários *seminus*, cobertos de pó verde do mate, sendo eles **na maioria gente de cor**, pareciam demônios movimentando-se naquele turbilhão de pó e barulho ensurdecedor de pilões e do rodar das peneiras” (grifo do autor). Com o fim dos ciclos agrários e o incipiente processo de industrialização, grande número de negros vem para a cidade, e neste espaço é preciso ter absoluto controle sobre eles. É necessário ver o negro mais de perto. O negro, acima de tudo, para essa sociedade, precisa ser ressocializado. A sociedade curitibana em transformação precisa também transformar a imagem do negro.

Dois trabalhadores em fábrica de erva-mate



Curitiba, sem data.

Acervo: Museu Paranaense

Uma maneira eficaz para analisar essa questão no meio urbano, é a avaliação da participação no trabalho dos negros inseridos na camada proletária e distribuídos pelas diversas áreas do sistema econômico e social, sendo assalariados ou subempregados, mas sempre ajustados às camadas inferiores da sociedade.

Embora a sociedade seja atraída pelo fazer artístico e cultural do negro, ainda assim é preciso mantê-lo longe da intimidade social, bem por isso se pode entender a sua alocação na periferia. Isto porque os bairros, muitas vezes antigas colônias, não eram apropriados para os negros, restando-lhes dirigir-se para os subúrbios mais afastados da cidade, onde se alojava a massa de trabalhadores despojados de sua identidade. Ainda que participassem ativamente tanto do mercado de trabalho, quanto da sociedade em geral, os negros tornavam-se, cada vez mais, alvos de comentários mesquinhos sobre sua suposta preguiça, indolência e a ambiguidade na sociedade curitibana. Foi-lhes vedado, entre tantas coisas, acesso à educação, cidadania e informação, que lhes possibilitariam ao menos saber o que essa mesma sociedade diz a seu respeito.

Essa sociedade curitibana branca, com o discurso do branqueamento, continuava isolando certos aspectos do comportamento dos negros e colocando-os como sendo atributos invariáveis da sua “natureza humana”. Dessa forma, ao que nos parece, pelos próprios periódicos e discursos elaborados, esta sociedade sentia-se protegida para agir em relação aos negros. Ação essa que visava branqueá-los ou invisibilizá-los.

Na ocupação de empregos, o elemento negro estava tradicionalmente na condição de serviçal, de subalterno. Nos bancos escolares, sua presença era insignificante. Tudo isso sem nenhum problema, porque em Curitiba o negro sabe onde é o seu lugar, ou seja, seu espaço social, que historicamente fica na periferia da cidade. Assim é, e tem sido ao longo dos tempos. Em Curitiba, o negro que se veste de branco só pode ser padeiro, açougueiro, enfermeiro ou qualquer outra profissão humilde. Ele nunca pode ocupar uma posição elevada do estamento social. Esta realidade faz com que desde o começo do século os negros vivam na periferia, longe do centro.

Porém, nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil, começa a sedimentar-se um novo papel para o negro, dando continuidade a um processo que já vinha desde o início do século XX e que começava a trazê-lo, após mui-

ta luta, para o centro do palco no papel de grande construtor da identidade nacional. Em Curitiba, também, ao influxo do que ocorre no Brasil, começa a se formar um novo quadro social no qual a questão do negro é colocada de maneira explícita para a sociedade curitibana, principalmente no que diz respeito aos processos de produção de cultura popular, com os sambistas começando a ganhar seus espaços para mostrar sua produção musical.

Todo este cenário de racismo e exclusão certamente deixaram profundas marcas nas estruturas da “tradicional sociedade curitibana”. A história aqui descrita, com verbos conjugados no passado, poderia, infelizmente, ser conjugada no tempo presente, sem muitas alterações. As marcas desta história podem ser percebidas de várias maneiras: do racismo institucional; da ausência de alunos e alunas negras nas salas de aulas das universidades, em especial dos cursos mais valorizados; da falta da representatividade negra nas instituições políticas, em todas as esferas; e, ainda mais grave, nos assustadores índices de assassinatos da população negra, principalmente entre os jovens.

Se tudo o que aqui foi descrito é sim realidade há, felizmente, algo a se comemorar. O problema do racismo estrutural vem sendo cada vez mais evidenciado, denunciado e combatido, através de diversos movimentos da militância negra em Curitiba, em especial, entre os jovens. Dentre as iniciativas de resistência e de representatividade, podemos destacar: o Afro Chic⁸, a Marcha do Orgulho Crespo⁹, o Baile Bom¹⁰, Feira do Afro-Empreendedorismo¹¹, a visita temática ao Cemitério Municipal sobre Personalidades Negras¹², entre outros.

O movimento negro hoje está bastante diversificado e orientado para várias situações. Temos o movimento dos mais politizados, dos

⁸ Marcha organizada por jovens negras (25 a 40 anos) em Curitiba, com protagonismo feminino negro. Março/2016

⁹ Marcha do Orgulho Crespo ocorrido em São Paulo, em 26 de julho de 2015.

¹⁰ Movimento-festa-ato político de mobilização da comunidade negra de Curitiba e Região Metropolitana. Ocorre na Sociedade Treze de Maio desde o ano de 2016.

¹¹ Realizada pelo Instituto Afro-brasileiro do Paraná para difusão da cultura afrodescendente, ocorre desde o ano de 2017.

¹² Realizada pela Fundação Cultural de Curitiba desde o ano de 2017.

quilombolas, do que querem o regresso à origens e tradições africanas, dos liberais que querem maior mobilidade na sociedade, dos que querem uma integração mais plena, dos que querem valorizar a cultura, a música. Enfim, está marcado por um movimento mais cosmopolita e plural, mais aberto ao diálogo e às influências.

O preconceito racial sempre foi e ainda é um dado fundamental das relações sociais no Brasil. Essa cultura racista se formou durante a escravatura e está presente até hoje entre nós. Muito tem sido feito para se combater o racismo. Todavia muito há por ser feito. A luta continua. O motor e a força da luta estão no coletivo. Refletir e atuar sobre o problema do negro na sociedade brasileira é um meio de contribuir para uma realidade social mais justa.

Referências

BALHANA, Altiva et all. (1969). **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar.

BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (1986), Nº 01. SP: ANPOCS.

CARDOSO, Fernando Henrique (1962). **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. SP: Difusão Europeia do Livro.

CHAFF, Marisa Bundant (1974). **A população da Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de habitantes (1786-1799)**. Curitiba: Mestrado em História da UFPR.

FREITAS, João Carlos de (2009). **Colorado: a primeira escola de samba de Curitiba**. Curitiba: edição do autor.

IANNI, Otávio (1962). **As metamorfoses do escravo**. SP: Editora Brasiliense.

IANNI, Otávio (1972). **Raças e classes sociais no Brasil**. SP: Editora Brasiliense.

IURKIV, José Erondy (2002). **Romário Martins e a historiografia paranaense**. Educere, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez, p. 123-132.

GOMES JUNIOR, Jackson (2008). **Paraná Negro**. Curitiba: UFPR/PROEC.

MARTINS, Alfredo Romário [1889](1995). **História do Paraná**. 5ª edição. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson [1955] (1978). **Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná**. 2ª edição. SP: Editora Anhembi.

MIO, J. (1951). **Notícias históricas sobre a erva-mate e seus engenhos de beneficiamento em Curitiba (1888-1950)**. Curitiba: Boletim do IHGEP, V. 5.

SAINT-HILAIRE, August de (1964). **Viagem a Comarca de Curitiba (1820)**. SP: Editora Nacional.

SANTOS, Carlos Antunes (s.d). **Nem loiro nem diferente: o Paraná Provincial**. S.l: (mimeo).

SANCHES, Marco Antônio (1997). **O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível**. Curitiba: Mestrado em Antropologia UFPR.

Sobre o autor*:



JOÃO CARLOS DE FREITAS, 2017

Fonte: acervo de João Carlos

João Carlos de Freitas é sambista. Formado em Letras pela PUC/PR (1976) e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1982). Possui pós-graduação em Música Popular pela Faculdade de Artes do Paraná.

Teve uma infância humilde e recorda com carinho e gratidão que foi o pai que o incentivou à leitura quando ao comprar com muito esforço os primeiros livros didáticos para o filho falou que “ali estava a sua libertação!”

João é pesquisador sobre a música popular brasileira.

* Entrevista de João Carlos de Freitas concedida a Ana Crhistina Vanali no dia 22 de junho de 2018 em Pinhais.

O dia da consciência negra em Curitiba

Marco Aurélio Barbosa

Por meio da Lei Nº 14.224 de 7 de janeiro de 2013¹ foi decretado pela Câmara Municipal de Curitiba (CMC) o Feriado da Consciência Negra na capital paranaense, tendo como data comemorativa o dia 20 de Novembro. Entretanto, após forte pressão da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), no dia 4 de novembro de 2013 o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu o efeito da lei municipal que instituía tal feriado. No dia 19 de novembro de 2013, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, negou o pedido da CMC de reconsideração da anulação imposta pelo TJ-PR, alegando “falta de informações” no processo, o que prejudicaria a sua tomada de decisão.

Com a suspensão do feriado irrompeu-se, de maneira explícita, um conflito que agora não estava mais restrito apenas aos grupos envolvidos - a ACP; a CMC e o Movimento Negro² -, mas que passou a ser de conhe-

¹ Lei Nº 14.224 de 07/01/2013 que institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1422/14224/lei-ordinaria-n-14224-2013-altera-a-lei-n-10921-de-18-de-dezembro-de-2003-que-dispoe-sobre-o-combate-ao-racismo-no-municipio-de-curitiba-e-da-outras-providencias>. Acesso 01/12/2018. Anexo 1.

² Entende-se por Movimento Negro aquele constituído, por um universo amplo de indivíduos que lutam na esfera social, por direitos inerentes à população negra afrodescendente. Sendo assim, são: “movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.)” (GHON, 2008, p. 439-440).

cimento de toda a sociedade através dos diferentes meios de comunicação que apresentaram os debates e as enquetes em torno da questão.

A CMC e o Movimento Negro buscaram intervir com o objetivo de reverter a decisão do TJ-PR, fazendo mobilizações nas ruas e interpondo recursos junto ao judiciário em favor da manutenção do feriado. A ACP entrou com o pedido de ação judicial alegando o “enorme prejuízo”³ que o comércio da cidade sofreria, caso houvesse a implantação do mesmo. Assim, o feriado, aprovado pela CMC, nunca foi comemorado na cidade. A ACP foi acusada de racismo, por parte dos grupos derrotados, por impedir um feriado ligado à questão racial. Ao longo de sua história, Curitiba amechou uma fama de “Capital Europeia”. Tal percepção tomou contornos mais definidos com os festejos dos 300 anos da cidade, em 1993 quando ela foi apresentada como “Cidade de Primeiro Mundo”, “Cidade Europeia”, “A Cidade Mais Europeia do Brasil”, “Cidade de Todas as Gentes” entre outros epítetos⁴. Mas nem “todas as gentes” são consideradas em sua composição. Nessas comemorações, não apareceu a contribuição do negro para a formação da sociedade curitibana. Por extensão, Curitiba foi considerada como uma cidade sem negros, fato que já foi objeto de estudo no início dos anos 60, pelo sociólogo Octávio Ianni, que trata do papel do negro e de sua participação na construção da sociedade curitibana em sua obra “As Metamorfoses do Escravo”, desconstruindo o mito de cidade branca e sem negros (IANNI, 1988).

Um sujeito não precisa necessariamente pertencer a população negra para lutar pelos seus direitos, isto é, precisa antes de mais nada, ter ciência das necessidades deste grupo, bem como, contar com uma certa experiência política e social, estar ligado a instâncias de participação política e contar com um aparato social e material que lhe propiciem condições de organização e mobilização de interesses comuns, e finalmente agir nesta direção. Sobre os representantes do Movimento Negro em Curitiba, alguns nomes se destacam na defesa do 20 de Novembro, em momentos diferentes e por razões distintas. Entre eles estão Adegmar José da Silva (Mestre Sombra) conhecido como Candieiro, Denilton Laurindo e Saul Dorval da Silva.

³ Algo estimado em torno de R\$ 160 milhões. Conforme MELLO, Denise. **Às vésperas do feriado de 20 de novembro em Curitiba, ACP ainda tenta derrubar recesso na Justiça. Só na capital, o prejuízo estimado em um dia de portas fechadas chega a R\$ 160 milhões.** SINDISHOPPING, outubro de 2013. Disponível em <http://www.sindishopping.com.br/sindishopping/noticia/exibir/cod/1507>. Acesso 01/12/2018.

⁴ Conforme se observa em Moraes & Souza (1999) e Sanches (1997).

Os epítetos representam o imaginário construído da cidade⁵ e desempenham importante papel também no imaginário dos agentes envolvidos na disputa em torno do feriado da consciência negra em uma cidade na qual a branquidade é festejada e na qual se homenageiam culturas europeias, vide o “Festival das Etnias”⁶ celebrado anualmente na cidade com a presença de grupos folclóricos das culturas alemã, italiana, polonesa, ucraniana, entre outras. O discurso que aponta Curitiba como “Cidade Europeia” reivindica a ideia de uma cidade predominantemente branca, na qual a população negra, teria tido participação irrelevante na história e na cultura local. Este discurso desempenhou importante papel na “negociação” em torno da adoção ou interdição do feriado na cidade.

Compreender o “20 de Novembro” pressupõe compreender o que levou a opção pela figura de Zumbi dos Palmares e qual é a importância simbólica dessa data para a mobilização que se estabeleceu em torno dela. A referência mais recorrente para a questão acima é livro “Educação e Ações Afirmativas entre a injustiça simbólica e injustiça econômica” de 2003, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e que traz o artigo de Oliveira da Silveira intitulado “Vinte de Novembro: história e conteúdo”. Foi esse professor, escritor, poeta e ativista do movimento negro⁷ quem propôs a data de 20 de Novembro para a comemoração do dia da consciência negra em oposição ao dia 13 de Maio, tido por este

⁵ Sobre este assunto existe uma vasta bibliografia da qual pode-se destacar Lopes (1998) e Sanches (1997) que tratam da construção do imaginário no qual Curitiba se constitui e se constrói como “Cidade Europeia”.

⁶ Em 2018 aconteceu a 57ª edição do tradicional Festival Folclórico de Etnias do Paraná. Durante 12 noites, o principal palco do Teatro Guaíra recebeu apresentações com música, canto e dança de grupos étnicos que “simbolizam a cultura de muitos dos povos colonizadores do Paraná, que ajudaram na formação da identidade local”, conforme site do Teatro Guaíra. Disponível em <http://www.teatroguaira.pr.gov.br/2018/05/2405/Folclorize-Festival-Folclorico-de-Etnias-do-Parana-no-Guairao.html>. Acesso 01/12/2018.

⁷ Oliveira Ferreira Silveira (1941-2009) foi professor, pesquisador, poeta e ativista do movimento negro. Foi um dos intelectuais afrodescendentes de maior destaque no Rio Grande do Sul e também em nível nacional, participando ativamente de debates, encontros e mobilizações do movimento negro. No período de 1971 a 1978, participou do Grupo Palmares, sendo também o mentor do estabelecimento do dia 20 de Novembro – data da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 – como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. O poeta foi também um dos fundadores na revista *Tição*, que cumpriu importante papel no contexto de ressurgimento do movimento negro no final da ditadura militar, além de integrante ativo do Grupo Semba de Arte Negra, sediado em Porto Alegre. A conscientização a respeito da condição afrodescendente ocorre, pois, em paralelo a seu crescimento como poeta. Fonte: Oliveira Silveira. **Literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais** Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/353-oliveira-silveira>. Acesso 07/04/2018.

como uma falsa data comemorativa, visto que esta data já era contestada pelo próprio Movimento Negro⁸. A decisão pela adoção do 20 de Novembro se coloca como opção intelectual de bases científicas através de extensa revisão bibliográfica realizada sobre o assunto (SILVEIRA, 2003) e como opção política no sentido em que para além da data, é observada a importância simbólica desta.

Em torno desta premissa surgirá o Grupo Palmares com o objetivo de debater o tema e fixar as bases que tornarão possível a criação do Dia da Consciência Negra. É importante salientar que a opção pelo 20 de Novembro, referente a morte de Zumbi dos Palmares, se deu dentro de uma agenda na qual várias datas e eventos foram pensados, no sentido de criar referências que tivessem importância social e marcassem a participação e o lugar do negro na sociedade brasileira, tais como o dia 24 de agosto em referência a morte de Luiz Gama e o dia 9 de outubro em referência ao nascimento de José do Patrocínio. A primeira comemoração em torno do Dia da Consciência Negra é relatada por Silveira, da seguinte maneira:

A homenagem a Palmares ocorreu no dia 20 de novembro de 1971, um sábado à noite, no Clube Náutico Marcílio Dias, sociedade negra sita à Avenida Praia de Belas Nº 2300, bairro Menino Deus, em Porto Alegre. O Marcílio, fundado em 4 de julho de 1949, foi um importante espaço físico, social e cultural perdido nos anos 80. Público reduzido, conforme o esperado, mas considerado satisfatório. "Zumbi, a homenagem dos negros do teatro" foi o título da Folha da Tarde para a nota publicada dia 17. E nessa época de dita-

⁸ Consultar ASSUMPTÃO, Narciso. **O apartheid social e o 13 de maio**. In: Correio de Notícias, 13/05/1990, p. C-3.

Artigo importante escrito pelo jornalista Narciso Assumpção que faz uma reflexão sobre a (des)importância do 13 de Maio para o negro brasileiro. Aponta a importância do papel da mão-de-obra negra para o desenvolvimento do país, a pouca importância dada ao grupo, e o problema da assimilação do negro no pós-abolição. Faz um paralelo entre o apartheid e a situação do negro no Brasil, apontando para a "habilidade" do racismo brasileiro, onde assevera que o apartheid não é um sistema exclusivo da África do Sul. Destaca o simulacro construído pelo 13 de Maio, que promoveu a "libertação" da população negra, mantendo intactos os lugares sociais e para a ideologia da miscigenação que longe de construir a igualdade, alienou negros e pardos, que ricos ou pobres mantêm entre si um distanciamento por conta da cor e da condição socioeconômica que diferente do que acontece no apartheid sul-africano os impede de reconhecer as suas próprias identidades e mesmo colocar-se contra o sistema que hora os oprime. Por fim faz uma crítica a data do 13 de Maio e pondera a importância do 20 de Novembro, demonstrando a necessidade da reflexão sobre as sutilezas ligadas a primeira data que reforçam a relação "Casa Grande e Senzala". Observa-se um esforço intelectual na desconstrução do 13 de Maio e o destaque dado aos problemas de integração do negro a sociedade brasileira, que dele se beneficiou.

dura, em que os militares eram chamados de "gorilas", o teatro era muito visado. O grupo foi chamado à sede da Polícia Federal para, através de um de seus integrantes, apresentar a programação do ato e obter liberação da Censura no dia 18.

A homenagem a Palmares em 20 de novembro de 1971 foi o primeiro ato evocativo dessa data que, sete anos mais tarde, passaria a ser referida como dia nacional da consciência negra. (SILVEIRA, 2003, p. 28-29)

Após este primeiro evento, vários outros se seguiram entre 1971 e 1977. Em 1978 o “20 de Novembro” alcança caráter nacional e passa a figurar como bandeira de afirmação do Movimento Negro, ganhando expressão à medida que os eventos vinculados à data se multiplicam pelo país. Entre os anos de 1978-1988, ocorreu segundo Silveira, o período de articulação nacional com vários

Protestos, reivindicações, agitação política, artística, cultural, criação de instituições oficiais (assessorias, conselhos), a composição da Assembleia Nacional Constituinte. Intensifica-se com a criação da semana do negro e do Memorial Zumbi. A fase encerra-se no centenário da abolição. De 1988 em diante é a fase de conquistas, a partir do espaço no texto da Constituição para o grupo étnico afro-brasileiro, remanescentes de quilombo e legitimação de suas terras (SILVEIRA, 2003, p. 40).

No dia 20 de Novembro de 1995, ocorreu em Brasília a Marcha por ocasião dos 300 anos de falecimento de Zumbi, que contou com cerca de 30 mil pessoas⁹. O objetivo do evento era denunciar o racismo existente no país e levar ao presidente da república um conjunto de reivindicações relacionadas à população afrodescendente. Nesta ocasião, os líderes do Movimento foram recebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que na ocasião assinou o Decreto de 20 de Novembro de 1995 que *“institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras*

⁹ **Marcha Zumbi Reúne 30 mil em Brasília: o combate ao racismo entra na agenda política do país. Memorial da Democracia.** Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasil>> Acesso 30/08/2018.

*providências*¹⁰, iniciando-se o processo de criação de políticas públicas voltadas especificamente para a população negra e de combate ao racismo¹¹.

Em 1996, passa a vigorar a Lei Nº 9.315¹² na qual o nome de Zumbi dos Palmares é inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria". Em 2003, a Lei Nº 10.639¹³ introduziu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e instituiu que o calendário escolar deva incluir o dia 20 de Novembro, como “Dia da Consciência Negra” em toda rede escolar do país. Em 2011 a Lei Nº 12.519¹⁴, de 10 de novembro de 2011, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, introduziu no calendário nacional o Dia da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente no dia 20 de Novembro, sem no entanto, defini-lo como feriado nacional.

Em suma, surgido a partir do descontentamento de ativistas do Movimento Negro do Rio Grande do Sul, e após várias reflexões e estudos, o 20 de Novembro foi celebrado pela primeira vez em 1971, sendo apropriado nacionalmente pelo Movimento Negro em 1978 e tendo sua importância ampliada ao longo das décadas seguintes, servindo de base para a implementação de agendas políticas para o reconhecimento e enfrentamento ao racismo no Brasil, resultando na criação de um grupo interministerial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento desta questão.

Como no restante do país, o “20 de Novembro”, em Curitiba, levou a várias manifestações a favor da sua implantação como data de luta. Na tentativa de reconstituir esse movimento na capital paranaense, buscou-se informações e referências com membros do Movimento Negro na cidade, mas as respostas de modo geral foram pouco satisfatórias. Assim,

¹⁰ Decreto Nº 3531 de 20 de Novembro de 1995. BRASIL. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm. Acesso 30/08/2018.

¹¹ Decreto de 13 de junho de 1996 inclui inciso IV ao art. 3º do Decreto de 20 de novembro de 1995, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas de valorização da População Negra.

¹² Lei Nº 9.315, de 20 de Novembro de 1996. BRASIL. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9315.htm. Acesso 30/08/2018.

¹³ Lei Nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003. BRASIL. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso 30/08/2018.

¹⁴ Lei Nº 12.519, 10 de Novembro de 2011. BRASIL. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm. Acesso 30/08/2018.

foi necessário lançar-se na busca por informações registradas pela imprensa. Em 19 de Novembro de 1981¹⁵ temos um dos primeiros apontamentos do Movimento Negro no Paraná, em relação ao Dia da Consciência Negra em Curitiba, onde lê-se:

AMANHÃ, dia 20, é data que os negros do Brasil vão comemorar com atos antidiscriminatórios. O grupo “Consciência Negra” de Curitiba bolou muitas coisas. Dias atrás, por sinal, um cidadão pobre foi assaltado e pediu apoio num módulo policial e de lá acabou escorraçado por ser negro e pobre. (Diário do Paraná, 19/11/1981, p.1)

No dia seguinte¹⁶, apareceu na forma de um pequeno editorial sem assinatura, uma crítica a ação realizada pelo Movimento Negro, sobre a organização do Dia da Consciência Negra em Curitiba:

Preconceitos:

Hoje é o dia da Consciência Negra, data mal divulgada como se os próprios articuladores do movimento revelassem uma certa timidez em levantar uma das mazelas que hipocritamente a sociedade procurar dissimular. ... Os humildes, a gente do povo, é sistematicamente discriminada. Uma delegada, Teresinha Cabistani, é perseguida até pelos colegas que não desejam ver uma mulher negra na carreira. Discriminação dupla: de cor e sexo. O grupo União e Consciência Negra está certo desde que não passe também a discriminar a pretexto de uma postura defensiva. (Diário do Paraná, 20/11/1981, p. 1)

Vários outros artigos procuram demonstrar que a Abolição – conferida pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 – pouco mudou a situação do negro no país, apontando para as estatísticas e os problemas sociais e solicitando uma solução Constitucional, com a criação de leis na Carta Magna que deveria ser construída em 1988. Ocorrem denúncias dos problemas enfrentados pela população negra. Dentre eles, o “Mito da Democracia Racial”, destacando o racismo à brasileira, que se expressa e se mantém na sociedade através da negação de si mesma, do racismo

¹⁵ Spray, Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 19 de Novembro de 1981 Caderno 1, p. 2.

¹⁶ Preconceitos. Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983, 20 de Novembro de 1981, Caderno 1, p. 2.

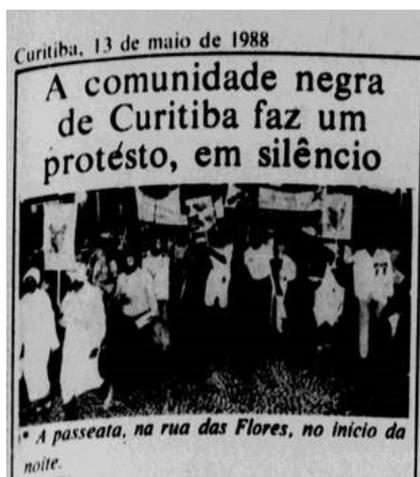
encoberto, velado. Outros artigos destacam que há muito pouco tempo o racismo e o destino da população negra tornaram-se objeto de reflexão do período pós-escravidão, além de destacar que o 13 de Maio seria uma data oficiosa, que em nada representaria a população negra.

Em 13 de maio de 1988, ano do centenário da Lei Áurea o Correio de Notícias estampa a matéria “A Comunidade Negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio”¹⁷ que traz uma foto com o título, “A passeata, na rua das Flores, no início da noite.” O texto destaca o protesto silencioso da marcha realizada pela comunidade negra de Curitiba, frente a comemoração do Centenário da Abolição. O protesto teve início na Rua das Flores (início do calçadão da Rua XV de Novembro), marcado por uma chuva no período da tarde, durante o qual os manifestantes distribuíam panfletos onde se achava escrito “Sem ano de Abolição. Cem anos de Mentira”.

O presidente da Pastoral do Negro, Paulo Borges, disse que o verdadeiro dia de comemorações é 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, explicando assim a reduzida participação da comunidade nesta passeata. “Estamos preparando para novembro uma grande festa”, enfatiza Borges. Na Câmara Municipal tramita um projeto da vereadora Marlene Zanin que amplia as comemorações das conquistas dos negros para o dia 20 de novembro. A vereadora, presente à passeata, destacou a luta do Conselho da Condição Feminina com o objetivo de acabar com o preconceito em relação a mulher negra.

Para hoje, a comunidade negra integrada pelos grupos organizados como os Agentes da Pastoral do Negro, União e Consciência Negra e Pró-Negro, não programou nenhuma atividade. Para quem quiser conhecer a verdadeira história do negro a peça “Abolição” continua em cartaz no Teatro da Classe e é recomendada pela comunidade, que apresenta dança-afro e capoeira. (Correio de Notícias (PR), 13/05/1988, p. 9)

¹⁷ A Comunidade Negra de Curitiba faz um protesto, em silêncio. Correio de Notícias (PR) - 1980 a 1989, 13 de maio de 1988, p.9.



A fala do Presidente da Pastoral Negra, sintetiza a insatisfação com o 13 de Maio, no que enfatiza a falta de interesse do Movimento Negro na comemoração da data, bem como, reforça a importância simbólica para o grupo do “20 de Novembro”, na intenção de criar através da CMC um dispositivo legal por meio da Vereadora Marlene Zanin que propiciasse a comemoração por vias oficiais, do Dia da Consciência Negra.

O jornal Nicolau, em Maio 1988¹⁸, mostrou a posição de algumas das personalidades negras de Curitiba, como artistas e membros do Movimento Negro, sobre o 13 de maio e as questões contraditórias que a data representa. Essas ocorrências colocam em perspectiva o “20 de Novembro” na cidade de Curitiba em movimentos anteriores a 2013¹⁹, ano da aprovação do feriado na cidade. Isso mostra que a construção deste, não se deu por um evento, ocasião excepcional e isolada, mas constituiu um processo que ocorreu no restante do país em oposição ao 13 de Maio e à revelia da tradição de uma cidade que tem como elemento histórico a tradição de firmar-se como uma “Cidade Europeia”.

¹⁸ Painel, Jornal do Nicolau, Ano I n°11 Maio 1988, p. 2-3.

¹⁹ Para saber mais consultar Barbosa (2018).

A Câmara Municipal de Curitiba frente ao 20 de Novembro

A primeira proposição²⁰ a abordar o tema do feriado da Consciência Negra na cidade de Curitiba ocorreu através da Lei Nº 7186 de 03 de junho de 1988, por meio de projeto proposto pela Vereadora Marlene Zanin e, aprovado pelo então Prefeito Roberto Requião de Melo e Silva. A lei dispõe que a data de 20 de Novembro está consagrada a Zumbi dos Palmares e deve ser marcada por atividades voltadas à memória deste herói e à celebração da cultura negra. As iniciativas seriam promovidas pela Fundação Cultural de Curitiba e pela Rede Municipal de Ensino, bem como, por sessão especial na Câmara Municipal de Curitiba a ser celebrada anualmente (Anexo 2).

Somente treze anos depois, em 20 de novembro de 2001, o tema passa a ser objeto de debate na CMC quando o Vereador André Passos²¹ fez um requerimento de inserção nos anais da casa do artigo “Zumbi nas Margens do Sul”, escrito pelo jornalista Marco Zibordi e veiculado pelo jornal Gazeta do Povo, naquele mesmo dia²². O Vereador chama atenção para o fato de o artigo destacar a importância histórica do 20 de Novembro para a sociedade brasileira, bem como, do papel do negro para Curitiba e para o Brasil, mencionando a questão do respeito à diversidade. Apesar de tratar da questão da data em si, não enuncia a ideia de feriado ou mesmo da conversão desta data em um marco para o município. A proposição atém-se apenas ao interesse da preservação documental desta memória:

O dia 20 de novembro é o dia da Consciência Negra e celebrar esse dia significa muito mais do que evocar Zumbi. Para além disto, enfatizar o debate sobre as questões postas pelo Movimento Negro, que explicitam as desigualdades raciais e étnicas vividas no Brasil. Tendo como fundamento o respeito à pluralidade de

²⁰ Proposição 63 de 1988.

²¹ André Passos Proposição nº 055.00054.2001 de 20/11/2001. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=184347&pesquisa=20%20de%20novembro. Acesso 14/02/2018.

²² PASSOS, André. Requerimento de Inserção nos anais. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=184347&pesquisa=Consciencia%20Negra. Acesso 02/04/2016.

culturas, etnias, religiões e classes sociais, é preciso que neste dia se reflita sobre a dívida que a sociedade brasileira tem para com os afrodescendentes e marque-se os artigos sobre o assunto, divulgando a história de luta da população negra. Por isso, acreditamos ser fundamental anexar essas reportagens que torna visível as ações do movimento negro. (André PASSOS, 20/11/2001)

Em agosto de 2001, os vereadores Adenival Alves Gomes e Tadeu Veneri apresentaram a proposição de lei 005.00235.2001²³, que instituía a data de 20 de Novembro como ponto comemorativo na cidade e dia de combate ao racismo. A proposição foi sancionada e se transformou na Lei Nº 10.921 de 18 de dezembro de 2001 (Anexo 3). A justificativa da proposição apresentada pelos vereadores foi a seguinte:

Os princípios da igualdade, legalidade e liberdade estão assegurados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Curitiba. Para que efetivamente se construa um Estado Democrático de Direito como preceitua a nossa Constituição, uma das questões fundamentais a ser conquistada por toda a sociedade é a eliminação completa de preconceitos contra negros, índios e brancos marginalizados.

No Brasil, a parcela negra da população é a mais atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, o desemprego crônico, a fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças jovens assassinadas nos centros urbanos.

Os homens e mulheres negros estão em condições de maior desigualdade em nosso país, até mesmo tendo como referência os questionáveis dados do censo realizado pelo IBGE em nosso país em 1990. De acordo com esses dados, entre os brasileiros que possuíam vínculo empregatício, isto é contavam com carteira assinada, 58% eram brancos e 41% negros (34% considerados pardos mais 7% considerados negros). De cada 100 empregados, 51% sobreviviam com salário mínimo. Do total de trabalhadores que ganhavam 1 salário mínimo, 79% eram negros. A inserção no mercado de trabalho é precoce: as crianças brancas de 10 a 14 anos somam 14,9% e as negras 20,5%.

Na área educacional, os dados são: 18% da população brasileira analfabeta, sendo que entre os negros este percentual sobe para 30%. No outro extremo,

²³ Proposição de Lei 005.00235.2001 de 01/08/2001. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=13903&PESQUI SA. Acesso 14/01/2019. Consultar também a emenda 031.00002.2002.

4,2% dos brancos e apenas 1,4% dos negros haviam alcançado o ensino superior. Em todos os níveis educacionais a participação do segmento branco é nitidamente superior à do segmento negro.

Há muitos anos a comunidade negra no Brasil vem lutando para conquistar o seu espaço na sociedade. Lutando contra toda sorte de isolamento que lhe é imposta pela cultura dominante. Em que pese todo um sistema sociocultural voltado para o impedimento do crescimento de uma cultura negra, observa-se que aos poucos as barreiras de segregação vão sendo derrubadas e vão se consolidando espaços democráticos e de combate a todo e qualquer tipo de discriminação.

Os legisladores não podem se furtar de procurar garantir, na lei, certas garantias sociais e anti-raciais, bem como prever formas punitivas que coíbam a prática de racismo.

Curitiba, não foge à regra das demais capitais e cidades brasileiras. No entanto, o exemplo que os legisladores curitibanos podem dar, ao aprovar a presente lei, demonstrará a maturidade política e o desejo comum de conquistar, cada vez mais, uma sociedade moderna e democrática²⁴.

Em 2005, o vereador Reinhold Stephanes Júnior apresenta o projeto de lei que busca instituir o "Dia Municipal da Consciência Negra"²⁵, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro. Ao propor o feriado, o vereador tinha em seu horizonte a adoção do Dia Nacional da Consciência Negra como efeméride e inclusão no calendário escolar. A escolha dessa data acatou a proposta do Movimento Negro colocada em 1971 e divulgada nacionalmente em 1978, conforme justificativa apresentada na proposição²⁶. Somente em 2011 ocorreu a oficialização dessa data, com o

²⁴ Justificativa da proposição de lei 005.00235.2001. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=13903&PESQUISA. Acesso 14/01/2019.

²⁵ Reinhold Stephanes Jr - Proposição n°: 005.00295.2005 de 10/11/2005. Fonte: SPLII Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=34420&pesquisa=20%20de%20novembro. Acesso 14/02/2018.

STEPHANES JR., Reinhold. Projeto de Lei Ordinária: Declaração de Utilidade Pública. SPLII. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=36045&pesquisa=Consciencia%20Negra. Acesso 02/04/2016.

²⁶ "Preservar a memória é uma das formas de construir a história. É pela disputa dessa memória, dessa história, que nos últimos 32 anos se comemora no dia 20 de novembro, o "Dia Nacional da Consciência Negra", e o mesmo comemoraremos municipalmente. Nessa data, em 1695, foi assassinado Zumbi, um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, que se transformou em um grande ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade.

Decreto-lei federal Nº 12.519 de 2011 (Anexo 4). A proposta do vereador era que nessa data fosse realizado um conjunto de eventos e atos públicos que viessem a esclarecer, dar visibilidade e destacar a importância, as contribuições e a participação da população negra da cidade. Mas a proposta não foi adiante.

Posteriormente, entre o período de 20 de Novembro de 2006 e 22 de Dezembro de 2008, tramitou o projeto de lei²⁷ de iniciativa do vereador Manassés Oliveira, que também propunha a adoção do feriado de 20 de Novembro, desta vez, valendo-se de elementos históricos que evidenciam a importância e a participação da população negra na sociedade brasileira, recorrendo ainda, a um breve histórico da data em questão. Chama ainda, a atenção para o “*Art. 1º - Inclui-se a Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, o inciso VI, dispondo a seguinte redação: VI - Institui-se como Feriado Municipal o "Dia da Consciência Negra", no intuito de buscar a aprovação de lei que fixe a ocasião como efeméride adicta ao calendário da cidade. Mas a proposta também não foi adiante.*

Um ano mais tarde, em 18 de Novembro de 2009, a Vereadora Renata Bueno²⁸ solicitou a inscrição da data nos anais da CMC, evento que tem importante relevância simbólica. Porém, foi somente uma menção a data e nenhuma proposta de instituição de um feriado municipal. No

Para o historiador Flávio Gomes, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a escolha do 20 de novembro foi muito mais do que uma simples oposição ao 13 de maio: "os movimentos sociais escolheram essa data para mostrar o quanto o país está marcado por diferenças e discriminações raciais. Foi também uma luta pela visibilidade do problema. Isso não é pouca coisa, pois o tema do racismo sempre foi negado, dentro e fora do Brasil. Como se não existisse".

O dia 20 de novembro será celebrado, através dos instrumentos clássicos de divulgação de ideias: simpósios, palestras, congressos e encontros; ou ainda a partir de feiras de artesanatos, livros, ou outras modalidades de expressão cultural." Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=s&popup=s&chamado_por_link&pro_id=34420&pesquisa=20%20de%20novembro. Acesso 17/01/2019.

²⁷ OLIVEIRA, Manassés. Projeto de Lei Ordinária. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=s&popup=s&chamado_por_link&pro_id=2615&pesquisa=Consciencia%20Negra. Acesso 02/04/2016.

Manassés Oliveira - Proposição nº: 005.00279.2006 de 20/11/2006. Disponível em http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.doselect_action=s&popup=s&chamado_por_link&pro_id=2615&pesquisa=null. Acesso 14/02/2018.

²⁸ Renata Bueno - Proposição nº: 055.00027.2009 de 18/11/2009. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=s&popup=s&chamado_por_link&pro_id=34896&pesquis a=null. Acesso 14/02/2018.

período que se seguiu entre os anos de 2010 e 2013, tramitou o projeto de lei de iniciativa do vereador Clementino Vieira²⁹, que solicitava alteração da *“Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o combate ao racismo no Município de Curitiba e dá outras providências”*³⁰ conforme abaixo:

Art. 1º - O inciso V do artigo 1º da Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." (Clementino VIEIRA, 08/06/2010)

Ao justificar a adoção da data e sua importância, alude ao fato de que esta já é considerada como feriado em *“757 municípios (dos 5.564 municípios brasileiros) que já se sensibilizaram com a luta pela inclusão racial, comemorando a data com festividades específicas”* e, ainda, que *“no Mato Grosso e no Rio de Janeiro, o feriado é estadual e, em 2008, o Mato Grosso do Sul também tornou o dia feriado em todos os municípios”*³¹. A fala realizada pelo vereador procura ressaltar a importância simbólica e social desta para a população negra em geral, bem como reforça que, *“mais do que a questão da folga ou não do trabalho e da escola, o dia da Consciência Negra é uma forma de discutir o assunto da igualdade racial”*³², rebatendo possíveis críticas de que este feriado con-

²⁹ Clementino Vieira - Proposição nº: 005.00148.2010 de 16/07/2010 Fonte: SPLII. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null. Acesso 14/02/2018.

³⁰ VIEIRA, Clementino. Projeto de Lei Ordinária. SPLII. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null. Acesso 02/04/2016.

³¹ Clementino Vieira - Proposição nº: 005.00148.2010 de 16/07/2010 Fonte: SPLII Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null. Acesso 14/02/2018..

³² VIEIRA, Clementino. Projeto de Lei Ordinária. SPLII. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=65699&pesquisa=null, Acesso 02/04/2016.

sistiria uma parada imprópria ou desnecessária. Sua proposição se transformou na Lei Nº 14.224 de 7 de janeiro de 2013.

Outra proposta encaminhada foi o projeto de lei de iniciativa de Tito Zeglin, com autoria de Jonas Airton Miecznikowski³³ do gabinete do mesmo vereador, que tramitou entre as datas 20 de Novembro de 2012 à 04 de Janeiro de 2013. A iniciativa *propunha* “a inserção da Festa da Igreja do Rosário no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba, e dá outras providências”, festa esta que deve ser celebrada no “final de semana mais próximo ao dia 20, data em que se comemora o Dia de Zumbi dos Palmares, da consciência e da luta do povo negro”. A proposta chama atenção pelo caráter social e simbólico do evento, que busca dar maior visibilidade à população negra da cidade, bem como ao Dia da Consciência Negra. Essa proposição se transformou na Lei Nº 14.240 de 23 de abril de 2013.

Em relação ao 20 de Novembro o vereador Tito Zeglin, chama atenção para o fato de que muitas vezes, a data passa despercebida e assevera:

Datas históricas que para nós muitas vezes passam despercebidas. [...] Hoje V. Exa. está abordando um assunto de fundamental importância e me parece que amanhã haverá uma Tribuna Livre, onde alguns representantes da raça negra estarão fazendo comentários e falando a respeito desse assunto de fundamental importância. Aqui no nosso município temos uma Lei do ano de 1988, que não está sendo cumprida. E mais uma lei que está nos baús da história da nossa capital. A Vereadora Marlene Zanin teve a felicidade de colocar essa data de vinte de novembro como consagrada no Município de Curitiba com o Dia de Zumbi dos Palmares, da Consciência e da Luta do Povo Negro. No Artigo 2º dessa Lei diz que no dia consagrado a Câmara Municipal realizará sessão especial, que não está realizando e nunca realizou pelo que me recordo. Além disso, a Prefeitura promoverá na rede municipal de ensino, através da Fundação Cultural de Curitiba, eventos alusivos a data, visando despertar a consciência coletiva sobre a situação do negro em nossa comunidade. Também não está fazendo nada e

³³ Tito Zeglin - Proposição nº: 005.00129.2012 de 20/11/2012, Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/wsp/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_li nk&pro_id=218057&pesquisa=consciencia%2onegra. Acesso 14/02/2018

os negros se reuniram no domingo passado para a lavação das escadarias da Igreja do Rosário, onde reuniram mais de doze facções, digamos assim, entre católicos e outros, para participarem desse momento histórico, com desfile até a Maria Lata D'Água, lá na antiga Prefeitura Municipal. Então estamos devendo para os nossos negros porque não estamos fazendo com que essa Lei seja cumprida. Mais uma lei que foi aprovada e na época eu estava aqui e votei favorável, mas que infelizmente passa despercebida, é mais uma lei inoperante na nossa cidade. Enquanto isso os negros procuram fazer a sua parte, buscando o seu espaço. [...] E nessa data estou entrando com um projeto de lei que será apreciado pelos Srs. Vereadores instituindo, colocando no calendário oficial do Município de Curitiba a Festa do Rosário, por ocasião do dia vinte. Mas hoje estou entrando com esse projeto para que não esqueçamos essa data, porque em muitas cidades do Brasil hoje é feriado e aqui temos uma lei que nunca foi cumprida e não está sendo cumprida ainda. Quem sabe no ano que vem o nosso futuro Prefeito Gustavo Fruet possa cumprir e eu estarei aqui para cobrar dos futuros dirigentes do nosso Município. (Tito ZEGLIN, CMC - 46ª Sessão 15ª Legislatura, 20/11/2012)

Na sessão do dia 26 de novembro de 2012, introduzindo sua fala sobre o tema do Feriado de 20 de Novembro, o vereador Algaci Túlio defende a matéria proposta pelo ex-vereador Clementino Vieira, frisando que tem *“a certeza absoluta que esta Casa na sua totalidade vai votar favorável, não só pelo fato de que outras cidades já comemorem o 20 de novembro, mas em respeito aos nossos companheiros negros, nossos irmãos que merecem a igualdade”*³⁴, destacando o fato de existirem diversas cidades e estados pelo Brasil que já adotaram a data em seus calendários, reforçando seus argumentos ao ressaltar que:

A cada ano aumenta o número de cidades que decidem, evidentemente, aprovar a data do dia 20. Nós tivemos inclusive aqui também, o próprio Ministério Público do Paraná, na pessoa do Procurador de Justiça – Gilberto Giacóia, e o Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, de Proteção aos Direitos Humanos, companheiro Olímpio de Sá Souto Maior Neto, assinaram no dia 20 passado, Dia da Consciência Negra, a resolução que cria o Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico, Racial do Ministério Público. E entre

³⁴ CMC, Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada em: 26/11/2012.

as atribuições do novo núcleo está o desenvolvimento de ações destinadas a promoção da igualdade, étnica e racial e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, articulação, também é promoção dos direitos humanos étnicos raciais, além de firmar parcerias com órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, responsável pela promoção de políticas públicas nesta área. (Algaci TÚLIO, CMC - 48ª Sessão 15ª Legislatura, 26/11/2012)

Tito Zeglin aponta que outras cidades já adotam o feriado³⁵ e, assim como outros parlamentares, ressalta a importância da data e meio a outras tantas, e em seguida faz uma observação interessante ao afirmar que *“A Associação Comercial, o comércio, estão preocupados que mais um dia estaremos parando. Vamos parar para quem sabe haja uma reflexão e que a gente possa acabar de vez com o racismo que ainda existe. Muitos dizem que não, mas existe sim”*³⁶, justificando a necessidade da parada como ponto de reflexão para a sociedade, denotando e rebatendo as críticas feitas pela ACP.

A Associação Comercial do Paraná frente ao 20 de Novembro

O representante da ACP, Gláucio Geara³⁷, foi à tribuna expor os argumentos da ACP contra a adoção do feriado de 20 de novembro, dos quais não há registros nas notas desta sessão. No entanto, em veículo de comunicação própria da ACP é destacado que *“Geara defende posição da ACP na Câmara Municipal”*³⁸, um título autoexplicativo que afirmou a preocupação da *“entidade de classe do setor empresarial”*, em particular, uma preocupação com possíveis prejuízos causados por conta do fecha-

³⁵ A primeira cidade paranaense a instituir o feriado de 20 de Novembro foi Guarapuava em 2009, mas em 2017 essa lei caiu e virou ponto facultativo. A segunda cidade paranaense foi Londrina em 2010, mas a lei foi suspensa em 2013. Fonte: <https://massanews.com/noticias/plantao/guarapuava-nao-tem-mais-feriado-em-comemoracao-ao-dia-municipal-da-consciencia-negra-moqLg.html>. E <https://www.bonde.com.br/economia/noticias/feriado-da-consciencia-negra-seguro-suspenso-em-londrina-348602.html>. Acesso 23.novembro. 2018

³⁶ CMC, Ata da 48ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada em: 26/11/2012.

³⁷ Em sessão do dia 26 de novembro de 2012 da CMC

³⁸ Geara defende posição da ACP na Câmara Municipal. Fonte: Associação Comercial do Paraná Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2012/11/geara-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/> Acesso 07/04/2018.

mento do comércio por ocasião da data, no que Geara tendo a permissão da CMC para utilizar da palavra *“advertiu os membros do legislativo sobre os prejuízos financeiros que os dias feriados provocam ao comércio, indústria e serviços, com a interrupção das atividades”*³⁹. O veículo da instituição aponta que:

O vice-presidente afirmou, ainda, que a entidade “não é contrária ao Dia da Consciência Negra e ao reconhecimento dos méritos de quaisquer etnias, mas tem a responsabilidade de advertir que mais um feriado num calendário repleto deles, certamente vai contribuir para o aumento das perdas financeiras dos empreendimentos, comprometendo seu desempenho na geração de emprego, renda e tributos”⁴⁰.

Embora não haja registro nas notas da sessão do que foi dito pelo representante da ACP na sua integralidade, é possível intuir pelas falas do vereador Paulo Salamuni, que este agiu de modo a tentar impor categoricamente a sua posição, sobre o tema. A fala de Salamuni parece evidenciar uma posição bastante agressiva da ACP, ao que tudo indica buscando de maneira ferrenha demover os vereadores de sua posição, bem como, interferir incisivamente para a não aprovação do feriado, vindo à tribuna interferir na votação em segundo turno do projeto.

Mas, por falar em homenagem, aproveitando, quero fazer uma homenagem à Câmara Municipal de Curitiba pela votação do projeto anteriormente colocado em pauta. Uma coisa é nós, entre nós aqui divergirmos, brigarmos parlamentarmente, discordarmos, votarmos, isto é uma coisa, legítimo. Agora, o que não pode acontecer e aí é importante a humildade é entre uma votação e outra, qualquer grupo, qualquer instituição querer pautar a decisão de um Parlamento que é livre e é eleito democraticamente pelo povo, seja quem for. (Paulo SALAMUNI, CMC - 49ª Sessão 15ª Legislatura, 27/11/2012)

No dia anterior a votação, Edson José Ramon, da ACP havia enviado uma carta aberta (Anexo 5) aos membros da CMC, esclarecendo a posi-

³⁹ CMC, Ata da 49ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada em: 27/11/ 2012 d

⁴⁰ Geara defende posição da ACP na Câmara Municipal (27/11/2012). Disponível em <https://acpr.com.br/noticias/geara-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/>. Acesso 03/12/2018.

ção da instituição quanto ao feriado da Consciência Negra. A carta inicia com um tom conciliatório, apontando e admitindo a importância do feriado, da data e do herói em questão, mas logo expõe o ponto de vista da instituição, apontando que este *“geraria sério e expressivo impacto negativo à atividade econômica e à atração de novos investimentos no município, além de redução na produtividade e crescimento de custos adicionais, comprometendo significativamente a capacidade e competitividade das empresas curitubanas de gerar empregos e tributos”* (ACP, 2012). Apontou ainda que, a *“entidade há anos desenvolve iniciativas para difusão da igualdade racial e promoção da cultura afro-brasileira, com atividades especialmente concebidas para o Dia da Consciência Negra”* (ACP, 2012). Mais à frente, a carta aponta que a criação de um Feriado da Consciência Negra seria uma forma de discriminação, uma vez que, *“ademais, a adoção desse feriado conferiria tratamento desigual as outras etnias que habitam a cidade de Curitiba, que igualmente fazem parte de sua história”* (ACP, 2012). Procura ainda, denunciar que, do ponto de vista da instituição, a adoção do feriado é inconstitucional, desconsiderando as leis que apoiam as chamadas políticas afirmativas em relação as populações negras e indígenas apontadas no Estatuto da Igualdade Racial. Esta carta, num sentido estrito, acaba por se colocar como um ultimato à CMC, na medida em que adverte que *“assim conclamamos aos nossos legisladores que não sejam adotadas iniciativas que signifiquem desincentivo à atividade empreendedora em nossa cidade e evitem que tal discussão chegue ao Judiciário”* (ACP, 2012), no que mesmo diante da advertência os vereadores mantiveram-se firmes em sua decisão aprovando a efeméride em detrimento dos interesses das ACP.

Assim, em 7 de janeiro de 2013 é aprovada a Lei Municipal nº 14.224⁴¹ que trata da instituição do feriado municipal do Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de Novembro, data de morte de Zumbi de Palmares, bandeira nacional de reconhecimento e afirmação para o

⁴¹ Esta lei, alterou a Lei nº 10.921 de 2003, que instituiu a data como ponto comemorativo na cidade e dia de combate ao racismo.

Movimento Negro. Aos 16 de janeiro de 2013, a ACP anuncia através de seus meios de comunicação institucional que *“estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra”* (ACP, 2013).

A notícia aponta que a ACP estava tomando providências no intuito de impugnar judicialmente a data, surgindo nesta pela primeira vez a *“contabilidade”* onde a *“paralisação da atividade econômica traria um prejuízo calculado em R\$ 160 milhões para o município da capital”* (ACP, 2013). O presidente da ACP na época, Edson Ramon apontava que *“essas manifestações cívicas deveriam ser transformadas em eventos de natureza educativa, transmitindo às crianças e adolescentes, especialmente, a real compreensão da dimensão histórica desse herói nacional”* (ACP, 2013), reiterando a não necessidade de haver um feriado para a data em questão, mesmo em se tratando de um herói nacional. Destacava também que *“no momento oportuno, havendo respaldo na jurisprudência para o ingresso da ação judicial a ACP tomará as medidas cabíveis, ressaltando que a preocupação não é menosprezar a honradez de pessoas trabalhadoras e ordeiras, mas simplesmente advertir para as perdas inevitáveis que a economia de Curitiba vai sofrer”* (ACP, 2013).

No dia seguinte, uma notícia publicada no site da ACP anuncia: *“Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais”* (ACP, 2013a). A reunião, segundo informa o artigo, foi uma iniciativa do então presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial, Saul Dorval da Silva, do Vereador Adilson Alves Leandro (Mestre Pop-PSC), do advogado Mozart de Quadros que recorreram ao então presidente da ACP, Edson José Ramon, solicitando que este não recorresse à via judicial, buscando sensibilizar o mesmo e, a instituição a qual representava, sobre a importância simbólica do 20 de Novembro para a população negra da cidade.

A sessão de 18 de janeiro de 2013⁴² marca o início de uma nova legislatura na CMC, com a posse dos vereadores eleitos no pleito de 2012.

⁴² CMC, Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 18/02/2013.

Dentre as falas que ocorrem nesta sessão é importante destacar a do vereador Adilson Alves Leandro, o Mestre Pop, uma apresentação interessante, dado que este inicia sua exposição declarando sua origem e pertencimento racial, filho de mãe negra e pai pardo, se colocando como homem negro (afrodescendente) frente aos demais representantes, ao que o vereador Paulo Bernardes posteriormente chama atenção asseverando que, *“Eu quero cumprimentá-lo, Vereador Mestre Pop. Durante vinte e seis anos fui vereador nesta Casa, vários colegas da raça negra estiveram aqui, mas hoje eu o parabeno porque V.Exa. é o primeiro Vereador negro a levantar esta bandeira”*⁴³. A fala do vereador Mestre Pop toca em diversos problemas relacionados ao lugar ocupado pelo negro na cidade, do ponto de vista social, econômico e racial, bem como, o lugar periférico e marginal dado a esta população. Ele expõe de modo visceral seu ponto de vista sobre a atitude da ACP, de se interpor contra o poder público em uma questão tão cara à população negra, que busca através da implantação do feriado, o resgate da contribuição do negro para com a história do país e mesmo da cidade, que nega a presença e a contribuição do negro para a cultura e a memória de curitibana, embora reconheça as contribuições de outras etnias. Assim, o vereador compreende esta ação e o processo impetrado pela ACP como sendo racistas por reproduzir uma moral escravocrata aonde a vontade do senhor de escravos era a lei. Ele se propõe, junto ao vereador Salamuni, para que a data se cumpra.

Salamuni⁴⁴ aponta para a força da CMC ao resistir à pressão da ACP, dando ciência de como ocorreu a aprovação do feriado, bem como, a ausência do poder executivo, no que tangeu à sanção da lei, que acabou ficando como responsabilidade do Presidente da Câmara⁴⁵. Reforça a

⁴³ CMC, Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 18/02/2013.

⁴⁴ CMC, Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 18/02/2013.

⁴⁵ “Um caso que poderia ter sido debatido, e já estava na pauta, mas não foi conversado suficientemente e gerou uma confusão para a cidade, foi o feriado étnico racial. Porque criei um problema para a cidade para observar o prazo. Estava tudo instruído, veio para cá, nem o autor pediu para que viesse à pauta. Mas como tinha esse prazo,

constitucionalidade do projeto, visto que houve uma análise e um debate sobre o tema, antes da aprovação do mesmo. Por outro lado, destaca uma vez mais o fato de que a população se achava pronta para apoiar o feriado, contudo, este não descartou a possibilidade da derrubada do mesmo, por conta de um movimento jurídico.

A ACP então ingressou com uma Ação de Inconstitucionalidade (ADIN)⁴⁶ no TJ-PR contra o Feriado do Dia da Consciência Negra. A ação é submetida no Iniciado em 07 de Fevereiro de 2013, sendo defendida pelo Escritório Cleverson Marinho Teixeira Advogados Associados, que expressa por meio de uma petição as razões da ACP e do SINDUSCON-PR contra a introdução da data no calendário curitibano.

A Associação Comercial do Paraná protocolou junto ao Tribunal de Justiça do Paraná a ação direta de inconstitucionalidade (Adin), da lei municipal n. 14.224/13 que instituiu no calendário oficial de feriados curitibanos o Dia da Consciência Negra, a ser observado no dia 20 de novembro. O Sindicato de Empresas da Construção Civil do Paraná (Sinduscon), figura como coautor da ação. Os signatários invocam prioritariamente os artigos 22º, inciso I da Constituição Federal; 10, inciso I, 15º e 170 inciso II da Constituição Estadual e a Lei Federal 9.093/95, arguindo que a lei promulgada pela Câmara Municipal de Curitiba “se imiscuiu na competência legislativa privativa da União, desrespeitando a Constituição Federal e a Constituição Estadual do Paraná”. (ACP, 2013 b, p. 12)

A ACP procurou demonstrar e esclarecer para seus associados e para a sociedade, no que incorreu a suposta irregularidade no estabelecimento da data comemorativa, tendo em vista a Constituição

aí o Conselho de Política Étnico Racial exigiu que fosse colocado. O autor estava esperando para que houvesse um acordo entre a associação, entre o prefeito, resultado: votou-se. O Conselho veio aqui, ninguém votou contrário. A dupla função, a mesma situação. Depois põe na lei, porque está no prazo não consegue cumprir. [...] Esse da política étnico racial, esperavam um acordo com o prefeito, e o prefeito mandou e se aprovou em dois turnos aqui. No dia seguinte aos dois turnos, veio a Associação Comercial dizer que não tinha participado do debate. Ai, já estava votado. Foi para o prefeito e o prefeito não sancionou, aquele que disse que ia sancionar. Ai, não sancionou, voltou para cá. Eu não tive dúvida, promulguei porque vai fazer valer a vontade desta Casa. E se a justiça não impedir, se não tiver uma decisão judicial contrária aqui, porque só somos obrigados a cumprir decisão de justiça, vai ser feriado no dia 20 de novembro. (Paulo SALAMUNI, CMC - 18ª Sessão 16ª Legislatura 11/09/2013)

⁴⁶ PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). ACP e SINDUSCOM-PR e Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Desembargador D'Artagnan Serpa Sá. 07/03/2013, Paraná, v.1, mar. 2013. p. 2-29.

Federal e seus artigos que versam sobre questões ligadas aos problemas trabalhistas. Buscou ainda balizar as possíveis jurisprudências, que tem como estofo ações propostas por Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tratando sobre o mesmo tema. Importante salientar que os dois últimos estados, assim como o Paraná pertencem a Região Sul do Brasil que tem um longo histórico de negação e invisibilização das populações negras em nome de um discurso de “europeidade”. Para afugentar as exprobrações de que sua ação seria racista, como afirmaram vários dos vereadores ao apontar a intromissão desta nas decisões tomadas pela CMC, a ACP afirma, que o intuito da ADIN seria corrigir uma suposta extrapolação do papel do Legislativo Municipal visto que:

A ADIN ratifica, ainda, que além dos motivos jurídicos que amparam a arguição de inconstitucionalidade de uma lei municipal perante a Constituição Estadual e “por simetria à Constituição Federal”, tendo em vista a ofensa direta estabelecida com a extrapolação dos limites claramente configurados ao legislador municipal, “mais um feriado além dos 13 que já existem no calendário oficial será prejudicial ao comércio, à produção industrial e às relações trabalhistas”. (ACP, 2013 b, p. 12)

Em 04 de novembro de 2013, a ACP lança a nota com o título “Feriado da Consciência Negra é suspenso pelo TJ-PR”:

Por 17 votos a cinco foi deferida a Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), ajuizada pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR), determinando a suspensão dos efeitos da lei que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra, no próximo dia 20 de novembro. A medida foi tomada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), em sessão realizada na tarde dessa segunda-feira (4). (ACP, 2013c)

Ao conceder a liminar, o órgão especial entendeu, por maioria absoluta de votos, que a lei municipal fere a Constituição do Estado, na medida em que afronta o princípio federativo, nela consagrado, além dos prejuízos irreversíveis ao comércio, caso o feriado se efetivasse. O presidente em exercício da ACP, José Eduardo de Moraes Sarmiento, disse que “a decisão é de grande importância para a economia local e estadual, já que um dia de paralisação das atividades econômicas, representaria um prejuízo de R\$ 160 milhões.

A ACP não se coloca em posição contrária à comemoração cívica e histórica da data, mas não abre mão da atitude democrática em defesa dos interesses da sociedade”, acrescentou Sarmento. A evocação da consciência negra e da enorme contribuição do povo afrodescendente ao desenvolvimento econômico e social, que deveria ser tema obrigatório nos currículos escolares, não necessita de um feriado para ser lembrada, concluiu o presidente. (ACP, 2013d, p. 25)

Na reunião realizada no dia 06 de novembro de 2013⁴⁷, o vereador Jorge Bernardi faz algumas considerações sobre o Feriado do 20 de Novembro, tendo em vista este ser o único feriado a ser votado na cidade durante os seus 30 anos de legislatura. Afirma que a interdição do mesmo pela justiça faria a cidade ser vista como racista pela intransigência no cumprimento do feriado. Observa que o feriado de 20 de Novembro não tem relação com o fechamento do comércio, e que a atitude de promover a interdição do mesmo é, antes de tudo, danosa ao turismo, pois poderia transmitir uma imagem equivocada da cidade. Bernardi também defendeu que o comércio teria mais a ganhar que a perder com a adoção da data comemorativa⁴⁸.

Neste contexto, aparece um projeto de lei curioso, proposto em 12 de Novembro de 2013, de iniciativa do vereador Professor Galdino, que propõe “*instituir o dia 20 de janeiro como feriado municipal e "Dia da Consciência Indígena"* no calendário oficial do Município de Curitiba⁴⁹, apontando para a diversificação no que toca o princípio da inclusão, fato este bastante importante, contudo este parece relativizar a questão do Feriado da Consciência Negra quando enuncia que:

Nesse dia, indígenas de todas as etnias vão estar unidos para reivindicar por seus direitos, no momento em que o país se encontra em relevantes diver-

⁴⁷ CMC, Ata da 40ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 06/11/2013.

⁴⁸ Jorge BERNARDI. CMC, Ata da 40ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 06/11/2013.

⁴⁹ Professor Galdino – Proposição n°: 005.00446.2013 de 12/11/2013, disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_li nk&pro_id=243372&pesquisa. Acesso 14/09/2016

gências sociais e raciais, visto que o índio é excluído em alguns programas de igualdade racial, bem como é deixado de lado pelos legisladores. Se foram criados dias como o da Consciência Negra, por que não termos também o Dia da Consciência Indígena? (Professor GALDINO, Proposição nº 005.00446.2013 de 12/11/2013)

No entanto, o projeto acabou por receber parecer contrário e foi arquivado. Em 13 de Novembro de 2013⁵⁰, ao final da reunião realizada na Assembleia, o vereador Pedro Paulo anuncia que existe uma agenda de atividades voltadas para o dia da Consciência Negra, inclusive com a divulgação por meio do site da Prefeitura, demonstrando a disposição da Casa em manter as comemorações relativas a esta data. As iniciativas foram preservadas mesmo não havendo o feriado como estava programado, uma vez que a ACP logrou êxito na interdição do mesmo, por conta de uma liminar do TJ-PR, que tratava como escopo a inconstitucionalidade da data.

A informação que eu gostaria de destacar aos colegas Vereadores, as comemorações da semana da consciência negra. Tem uma programação, inclusive esta Casa vai deliberar, a Mesa Executiva, quanto ao dia 20 de novembro, porque nós temos uma programação de comemoração na Praça Zumbi dos Palmares. O dia 20 de novembro foi declarado por esta Casa como feriado. Tem uma programação que está divulgada na página da Câmara. Que os colegas Vereadores ajudem a divulgar as datas, horários, comemorações porque não é apenas uma comemoração festiva, é de reflexão. A programação está contida na página do Município de Curitiba, da Prefeitura. (Pedro PAULO, CMC - 43ª Sessão 16ª Legislatura 13/11/2013)

Paulo Salamuni anuncia que a CMC, por meio de seus representantes legais, com o apoio da vice-prefeita de Curitiba e do Ministério Público, estava esforçando-se para a derrubada da liminar que culminou com a interdição do feriado em questão, alegando a constitucionalidade do evento:

⁵⁰ CMC, Ata da 43ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da Legislatura, Realizada em: 13/11/2013,

Encontra-se em minhas mãos, está aqui o nosso Procurador, Dr. Rodrigo, já ultimado a reclamação constitucional que esta Casa vai fazer, com pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer uma decisão que foi tomada soberanamente na Cidade de Curitiba, pela sua Casa Legislativa. Então, hoje à tarde vamos dar o ultimato, uma última olhada, a Procuradoria assina. Cumprimento o trabalho dos procuradores da Procuradoria. Vamos também conversar com a Vice-Prefeita que esteve junto com os outros setores que acompanharam, o próprio Ministério Público do Estado do Paraná, e ver se está ao nosso alcance, esse foi o instrumento jurídico que entendemos, que é para fazer valer uma lei votada na Câmara Municipal de Curitiba. Vamos entrar com uma reclamação constitucional, com pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer a soberania da Casa. Obviamente aguardando a decisão da Suprema Corte. (Paulo SALAMUNI, CMC - 43ª Sessão 16ª Legislatura 13/11/2013)

Em 20 de Novembro 2013, durante o ponto facultativo estabelecido pela CMC, a ACP solta um informativo por meio de suas redes, intitulado “Nota de esclarecimento – Dia da Consciência Negra”- cujo texto reforça os argumentos da instituição, que busca imiscuir-se da aura de racista atribuída pelos diversos discursos realizados pelos vereadores na Câmara, bem como, pelos representantes dos diversos segmentos do Movimento Negro que manifestaram-se em diversos atos pela cidade frente à interdição do feriado:

A Associação Comercial do Paraná, obteve, em caráter liminar, a suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra. A ACP aguardará com todo o respeito o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade arguida pela entidade junto ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Em consideração aos seus milhares de associados e à cidadania em geral, a ACP ratifica que em nenhum momento se deixou pautar pelo viés da discriminação, embora não encontre razões para se desviar do cristalino argumento dos pesados prejuízos ao setor produtivo, além da flagrante inconstitucionalidade da decretação do feriado.

Como é do conhecimento de todos e para desfazer versões contraditórias, na condição de entidade de classe empresarial, a ACP é inteiramente solidária às manifestações cívicas visando o resgate e a valorização da Consciência Negra, em apreço à presença histórica e grande contribuição de afrodescendentes no processo de desenvolvimento do nosso Estado. (ACP, 2013e, p. 25)

O presidente da ACP, Edson Ramon, em entrevista para um programa da Rede Bandeirantes de Televisão, no dia 10 de maio de 2014⁵¹, tratou entre outros temas “*da luta contra a instituição de feriados em jogos da Copa em Curitiba e no dia da Consciência Negra*”. Durante a reportagem, ao ser perguntado sobre a ação da ACP contra o feriado da Consciência Negra, apontando esta medida como impopular, responde: “*É popular sim, porque a grande maioria da população não queria o feriado, a grande maioria da população quer o trabalho, precisa do trabalho.*” Toma para si a voz coletiva, buscando defender a posição da instituição frente a polêmica do feriado, sem levar em consideração, por exemplo, a pesquisa realizada pelo jornal Gazeta do Povo que indicava que 81% da população era favorável a comemoração da data com o feriado. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Paraná Pesquisa, entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2013, com 430 pessoas, maiores de 16 anos⁵²

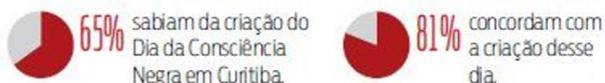
⁵¹ Edson Ramon fala sobre a ACP em programa televisivo. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2014/05/edson-ramon-fala-sobre-a-acp-em-programa-televisivo/>. Acesso 07/04/2018.

⁵² FÉLIX, Rosana. Com 81% de aceitação, curitibanos aprovam o Dia da Consciência Negra. Gazeta do Povo (03/02/2013), Caderno Vida e Cidadania. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-81-de-aceitacao-curitibanos-aprovam-o-dia-da-consciencia-negra-129y8k3neev337z81aqp5y1hv/>>. Acesso 20/11/2018.

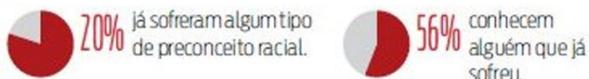
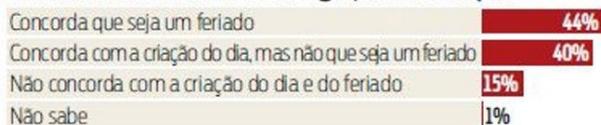
Infográfico da Pesquisa sobre o Feriado de 20 de Novembro

APROVADO

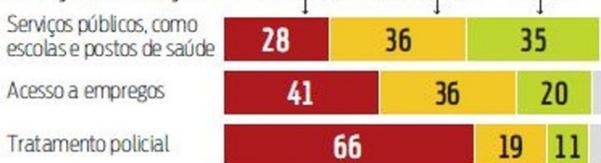
A maioria dos curitibanos afirma que nunca passou por situação de preconceito racial, mas reconhece que há diferença de tratamento no acesso aos serviços públicos:



Sobre o Dia da Consciência Negra, você diria que:



Como você definiria a situação em relação a...



Fonte: Paraná Pesquisas. Infografia: Gazeta do Povo. Metodologia: levantamento realizado entre os dias 23 e 25 de janeiro, com 430 pessoas maiores de 16 anos. O grau de confiança é de 95% para uma margem estimada de erro de 5%.

Fonte: Gazeta do Povo, 03/02/2013.

O mês de agosto de 2014 é marcado pelo término da gestão do Presidente Edson José Ramon na ACP, sendo sucedido pelo empresário Antônio Miguel Espolador Neto. Em discurso reproduzido em 12 de agosto de 2014, intitulado “Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon” (ACP, 2014), este faz sua despedida do cargo, fazendo um breve balanço de sua gestão e das conquistas realizadas durante a mesma. Em sua fala, destaca a boa entrada da ACP nas estruturas institucionais do aparelho do estado, bem como o fato desta apresentar-se como liderança dentro de um conjunto de associações e fundações ligadas à indústria e ao comércio. Também salienta as relações estabele-

cidas com a estrutura jurídica do estado do Paraná, ocorrida durante o processo de luta para a criação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pela interdição do feriado da Consciência Negra. Tais fatos indicam as alianças, as relações entre o empresariado paranaense e o judiciário, e como isso pode ter influenciado na interdição do feriado na cidade de Curitiba uma vez que a ACP, sob a liderança de Edson Ramon, construiu importantes capitais sociais, que possivelmente pesaram a seu favor durante o embate contra a implantação do feriado de 20 de Novembro.

A luta continua

Apesar da derrota imposta pela ACP à CMC, esta não deixou de debater o tema. Em 17 de Outubro de 2014, o Vereador Jorge Bernardi⁵³ propõe Requerimento de Realização de seminário/simpósio, em que “Solicita a realização de Seminário na data de 27 de novembro de 2014. Tema: "Dia da Consciência Negra: Políticas afirmativas para promoção da igualdade racial", em que procura agregar diferentes agentes da sociedade civil organizada e representantes de diversas entidades curitibanas a fim de debater sobre o Feriado do 20 de Novembro. Na sessão de 18 de Novembro de 2014⁵⁴ o Presidente da CMC, o vereador Paulo Salamuni faz um breve relato trazendo ao conhecimento da Casa um panorama sobre a questão do feriado do 20 de Novembro, ele usa a palavra para fazer a defesa da data e, em certa medida apontar que, embora, a lei esteja sob judice esta deveria ser cumprida enquanto não se decide sobre sua legalidade.

Srs. Vereadores ainda há uma indefinição no ponto de vista desta presidência e desta Casa, injustificável sobre a Lei da Consciência Negra. Não é razoável que em mais de mil municípios, das cinco mil, quinhentas e setenta cidades do Brasil, em que a Câmara Municipal votou uma lei que haja o feriado da

⁵³ BERNARDI, Jorge. Proposição n°: 067.00017.2014 de 17/10/2014. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoConsultaForm.do>. Acesso 14/09/2016

⁵⁴CMC, Ata da 46ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, Realizada em: 18/11/2014.

Consciência Negra e na Cidade de Curitiba a lei votada e sem que sobre ela pese qualquer ilegalidade ou irregularidade, independente se concordo ou não, esse é um outro problema, a lei não seja respeitada aqui. Então, diante disso há uma reclamação por usurpação de função constitucional apresentada por esta Câmara junto ao Supremo Tribunal Federal e está em fase de julgamento. E houve um agravo aqui do Tribunal de Justiça, que foi quem declarou a inconstitucionalidade, e por enquanto é o que se mantém, esta decisão, e por conseguinte não há a possibilidade do feriado, embora a qualquer momento possa sair uma decisão. Diante disso tudo, estamos no dia 18, esta Câmara Municipal, fazendo valer todas as leis que são legitimamente discutidas aqui, esta presidência vai decretar, em homenagem a nossa lei, o ponto facultativo na quinta-feira, dia 20, mais uma vez como foi feito no ano passado, para que esta Casa diga que uma lei que foi votada aqui deva ser respeitada. Não estamos afrontando ninguém, descumprindo qualquer decisão judicial porque não estamos decretando feriado. Ponto facultativo é uma coisa, feriado é outra, e isso está dentro das atribuições legais desta Casa. Portanto, quinta-feira será ponto facultativo nesta Câmara Municipal de Curitiba em homenagem ao Dia da Consciência Negra, até que se decida. Sexta expediente normal e tão pouco transferir o feriado de quinta para sexta porque é o sentido do dia, não queremos feriado para emendar feriado, absolutamente. Ele tem um sentido e uma razão de ser. (Paulo SALAMUNI, CMC, Ata da 46ª Sessão da 16ª Legislatura, 16/11/2014)

Em 03 de Agosto de 2015, o vereador Jorge Bernardi, faz o Requerimento de Realização de Audiência Pública, no qual vem “Requer à Mesa na forma regimental, a realização de audiência pública na data de 12 de Novembro de 2015. Tema: “DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA”, no qual vem a Câmara debater a respeito dos temas relativos ao 20 de Novembro. Evento este que contou com a presença dos representantes do Ministério Público (Mariana Seifert Bazzo); OAB (Mesael Caetano dos Santos); Universidade Federal do Paraná – NEAB (Núcleo de Estudos AFRO-Brasileiros) e Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Curitiba. Apesar da discussão proposta por Jorge Bernardi, o tema parece perder fôlego ao longo de 2015, sendo objeto de curtos e tangenciados debates, mesmo quando as situações de racismo e discriminação se enunciam dentro da própria Câmara.

Aos 18 de Novembro de 2015⁵⁵, na sessão da CMC, a única fala em torno da questão do 20 de Novembro é realizada pelo Vereador Tito Zeglin, que faz um convite para o evento religioso da lavação da escadaria da Igreja do Rosário, que ocorrerá no domingo próximo, destacando “[...] que três grandes capitais, Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá, comemoram o Dia da Consciência Negra na sexta-feira, dia 20. Aqui no Paraná, somente Guarapuava e Londrina comemoram. Curitiba ainda não está tendo esse privilégio”⁵⁶. O tema do feriado da consciência negra retorna à pauta em 2016, de forma bastante diluída na medida em que parece ter sofrido desgaste ao longo da jornada, sendo apenas tangenciada nos debates que envolvem de alguma forma a população negra da cidade.

Na sessão de 20 de Abril de 2016⁵⁷, o vereador Mestre Pop, aproveitou o pequeno expediente da Câmara para chamar atenção para o tema do 20 de Novembro, dando ciência de que o Feriado se acha em trâmite no STF. O vereador destaca ainda o fato de não poder retornar o tema de modo mais profundo, como gostaria em uma discussão no plenário da Câmara, e deixa claro o seu desapontamento, afirmando:

O fato que eu quero deixar registrado é que o STF negou o pedido da Câmara Municipal para manter o feriado do dia 20 de novembro. Foi negado pelo Juiz Gilmar Mendes. Infelizmente é um tema tão importante não somente para a cultura afro-brasileira, mas principalmente para Curitiba, uma cidade conhecida como capital social. Mas infelizmente eu não vou falar tudo pelo registro. Eu deixo aqui meio que um desabafo por eu não poder usar a Plenária. (Mestre POP, CMC - Ata da 32ª Sessão da 16ª Legislatura 20/04/2016)

O que transparece é uma possível falta de adesão da CMC para tratar de maneira profunda o tema, como a exemplo dos anos anteriores, ao

⁵⁵ CMC, Ata da 44ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 18/11/2015.

⁵⁶ CMC, Ata da 45ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 23/11/2015.

⁵⁷ CMC, Ata da 32ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 20/04/2016.

que se reflete nas palavras do vereador Serginho do Posto, que após uma longa fala, sobre a competência da Casa para legislar em um debate que tem como centro a liberação do aplicativo UBER em Curitiba e, apoiando-se em questões que tocam a competência relativa a cada instância deliberativa referente criação de leis, aproveita a oportunidade para dar mais detalhes sobre o andamento do processo do 20 de Novembro, bem como para expor sua opinião sobre este. Informa que o juiz do STF Gilmar Mendes devolveu a competência do julgamento da questão para o TJ-PR, uma vez que o tema tem que ser discutido em todas as instâncias, antes de chegar à instância final, o que poderia permitir um movimento da Casa para mudar a decisão. Contudo, a fala de Serginho do Posto parece resumir a disposição da CMC ao apontar que *“quando nós aprovamos uma lei, ela tem que ter um caráter universal e atender todos os cidadãos que residem e vivem nesta Cidade”*⁵⁸, ou seja, a lei sobre o feriado de 20 de novembro é entendida nesta fala como uma legislação que atende só um grupo, a população negra, e portanto, o Parlamento ao agir em torno desta questão não estaria se envolvendo em objeto de interesse público, sendo assim esta matéria, embora, observada e acompanhada pelo jurídico da Casa, não seria objeto de debate.

Na sessão de 7 de novembro de 2016⁵⁹, o tema do 20 de Novembro, sequer foi mencionado, no entanto, a temática da cultura negra se fez presente por meio de um projeto apresentado pelo vereador Serginho do Posto, que propõe a Declaração de Utilidade Pública da Associação Berimbau Rosa. A vereadora Professora Josete faz uma fala destacando que certo grupo da vereança age de modo preconceituoso em relação à negritude, sobretudo com relação as religiões de matriz africana. Reforçando a fala da vereadora, Mestre Pop, aponta para o preconceito e o racismo embutido no posicionamento de alguns parlamentares frente a capoeira de outros assuntos religiosos.

⁵⁸ CMC, Ata da 32ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 20/04/2016.

⁵⁹ CMC, Ata da 38ª Sessão Ordinária, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada em: 07/11/2016.

Esta situação expõe a dificuldade de se colocar certas questões referentes ou de interesse da população negra curitibana, principalmente em questões de expressão cultural e de cunho religioso. Este clima, possivelmente, deve ter evitado que o debate sobre o Dia da Consciência Negra tivesse lugar na Casa durante o ano, já que passou em “branco” inclusive na Semana da Consciência Negra.

Em 24 de março de 2017, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, acabou por acatar a decisão tomada pelo TJ-PR, reconhecendo a decisão deste, em caráter monocrático, mantendo a interdição do feriado dentro dos princípios outrora apontados pela ACP⁶⁰. Mas é nesse ano também que a questão do feriado de 20 de Novembro ganha novos contornos, na medida em que sua tramitação passa a ser discutida na esfera estadual através do Projeto de Lei Nº 75 de 8 de março de 2017⁶¹ de autoria dos deputados Márcio Nunes e Luiz Cláudio Romanelli. A proposta altera a redação do Artigo 1º, da Lei Nº 15.674, 13 de novembro de 2007, que instituiu o dia 20 de novembro como Dia Estadual da Consciência Negra a ser comemorado anualmente, para consagrar este dia como Feriado Estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares. O feriado abrangeria repartições públicas, funcionalismo público e instituições de ensino de rede pública. Este fato coloca o feriado em nova perspectiva, levando agora o tema para a esfera estadual e não mais municipal. Neste sentido, inicia-se um trabalho e ao mesmo tempo um retrabalho dos representantes do Movimento Negro, bem como, um novo conjunto de possibilidades em relação ao feriado. O jogo político e a disputa ganham outra dimensão, na medida em que as negociações se darão em outra esfera de poder.

Em 11 de julho de 2017 o debate sobre o feriado é iniciado na ALEP e após uma breve disputa sobre a legitimidade deste Romanelli solicita

⁶⁰ MENDES, Gilmar. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.013.550 PARANÁ, STF. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311511561&ext=.pdf>. Acesso 07/04/2018.

⁶¹ Disponível em <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=68477>. Acesso 14/01/2019.

voto em separado⁶², usando esta manobra para se contrapor a Scanavaca, que apontava para a inconstitucionalidade do projeto. Péricles fez a defesa do projeto, no intuito de derrubar a declaração de inconstitucionalidade. Nereu Moura apontou para a dificuldade dos demais parlamentares em compreender a importância do projeto e destacou a importância e a legalidade do feriado, contudo, questionou o seu mérito. Felipe Francischini denota que entende a importância da data, mas, coloca a questão do fechamento do setor público, já que o pretendido feriado deveria ser adotado apenas, pelas repartições públicas, asseverando que isto causaria prejuízos ao Estado e a população. Romanelli, no intuito de sensibilizar os demais deputados, faz um histórico da população negra, fazendo uma defesa pungente e crítica do posicionamento dos deputados ao afirmar que estes tinham uma mentalidade escravocrata. Francischini demonstrou descontentamento, ao se sentir comparado a um escravista. Estabeleceu-se uma longa discussão seguindo-se a votação que culminou com a rejeição do tema⁶³. Romanelli se manifestou demonstrando algumas críticas ao resultado da votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), bem como, afirmou que faria o pedido de reconsideração do tema, afirmando que este possa ser discutido no plenário da ALEP.

Deste modo, na sessão de 15 de agosto de 2017, Romanelli entra com o pedido de reconsideração⁶⁴, no intuito de buscar a discussão na

⁶² § 6º - a qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar. Fonte: Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Portal da ALEP. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/10/regimentointerno_consolidado2.pdf. Acesso 21/10/2017

⁶³ Projeto de Lei Nº 75/2017 Autor: Marcio Nunes e Luiz Claudio Romanelli - Alterar a redação do artigo 1º da Lei Nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA PARECER: CONTRÁRIO - Aprovado. Vencidos os Deps. Nereu Moura, Péricles de Mello e Luiz Claudio Romanelli. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato da Ata da 21ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/568>. Acesso 12/09/2017

⁶⁴ PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO PROJETO DE LEI 75/2017 - Autor: Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes - Alterar a redação do art. 1º da lei nº 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da consciência negra, data de zumbi dos palmares, dia 20 de novembro. NOVO RELATOR: PERICLES DE MELLO PARECER: ADIADO a pedido do relator. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 23ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/576>. Acesso 12/09/2017.

Câmara dos Deputados da ALEP, que, no entanto, é adiado pelo relator. Em 22 de agosto, Romanelli, submete a aprovação o pedido de reconsideração⁶⁵, que acabou por ser rejeitado. Isto implica que o projeto, independente do veto da CCJ retorne ao parlamento da casa e seja apresentado pelo Presidente da ALEP. Atualmente o projeto se encontra na Diretoria de Assistência ao Plenário, aguardando a análise de recurso apresentado ao plenário pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) em 27 de setembro de 2017⁶⁶.

No plano federal, estão em andamento no Congresso Nacional, dois projetos que visam tornar o Dia da Consciência Negra feriado em todo o território brasileiro. O primeiro, cuja a autoria da proposta é do deputado Valmir Assunção (PT-BA) e que tem como relator o deputado Chico Alencar (Psol-RJ)⁶⁷ pretende a modificação da Lei 662/49 que define os feriados nacionais, que já passou pela CCJ. O outro é o projeto de lei PLS 482/2017, apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)⁶⁸, que pretende tornar a data feriado nacional.

Considerações finais

A Associação Comercial do Paraná, conforme a ADIN impetrada em 07 de Fevereiro de 2013, parece entender o movimento do 20 de Novembro como um ato que fere a paz social na “Capital das Etnias”, como deixou clara a citação feita pelos advogados da instituição:

⁶⁵ PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO PROJETO DE LEI 75/2017 -Autor: Luiz Claudio Romanelli e Marcio Nunes - Alterar a redação do artigo 1º da lei N° 15.674, 13 de novembro de 2007, com a finalidade de readequação de data comemorativa, para feriado estadual da consciência negra, data de zumbi dos palmares, dia 20 de novembro. NOVO RELATOR: PERICLES DE MELLO PARECER: FAVORÁVEL -Rejeitado. Vencido os Deps. Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli e Péricles de Mello. Fonte: Comissão de Constituição e Justiça: Extrato Da Ata da 24º Reunião Ordinária da 3º Sessão Legislativa da18º Legislatura. Portal da ALEP. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/pautaccj/576>. Acesso 12/09/2017.

⁶⁶ Agenda Legislativa 2018. FIEP. Disponível em <http://www.sistemafiep.org.br/agenda-legislativa-2018-1-33676-378900.shtml>. Acesso 12/10/2018.

⁶⁷ CCJ aprova Dia da Consciência Negra como feriado nacional. Poder 360. Disponível em <https://www.poder360.com.br/congresso/ccj-aprova-dia-da-consciencia-negra-como-feriado-nacional/>. Acesso 24/11/2018.

⁶⁸ Dia da Consciência Negra pode virar feriado nacional. Senado Notícias. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/11/dia-da-consciencia-negra-pode- virar-feriado-nacional>. Acesso 24/11/2018.

A instituição do feriado da Consciência Negra, através da Lei 14.224/2013, é inadmissível pelas seguintes razões: i) Afronta expressamente a Constituição Estadual, a Constituição Federal e não suplementa a Lei Federal vigente no país, e ainda a contraria; ii) causará prejuízo incomensurável ao Município, o que certamente findara por ser repassado a população; iii) causará prejuízo irreparável a economia curitibana; iv) não é o meio adequado para conscientização a respeito do tema; v) acentua e traz à tona sentimentos separatistas e preconceituosos. (TEIXEIRA et al., 2013, p.1-29)

Já o estudo e a documentação relativa ao Dia da Consciência Negra demonstram que a escolha da data e do tema aludido pelos membros do Movimento Negro é carregado de simbolismo e com alto grau de importância social, para o grupo em questão. Em Curitiba a luta pelo 20 de Novembro iniciou em no princípio dos anos 1980. A voz do Movimento Negro se faz sentir com força neste período, em uma efervescência de artigos escritos pelos representantes deste movimento em jornais em circulação na época, movimentos de rua, festas, que são objetos de destaque na imprensa local, bem como, o esforço de esvaziar o 13 de Maio, “Dia da Abolição”, em detrimento do “Dia da Consciência Negra” em Curitiba.

No plano nacional, o movimento demonstra a sua força ao longo do tempo, com o reconhecimento da importância política da data, com o reconhecimento do racismo no Brasil em 1995, o reconhecimento e a inscrição de Zumbi dos Palmares no Panteão dos Heróis Nacionais, ao lado de Tiradentes; a introdução da Semana da Consciência Negra e a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro nos currículos escolares e, finalmente, a instituição do “Dia Nacional da Consciência Negra”. No entanto, a data ainda não se tornou feriado nacional, evento que teria reforçado a importância simbólica do mesmo e possivelmente criado uma nova instância de empoderamento à população negra.

Existe uma agenda de eventos que culminaram com a criação do feriado da Consciência Negra em Curitiba, fruto de um debate que foi amadurecendo ao longo do tempo. O tema adquiriu novos contornos à medida em que a data ganhou relevância no cenário nacional, quando

várias cidades e estados, passam a fazer por conta própria, a sua adoção como feriado. Fato que se dá também em Curitiba, com a criação do Coordenadoria Municipal Especial de Políticas Étnico Racial (COMPER) e a introdução de outras atividades ligadas ao tema no Município. Neste ínterim, a ACP se articulou para intervir dentro e fora da CMC para retirar o tema da pauta de votação, sem lograr êxito, já que o tema foi aprovado na sessão 27 de Novembro de 2012.

O itinerário descrito neste texto focou nos debates entre a CMC e a ACP, por meio dos discursos proferidos por estes. Percebe-se que a voz dos representantes do Movimento Negro ficou mitigada frente ao combate destes dois grandes grupos. A voz deste movimento social aparece pontualmente nos debates, entre os dois grupos que se utilizam de suas instituições em uma “queda de braço” onde o poder público se acha enfraquecido, na medida em que não logra êxito ao impor seus interesses.

Todavia, é importante reforçar que o Movimento Negro ganha um reforço importante, com a eleição do vereador Mestre Pop, reconhecidamente negro, que se coloca enquanto negro e anuncia a defesa da pauta do feriado, frente a CMC, além de se utilizar do espaço para colocar em evidência o preconceito histórico da sociedade curitibana com relação aos negros que configura uma parte relevante do coeficiente populacional da cidade.

Além disto, é possível apreender como funcionaram as amarrações e as decisões políticas dentro da CMC. A medida que os agentes apontam que para a construção das leis e movimentos dentro da casa, se faz necessário, além do seguimento dos trâmites legais, acordos entre os entes. É grande o grau de organização em torno do debate sobre o 20 de Novembro, uma vez que se faz necessário um conjunto de acordos bem amarrados e negociados entre os membros do legislativo. Assim, o fato de haver ocorrido a quase unanimidade em torno da votação do feriado, pode ser compreendido como um grande feito político. No entanto, esta quase unanimidade, não evitou que surgissem movimentos dentro da Câmara, que intentaram tornar a data um ponto facultativo.

Evidencia-se o pouco interesse por parte do Executivo em relação a sanção do feriado, no qual respectivamente os ex-prefeitos Luciano Ducci e Gustavo Fruet procrastinaram em tomar uma posição frente à aprovação ou ao veto da efeméride, restando ao presidente da CMC, à época Paulo Salamuni, assumir o ônus da questão.

O embate dos grupos, que pode ser lido através da análise de seus discursos aponta uma retração do tema e mesmo a mudança de posição da CMC, frente o feriado. Isto é, o fato de que não só os temas ligados ao 20 de Novembro, mas, os temas ligados à população negra e discussões correlatas vão diminuindo de intensidade, sofrem um problema de estigmatização como fica evidente nas falas dos Vereadores Mestre Pop e Professora Josete, que apesar das dificuldades vão encaminhando e empreendendo debates neste sentido.

Para tanto, precisamos compreender o lugar dos sujeitos no campo, iniciando pela ACP. A ACP é uma instituição que possui uma grande variedade de capitais acumulados, neste caso, o capital social advindo das redes de relações “elititárias” inerentes à mesma. Capital simbólico, uma vez que é formada por membros majoritariamente a elite econômica da cidade e que ocupam um espaço de sociabilidade marcado pela tradição. Um espaço centenário de congraçamentos das elites locais, ponto de encontro para debates políticos, jurídicos entre outros, que se configura também em um capital simbólico frente a outros grupos. Capital cultural, resultado do processo de socialização e formação de seus indivíduos, que é possível verificar no contato com a história dos membros da instituição nas obras de David Carneiro (1981) e Nilson Monteiro (2012). Capital financeiro, de modo que a força relacional destes capitais se espalha, sobre um horizonte social extenso, na sociedade curitibana, o que configura este lugar como um espaço de poder na sociedade. Este poder pode ser observado pela fluidez com que os membros deste grupo passam de uma esfera a outra do poder, configurada na facilidade em acessar outros espaços de poder como a Câmara Municipal de Curitiba e seu presidente ou a figura do Prefeito.

A Câmara Municipal é formada por um grupo mais heterogêneo, que tem em comum o campo político e a capacidade de movimentar certos capitais sociais (votos), relacionados com a sua ação dentro deste campo. Embora a Câmara, assim como a ALEP, possua papel de poder reconhecido dentro da sociedade, firmado pela tradição política e social da instituição, este poder é volátil e resulta de um conjunto de interações que depende em grande parte da força particular dos indivíduos e sua capacidade de compreender as leis do campo, a interiorização do habitus e mesmo a capacidade de reconversão para a manutenção deste poder. Devido a estes fatores se torna difícil, mas não improvável, a ação em bloco deste grupo na defesa dos interesses coletivos dos mesmos. Fato que coloca a ACP em vantagem frente ao CMC, que embora contenha entre si representantes da classe tradicional dominante, não os tem em número suficiente, e possivelmente não pode contar com a solidariedade destes quando o lugar do grupo se acha ameaçado.

Assim, parece lícito afirmar que a adoção do feriado da Consciência Negra, parece ter se colocado como um problema por subverter lugares de poder estabelecidos, bem como, colocar em xeque um discurso sobre a cidade que destoa daquele que convenientemente tem os descendentes dos europeus como centro de referência e de olhar daquilo que se costumou a chamar da História da Cidade. Por outro lado, poderia ainda, empoderar outros jogadores, que são considerados indesejados dentro da arena da vida política, estabelecendo uma nova ordem, não desejada no campo político e social da Cidade de Curitiba, a “Cidade de Todas as Gentes”.

Referências

ACP (2012). ACP esclarece quanto a feriado da consciência negra em Curitiba (27/11/2012). Disponível em <https://acpr.com.br/noticias/geara-defende-posicao-da-acp-na-camara-municipal/>. Acesso 03/12/2018.

ACP (2013). ACP estuda ação judicial contra feriado da Consciência Negra. Disponível em <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/acp-estuda-acao-judicial-contra-feriado-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 07/04/2018.

ACP (2013a). Presidente da ACP se encontra com líderes de movimentos sociais. Disponível em <http://www.acpr.com.br/site/2013/01/presidente-da-acp-se-encontra-com-lideres-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 07/04/2018.

ACP (2013b). ACP ingressa com ação contra feriado. In: Revista do Comércio n°166. Curitiba, Fev/Mar 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revista-marco>. Acesso em: 07/04/2018.

ACP (2013c). Feriado da Consciência Negra é suspenso pelo TJPR. Disponível em: <https://acpr.com.br/noticias/feriado-da-consciencia-negra-e-suspenso-pela-tjpr/>. Acesso em: 07/04/2018

ACP (2013d). Dia da Consciência Negra: ACP diz que TJ respeitou o princípio federativo. Revista do Comércio n°170. Curitiba, Nov/Dez 2013. Disponível em: <https://issuu.com/acprc/docs/revistanovembrodezembro>. Acesso em: 07/04/2018.

ACP (2013e). Nota de esclarecimento - Dia da Consciência negra. Disponível em: <http://www.acpr.com.br/site/2013/11/8451>. Acesso em: 07/04/2018.

ACP (2014). Leia a íntegra do discurso do ex-presidente Edson José Ramon. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em <https://acpr.com.br/noticias/leia-a-integra-do-discurso-do-ex-presidente-edson-jose-ramon/>. Acesso em: 07/04/2018

BARBOSA, Marco Aurélio (2018). **A construção do 2o de novembro: identidade negra e afirmação na “cidade de todas as gentes”**. Curitiba: Dissertação de Sociologia/UFPR defendida dia 15/12/2018.

CARNEIRO, David (1981). **Perfil Histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: REPRO-SET

GOHN, Maria da Glória (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

IANNI, Octávio (1988). **As metamorfoses do escravo**. Curitiba: Editora da UFPR.

MONTEIRO, Nilson (2012). **Pedaços de Muita Vida**: a história dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná. Curitiba: Edição do Autor.

OLIVEIRA, Dennison de (2000). **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR.

SILVEIRA, Oliveira (2003). Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Editora Inep/MEC, p. 21-42.

TEIXEIRA, Cleverson Marinho (2013). Concedida liminar que suspende feriado da consciência negra em Curitiba. Disponível em http://www.cleversonteixeira.adv.br/noticias_int.php?id=431. Acesso 29.novembro.2018.

Anexo 1

Lei Nº 14.224 de 7 de janeiro de 2013

Altera a Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o combate ao racismo no município de Curitiba e dá outras providências.

A câmara municipal de Curitiba, capital do estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º O inciso V do artigo 1º da Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra."

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Rio Branco, em 07 de janeiro de 2013.

Vereador Paulo Salamuni
Presidente

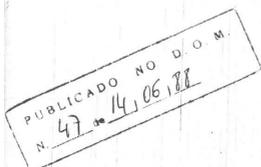
Anexo 2

Lei Nº 7186 de 3 de junho de 1988



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

LEI Nº 7186



Data: 03 de junho de 1988.

"Consagra o dia 20 de novembro como O DIA DE ZUMBI DOS PALMARES, da consciência e da luta do povo negro".

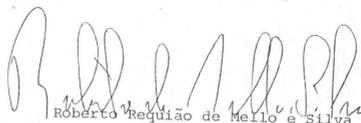
A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A data em que se deu a morte do herói negro ZUMBI, 20 de novembro, será consagrada no Município de Curitiba, como "O DIA DE ZUMBI DOS PALMARES", da consciência e da luta do povo negro.

Art. 2º No dia consagrado, a Câmara Municipal realizará Seg são Especial e a Prefeitura Municipal promoverá, na Rede Municipal de Ensino e através da Fundação Cultural de Curitiba, eventos alusivos à data, visando despertar a consciência coletiva sobre a situação do negro em nossa sociedade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 03 de junho de 1988.


Roberto Requião de Mello e Silva
PREFEITO MUNICIPAL

...mb...

Anexo 3

Lei Nº 10.921 de 18 de dezembro de 2003

"Dispõe sobre o combate ao racismo no município de Curitiba e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O Poder Público Municipal, no âmbito de sua competência, assegurará os meios eficazes que visem coibir a prática de racismo.

Parágrafo Único. As ações para a promoção do disposto pelo "caput" do art. 1º, compreendem as seguintes medidas:

- I - a criação e divulgação, nos meios de comunicação, de cujo espaço se utilize a administração pública, de programas de valorização da participação da população negra na formação histórica e cultural brasileira e de combate as ideias e práticas racistas;
- II - a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do Município e de entidades que tenham investimento político ou econômico no Poder Público;
- III - a adoção, no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção, nos primeiros anos de vida, da anemia falciforme e hipertensão, males cuja incidência é maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva;
- IV - o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do Município,

tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural, quanto à preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações do povo negro;

V - instituir no calendário oficial do Município de Curitiba o "Dia da Consciência Negra", a ser celebrado, anualmente, no dia 20 (vinte) de novembro.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 18 de dezembro de 2003.

Cassio Taniguchi
Prefeito Municipal

Anexo 4

Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011

Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de novembro de 2011; 190^o-da Independência e 123^o da República.

Dilma Rousseff

Anexo 5

A Associação Comercial do Paraná vem se manifestar contrariamente à instituição de mais um feriado em nossa cidade, pelas razões elencadas abaixo. A Associação Comercial do Paraná considera extremamente louvável a instituição do dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”. Entendemos que esta data presta justa e integral homenagem ao herói da pátria Zumbi dos Palmares e a todos os cidadãos engajados na construção de uma sociedade igualitária, inclusiva e multicultural. Nossa entidade há anos desenvolve iniciativas para difusão da igualdade racial e promoção da cultura afro-brasileira, com atividades especialmente concebidas para o Dia da Consciência Negra. Não pretendemos que seja olvidada a trajetória de luta e sofrimento do povo negro. Todavia, consideramos que a eventual instituição de novo feriado civil, consoante Proposição 005.00148.2010 em trâmite na Câmara Municipal, geraria sério e expressivo impacto negativo à atividade econômica e à atração de novos investimentos no município, além de redução na produtividade e crescimento de custos adicionais, comprometendo significativamente a capacidade e competitividade das empresas curitubanas de gerar empregos e tributos. Ademais, a adoção desse feriado conferiria tratamento desigual a outras etnias que habitam a cidade de Curitiba, que igualmente fazem parte de sua história. Ressalte-se, ainda, a inconstitucionalidade do projeto, tendo em vista que é competência privativa da União a instituição de feriado civil, pois interfere diretamente nas relações trabalhistas e salariais, constituindo matéria do direito do trabalho, cuja competência para legislar é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da CF. A lei n. 9.093, de 12 de setembro de 1995 esclarece claramente a competência municipal para fixar feriado, não contemplando a hipótese aventada na proposta em exame. Assim conclamamos aos nossos legisladores que não sejam adotadas iniciativas que signifiquem desincentivo à atividade empreendedora em nossa cidade e evitem que

tal discussão chegue ao Judiciário. Isto posto, diante da iminente nova votação da proposição 005.00148.2010, manifestamos posicionamento contrário à criação do feriado em questão, pedindo a Vossas Excelências que não o aprovem. Edson José Ramon, presidente da ACP (ACP, 2012).

Legislação referente dia da consciência negra

ANO	ATIVIDADE	INICIATIVA
1988	Lei Nº 7186 de 3 de junho de 1988 Consagra o dia 20 de novembro como o dia de Zumbi dos Palmares, da consciência e da luta do povo negro.	Marlene Zanin Câmara Municipal de Curitiba
1997	Lei Nº 9.147 de 1º de outubro de 1997 Autoriza o Prefeito Municipal de Curitiba, a erigir "Portal ou Memorial à Raça Negra".	Mário Celso Cunha Câmara Municipal de Curitiba
2003	Lei Nº10.921 de 18 de dezembro de 2003 Dispõe sobre o combate ao racismo no município de Curitiba e dá outras providências.	Adenival Alves Soares Tadeu Veneri Câmara Municipal de Curitiba
2005	Proposição 005.00295.2005 Busca instituir o "Dia Municipal da Consciência Negra" a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro.	Reinhold Stephanes Junior Câmara Municipal de Curitiba
2005	Lei Nº 11.569 de 3 de novembro de 2005 Declara de Utilidade Pública o Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos.	Reinhold Stephanes Junior Câmara Municipal de Curitiba
2006	Proposição 005.00279.2006 Instituir como Feriado Municipal o "Dia da Consciência Negra" a ser celebrado dia 20 de novembro.	Manassés Oliveira Câmara Municipal de Curitiba
2007	Lei Nº 15.674 de 13 de novembro de 2007 Institui o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro.	Fábio Camargo Assembleia Legislativa do Paraná
2009	Projeto de lei Nº 36 de 17 de fevereiro de 2009 Projeto de Lei tornando o dia 20 de novembro, feriado estadual em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.	Professor Lemos Assembleia Legislativa do Paraná
2011	Projeto de lei Nº 221 de 24 de março de 2011 Tornar o dia 20 de novembro, feriado estadual em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.	Professor Lemos Assembleia Legislativa do Paraná
2013	Lei Nº 14.224 de 7 de janeiro de 2013 Institui o dia 20 de novembro como feriado municipal e "Dia da Consciência Negra" no calendário oficial do Município de Curitiba, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra.	Clementino Vieira Câmara Municipal de Curitiba
2013	Lei Nº 14.240 de 23 de abril de 2013 Dispõe sobre a inserção da Festa da Igreja do Rosário no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba, e dá outras providências.	Tito Zeglin Câmara Municipal de Curitiba
2013	Proposição 302.00142.2013 Dispõe-se a tratar da inserção de recursos relativos à atividades da Secretária de Turismo na Festa da Lavação das Escadarias da Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito a fim de dar maior suporte ao	Jorge Bernardi Câmara Municipal de Curitiba

	evento.	
2013	Projeto de lei Nº 301 de 10 de julho de 2013 Projeto de Lei tornando o dia 20 de novembro, feriado estadual em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.	Professor Lemos Assembleia Legislativa do Paraná
2017	Projeto de Lei Nº 75 de 8 de março de 2017 Alterar a redação do Artigo 1º, da Lei Nº 15.674, 13 de novembro de 2007, que instituiu o dia 20 de novembro como Dia Estadual da Consciência Negra a ser comemorado anualmente, para consagrar este dia como Feriado Estadual Consciência Negra, data de Zumbi dos Palmares.	Claudio Romanelli Márcio Nunes Assembleia Legislativa do Paraná
2018	Projeto de Lei nº 542 de 20 de novembro de 2011 Tornar o dia 20 de novembro, feriado estadual em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.	Professor Lemos Assembleia Legislativa do Paraná

Elaboração de Ana Crhistina Vanali

Sobre o autor



Marco Aurélio Barbosa, 2018.

Fonte: acervo de Marco Aurélio

Possui graduação em Estudos Sociais (Licenciatura Plena História) pelas Faculdades Integradas Espírita. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFPR.

Especialização em Relações Étnico-Raciais UFPR. Mestre em Sociologia pela UFPR.

Professor QPM da SEED/PR.

Sobre os organizadores

Ana Crhistina Vanali

Professora de Sociologia no Colégio da Polícia Militar do Paraná.

Professora na Faculdades da Indústria (Sistema FIEP).

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Andrea Maila Voss Kominek

Professora de Sociologia e Africanidades na Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Bacharel e Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca/Espanha.

Pós-Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Celso Fernando Claro de Oliveira

Professor de História no IFPR-Campus Pitanga/PR.

Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar).

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org